

RELATÓRIO DO ESTADO DA ECONOMIA



Banco de Cabo Verde

2023

RELATÓRIO DO ESTADO DA ECONOMIA/ 2022

Banco de Cabo Verde

Cidade da Praia

2023

BANCO DE CABO VERDE

Avenida OUA, 2
CP 7600-101 - Praia - Cabo Verde
Tel.: +238 2607000 / Fax: +238 2607197
<http://www.bcv.cv>

Edição

Departamento de Estudos Económicos e Estatísticas

Impressão

Tipografia Santos, Lda.

Tiragem

200 Exemplares

Índice

Avaliação Global	6
Capítulo 1. Enquadramento Internacional.....	9
Alteração da Orientação da Política Monetária em 2022	15
Capítulo 2. Políticas Macroeconómicas.....	18
2.1. Política Monetária e Condições Monetárias e Financeiras.....	18
A Política de Crédito dos Bancos em 2022	24
A <i>Performance</i> do Setor Financeiro em 2022	26
2.2. Política e Situação orçamental.....	29
Capítulo 3. Oferta e Procura	37
A Atividade Turística em 2022	42
Capítulo 4. Mercado de Trabalho.....	44
Capítulo 5. Inflação	47
Capítulo 6. Contas Externas.....	50
A Recuperação das Exportações de Turismo em 2022	55
Anexo Estatístico	57

Índice de Figuras

Figura 1. Produto Interno Bruto e Desemprego	9
Figura 2. Preços no Consumidor e Preços das Matérias-Primas nos Mercados Internacionais	10
Figura 3. Taxas de Juro de Referência e Taxa Euribor e Câmbio EUR/USD.....	13
Figura 4. Indicadores Seleccionados da Performance da África Subsaariana e da Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental	17
Figura 5. Perfil dos Créditos Bancários em Moratórias a 30 de setembro de 2022	22
Figura 6. Performance das Contas Públicas	30
Figura 7. Impulso orçamental e saldos primário global e estrutural	31
Figura 8. <i>Stock</i> da Dívida do Setor Público Administrativo em 2022	36
Figura 9. Indicadores Seleccionados do Desempenho da Economia.....	40
Figura 10. Situação do Mercado de Trabalho em 2022	44
Figura 11. Indicadores do Mercado de Trabalho em 2022	46
Figura 12. Evolução das Taxas de Inflação Homóloga e Média.....	47
Figura 13. Principais Rubricas da Balança Corrente.....	50
Figura 14. Rendimentos e Transferências Unilaterais	52
Figura 15. Principais Componentes da Balança Financeira.....	53

Índice de Quadros

Quadro 1. Principais Indicadores Macroeconómicos.....	7
Quadro 2. Taxas de Juro de Referência (em percentagem).....	19
Quadro 3. Situação Monetária.....	21
Quadro 4. Principais Indicadores Orçamentais	32
Quadro 5. Caracterização da Dívida do Estado (Governo Central)	34
Quadro 6. Produto Interno Bruto (PIB).....	37
Quadro 7. Índice de Preços no Consumidor.....	48
Quadro 8. Comércio Externo de Bens e Serviços	51
Quadro 9. Indicadores de Vulnerabilidade Externa	54

Avaliação Global

O enquadramento externo da economia nacional evoluiu menos favoravelmente em 2022, marcado pelo abrandamento da atividade económica mundial e dos principais parceiros económicos do país em decorrência das elevadas taxas de inflação e políticas monetárias mais restritivas.

No entanto, não obstante a envolvimento externa desafiante, a atividade económica nacional registou um desempenho histórico, superando os níveis pré-pandémicos. Este desempenho foi impulsionado, em grande medida, pelos impactos positivos de arrastamento do processo de recuperação da crise pandémica com o fim das restrições à mobilidade e a retoma mais rápida do que o esperado do setor do turismo, bem como, pelas medidas de política adotadas em março de 2022 com o intuito de compensar os efeitos da alta dos preços dos combustíveis e dos bens de primeira necessidade.

Do lado externo, destaca-se o mercado de trabalho robusto nos principais parceiros económicos do país e as medidas orçamentais adotadas também para mitigar os efeitos da alta inflação. Do lado interno, destaca-se o pendor da política monetária do banco central marcadamente acomodatória, que contribuiu igualmente, para este desempenho da economia nacional.

O produto interno bruto em volume do país cresceu, em 2022, 17,7 por cento (o que se compara com 6,8 por cento em 2021), estimulado pelo crescimento excepcional do valor acrescentado bruto dos setores ligados ao turismo, nomeadamente, os setores de alojamento e restauração (264,4 por cento), transportes e armazenagem (45,8 por cento), comércio e reparação (34,2 por cento), bem como, dos impostos líquidos de subsídios arrecadados no ano (29,4 por cento).

De realçar igualmente, a evolução positiva do consumo privado, que cresceu 28,3 por cento em 2022, pese embora, o aumento da taxa de inflação média no país, que atingiu o nível mais alto dos últimos 20 anos, os 7,9 por cento em 2022 (1,9 por cento em 2021), traduzindo as restrições persistentes na oferta e o aumento dos preços das matérias-primas energéticas e não energéticas no mercado internacional.

O défice da balança corrente registou uma melhoria de cerca de 143 milhões de euros, passando a representar 3 por cento do PIB (11,8 por cento do PIB em 2021), para o qual concorreram, os aumentos registados nas exportações de serviços de viagens de turismo e de transportes aéreos em, respetivamente, 226,2 e 111,8 por cento, nas reexportações de combustíveis e víveres nos portos e aeroportos nacionais (em 118,4 por cento), nas remessas de emigrantes (em 11,6 por cento) e nas outras transferências correntes privadas (em 6,7 por cento).

Os fluxos líquidos de financiamento na economia reduziram em 9.243,5 milhões de escudos (cerca de 84 milhões de euros), reflexo principalmente, das reduções registadas nos desembolsos líquidos, tanto da dívida pública como da dívida privada (com o aumento nos pagamentos

das amortizações de capital pelo governo central e pelos bancos). Regista-se igualmente o aumento nos ativos externos líquidos dos bancos. No entanto, os influxos foram mais do que suficientes para cobrir as necessidades de financiamento da economia, pelo que, o país acumulou cerca de 24 milhões de euros em ativos de reserva no final do ano. Em consequência, o *stock* das reservas internacionais líquidas do país aumentou, em 2022, para os 625,7 milhões de euros, permitindo garantir 6 meses das importações de bens e serviços.

Quadro 1. Principais Indicadores Macroeconómicos

	Unidades	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
I. Sector Real								
Produto Interno Bruto	variação real em %	4,3	4,6	3,7	7,6	-19,3	6,8	17,7
Inflação Média dos 12 meses	taxa variação em %	-1,4	0,8	1,3	1,1	0,6	1,9	7,9
Taxa de Desemprego (Resolução da 13ª CIST de 1982)	em %	15,0	12,2	12,2	11,3	14,5	---	9,4
Taxa de Desemprego (Resolução da 19ª CIST de 2013)	em %	---	---	---	---	---	---	12,1
II. Sector Monetário e Cambial								
Ativo Externo Líquido do Sistema	taxa variação em %	18,6	2,3	-6,5	24,8	-9,9	5,2	8,3
Reservas Internacionais Líquidas	taxa variação em %	19,4	-4,3	2,0	25,2	-12,4	2,7	5,1
Crédito Interno Líquido	taxa variação em %	3,7	6,3	2,9	-2,1	6,7	4,8	7,4
Crédito à Economia	taxa variação em %	3,6	7,5	2,8	3,9	4,8	6,1	5,3
Massa Monetária	taxa variação em %	8,4	6,6	1,7	8,1	3,6	3,0	5,9
Índice de Taxa de Câmbio Efetiva Nominal	2015=100; valores médios	100,6	101,0	101,3	101,0	101,2	101,2	100,5
Índice de Taxa de Câmbio Efetiva Real	2015=100; valores médios	98,3	97,9	97,7	97,2	97,8	96,5	94,5
III. Sector Externo								
Balança Corrente + Balança de Capital	em % do PIB	-2,7	-6,1	-0,5	-0,4	-13,8	-10,5	-2,0
Balança Corrente	em % do PIB	-3,4	-7,0	-1,1	-0,98	-15,0	-11,8	-3,0
Reservas/Importações	meses	7,2	6,0	5,6	6,9	7,9	7,5	6,0
Posição de Investimento Internacional	em % do PIB	-137,3	-135,8	-141,7	-132,7	-174,4	-171,5	-141,1
IV. Finanças Públicas								
Saldo Global	em % do PIB	-3,5	-3,1	-2,4	-1,6	-8,3	-7,4	-4,0
Saldo Primário	em % do PIB	-1,0	-0,5	-0,1	0,6	-5,6	-5,2	-1,8
Dívida Pública excluindo TRMC	em % do PIB	114,6	112,2	111,6	108,9	142,0	145,3	123,8

Fonte: Instituto Nacional de Estatísticas (Inquérito Multi-Objetivo Contínuo), Ministério das Finanças e Banco de Cabo Verde
Notas: dados provisórios sujeitos à atualização e revisão. TRMC-Títulos de Rendimento de Mobilização de Capital

A posição (deficitária) de investimento internacional líquida deteriorou-se, em 2022, em 93,6 milhões de euros, passando a representar 141,1 por cento do PIB (171,5 por cento do PIB em 2021).

O aumento da posição dos passivos externos de outros setores e do governo, que se mantém elevada, constitui uma fonte de vulnerabilidade externa para o país. No entanto, destaca-se, em termos gerais, uma melhoria nos indicadores de vulnerabilidade externa, em 2022, determinado pela melhoria das necessidades de financiamento da economia, bem como, pela redução dos riscos de iliquidez do Estado com o forte dinamismo da atividade económica nacional e, con-

sequente, aumento das exportações e das receitas fiscais. Por outro lado, os resultados da avaliação do setor externo indiciam que a posição externa de Cabo Verde, em 2022, foi substancialmente mais forte do que o nível implícito pelos fundamentos e configurações de políticas desejáveis.

A nível orçamental, o défice público reduziu, passando a representar 4 por cento do PIB em 2022 (o que se compara com 7,4 por cento do PIB em 2021), num contexto de aumento das receitas fiscais e queda das despesas com investimentos públicos.

O défice primário também reduziu para 1,8 por cento do PIB em 2022 (o que se compara com 5,2 por cento do PIB em 2021), afetado positivamente pelo ciclo económico, mas negativamente pelas medidas temporárias adotadas pelo governo, pelo que, o défice primário estrutural, ou seja, excluindo o impacto do ciclo económico e das medidas temporárias, fixou-se nos 0,9 por cento do PIB.

O impulso orçamental foi negativo em 0,3 pontos percentuais, em 2022, indiciando uma orientação da política orçamental próxima da neutralidade. Beneficiando do crescimento económico, a dívida pública reduziu, mas encontra-se ainda em patamares elevados.

A dívida pública, incluindo os Títulos de Rendimento de Mobilização de Capital (TRMC) passou para os 128,3 por cento do PIB (151,2 por cento do PIB em 2021) e incluindo os passivos contingentes (que engloba a dívida das empresas públicas e das autarquias locais), passou para 145,3 por cento do PIB (170,4 por cento do PIB em 2021).

Análises tecnicamente robustas mostram que, não obstante uma melhoria na produtividade total dos fatores face aos dois últimos anos, o potencial de crescimento da economia está ainda condicionado por níveis baixos da produtividade total dos fatores.

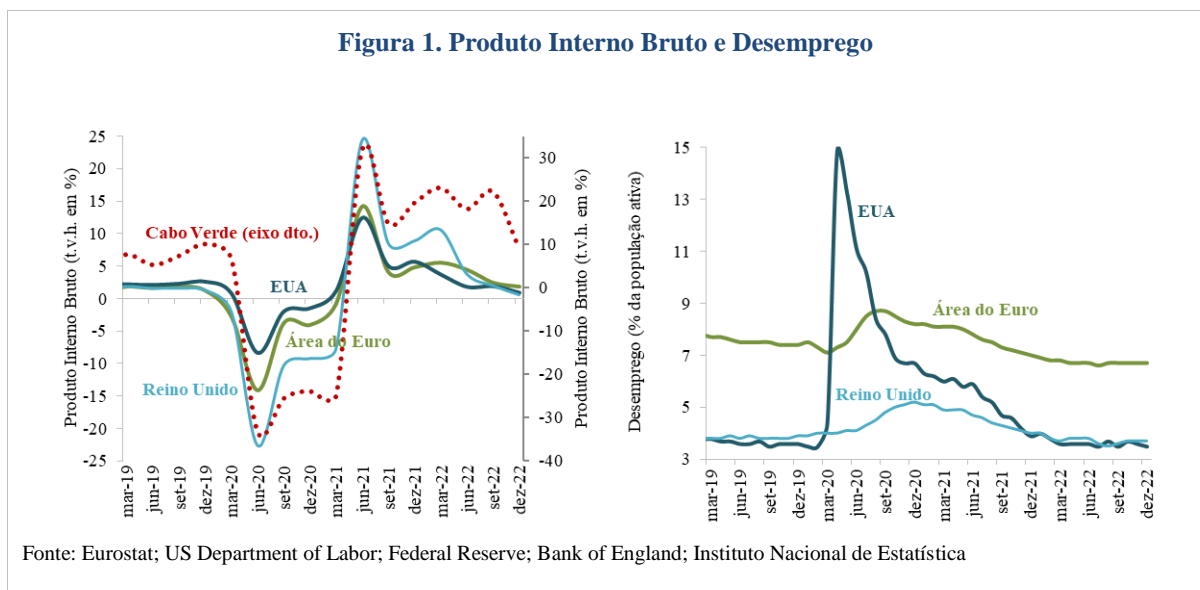
A determinação das autoridades de manter o foco na sustentabilidade fiscal e da dívida fornecendo apoio e proteção aos segmentos mais vulneráveis da população, bem como, na consolidação orçamental no médio prazo que reduza gradualmente o nível da dívida, por meio da mobilização de receitas endógenas e em reformas para reduzir os riscos fiscais das empresas públicas, afigura-se como extremamente importante. Com isso, será possível fortalecer as finanças públicas e aumentar o espaço fiscal para promover os investimentos em setores catalisadores e aumentar assim, o potencial de crescimento, promover a inclusão social e construir resiliência a choques exógenos.

Capítulo 1. Enquadramento Internacional

O enquadramento externo da economia nacional evoluiu menos favoravelmente em 2022, marcado pelo abrandamento da atividade económica mundial e dos principais parceiros económicos do país, refletindo os efeitos prolongados da guerra na Ucrânia, os constrangimentos ainda persistentes na oferta, as elevadas taxas de inflação pesando sobre os rendimentos reais, as políticas monetárias e condições de financiamento mais restritivas, a incerteza e a baixa confiança dos agentes económicos, bem como, a política zero Covid levada a cabo pela China com o ressurgimento da Covid-19.

Esta evolução foi, no entanto, parcialmente compensada por um mercado de trabalho robusto e pelas políticas orçamentais implementadas com o intuito de mitigar os efeitos da inflação e dos preços da energia.

De acordo com as mais recentes projeções do Fundo Monetário Internacional (FMI) de abril de 2023, o produto interno bruto mundial cresceu 3,4 por cento em 2022, o que se compara com o crescimento de 6,2 por cento registado em 2021.



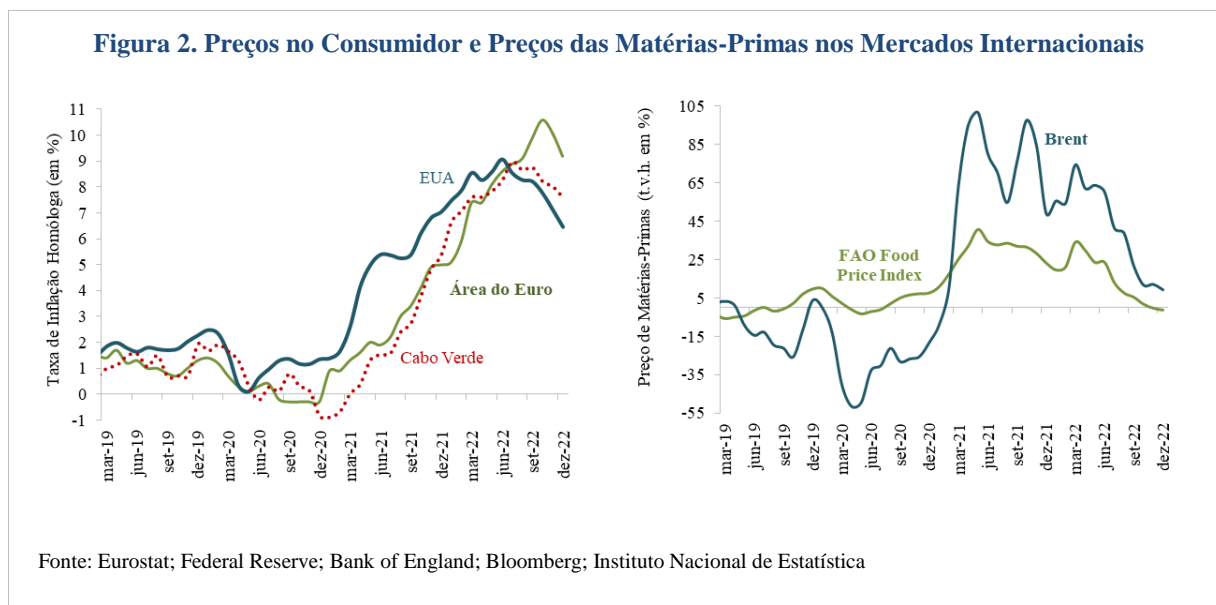
Relativamente aos principais parceiros económicos do país, os dados oficiais indicam que, a Área do Euro, os EUA e o Reino Unido registaram crescimentos na atividade económica de, respetivamente, 3,5, 2,1 e 4,0 por cento em 2022, inferiores aos crescimentos de 5,3, 5,9 e 7,6 por cento observados em 2021.

Do lado da oferta agregada, as atividades de serviços associadas aos setores de comércio, indústria transformadora e construção foram as componentes mais afetadas, não obstante o contributo positivo dos serviços com uma grande componente de contacto (como viagens e turismo, alojamento e restauração, artes, entretenimento e recreação), enquanto os desempenhos menos favoráveis do consumo privado e do investimento, bem como, das exportações líquidas particularmente na Área do Euro, determinaram a evolução da procura agregada dos principais parceiros do país.

A confiança dos agentes económicos apresentou, em geral, uma deterioração em 2022, refletindo a incerteza e as preocupações com o aumento persistente da inflação, com as taxas de juro e custos dos empréstimos mais altos e a procura mais fraca.

Reflexo de uma contínua procura de mão-de-obra, apesar da atividade económica mais moderada, os mercados de trabalho dos principais parceiros do país e acolhedores da diáspora cabo-verdiana permaneceram robustos em 2022. As taxas de desemprego na Área do Euro, nos EUA e no Reino Unido, diminuíram, respetivamente, em 0,9, 1,8 e 0,8 pontos percentuais, para os 6,8, 3,6 e 3,7 por cento.

As restrições na oferta induzidas por perturbações persistentes nas cadeias de abastecimento globais e os consequentes aumentos dos preços das matérias-primas energéticas e não energéticas, o aumento da procura pelas atividades de serviços (em particular, na Área do Euro), bem como, a depreciação do Euro, pressionaram no sentido ascendente os preços no produtor e no consumidor.



As taxas de inflação média anuais da Área do Euro, dos EUA e do Reino Unido aumentaram, em 2022, em 5,8, 3,3 e 6,5 pontos percentuais face a 2021, fixando-se nos 8,4, 8,0 e 9,1 por cento, respetivamente.

O preço médio do barril de *brent* nos mercados internacionais, que serve de referência para Cabo Verde, atingiu em 2022, os 98,9 USD por barril (o que se compara com os 70,5 USD por barril em 2021), apresentando um crescimento de 40,3 por cento face a 2021.

Esta evolução foi resultado da crise energética global associada aos constrangimentos persistentes na oferta perante a guerra na Ucrânia, dos cortes temporários de produção na Arábia Saudita, Líbia e Cazaquistão, bem como, da queda dos *stocks* de crude nos EUA.

Por seu turno, o *food price index* da FAO aumentou em termos médios, 14,3 por cento, em função do encarecimento de todos os alimentos, com especial destaque para os laticínios, cereais e óleos, causado pelos constrangimentos nas cadeias de abastecimento globais e por condições climatéricas adversas.

As políticas monetárias e orçamentais adotadas, em 2022, pelas autoridades dos principais parceiros do país estiveram orientadas, essencialmente, para o combate da inflação e mitigação dos seus efeitos na economia.

No âmbito da política monetária, em 2022, os bancos centrais dos principais parceiros iniciaram um processo de normalização, implementando uma política monetária mais restritiva, visando a contenção da inflação que atingiu níveis máximos. Assim, na Área do Euro, o Banco Central Europeu (BCE), em julho de 2022, aumentou pela primeira vez, em 11 anos, as suas taxas de juro de referência, em 0,50 pontos percentuais.

Igualmente, anunciou a aprovação do mecanismo anti-fragmentação, designado de *Transmission Protection Instrument* (TPI) que visa defender os países da região que registem maiores subidas nas suas taxas de juro soberanas.¹ Em setembro e outubro de 2022, o BCE voltou a aumentar as suas taxas de juro de referência em 0,75 pontos percentuais, e novamente em dezembro em 0,50 pontos percentuais, em linha com o seu objetivo de inflação de dois por cento no médio prazo.

Por seu turno, nos EUA, a Reserva Federal, perante as preocupações com a inflação e a solidez do mercado de trabalho, foi mais agressiva na sua política de combate à inflação, iniciando-a em março de 2022, aumentando por sete vezes as suas taxas de juro de referência. Na mesma linha, no Reino Unido, o Banco de Inglaterra, que desde dezembro de 2021 iniciou a sua política monetária mais restritiva, aumentou por oito vezes as suas taxas de juro de referência, apesar do alerta de risco de uma recessão na economia britânica.

Relativamente ao programa de compra de ativos, na Área do Euro, o BCE encerrou, em finais de março de 2022, o *Pandemic Emergency Purchase Programme* (PEPP), de 1,85 mil milhões

¹ A criação do TPI foi necessária para apoiar a transmissão eficaz da política monetária. Em especial, à medida que o Conselho do BCE continua a normalizar a sua política monetária, o TPI assegurará que a orientação da política monetária seja transmitida uniformemente em todos os países da Área do Euro. A unicidade da política monetária do Conselho do BCE constitui uma condição prévia para que o BCE possa cumprir o seu mandato de manutenção da estabilidade de preços.

de euros, pretendendo reinvestir os pagamentos de capital dos títulos vincendos adquiridos no contexto do programa até, pelo menos, finais de 2024.

Quanto ao programa *Asset Purchase Programme* (APP), o BCE reduziu gradualmente o ritmo de compras líquidas mensais, tendo encerrado o programa em inícios de julho de 2022. O BCE prosseguiu com o reinvestimento, na totalidade, dos pagamentos de capital dos títulos vincendos adquiridos no âmbito do APP, após o aumento das taxas de juro de referência, e pretende continuar por um período prolongado e enquanto for necessário para manter as condições de liquidez amplas e uma orientação de política monetária adequada.

Por seu turno, nos EUA, a Reserva Federal reduziu as suas participações em títulos do Tesouro, dívida de agências e títulos hipotecários garantidos por agências, conforme descrito nos Planos para a redução do Balanço Patrimonial da Reserva Federal.

Na mesma linha, no Reino Unido, o Banco de Inglaterra, anunciou, em outubro de 2022, a ampliação das compras dos títulos do governo indexados à inflação, denominados *Gilts* e o lançamento de um novo mecanismo, a Facilidade de Recompra de Garantia Expandida Temporária (TECRF), que possibilita a concessão de empréstimos às instituições financeiras, aceitando em troca uma gama mais ampla de garantias, incluindo títulos corporativos.

No que se refere à política orçamental, na Área do Euro, foi adotado um conjunto de medidas pelos diversos governos, com o intuito de mitigar o efeito dos elevados preços da energia e de apoiar a produção, as famílias vulneráveis e a transição energética, bem como, de preservar a sustentabilidade da dívida no médio prazo e aumentar o potencial de crescimento de forma rápida e sustentável, tornando as economias mais resistentes a choques mundiais.²

A Comissão Europeia propôs um pacote de apoios para as empresas afetadas diretamente pela guerra na Ucrânia e, indiretamente, com o aumento dos preços da energia, assumindo a forma de subvenções ou empréstimos, tendo admitido a limitação temporária dos preços. Por seu turno, nos EUA, foi aprovado pelo Congresso, em agosto de 2022, um pacote de lei denominado de *Inflation Reduction Act*, destinado ao combate das mudanças climáticas, aumento de impostos sobre as empresas e à redução da inflação no país.

O pacote abrangia, também, criar novos empregos, reduzir as despesas dos norte-americanos com energia, garantir maior estabilidade ao mercado de combustíveis e reduzir o défice orçamental do país. Em dezembro de 2022, o Congresso aprovou o orçamento para o ano fiscal de

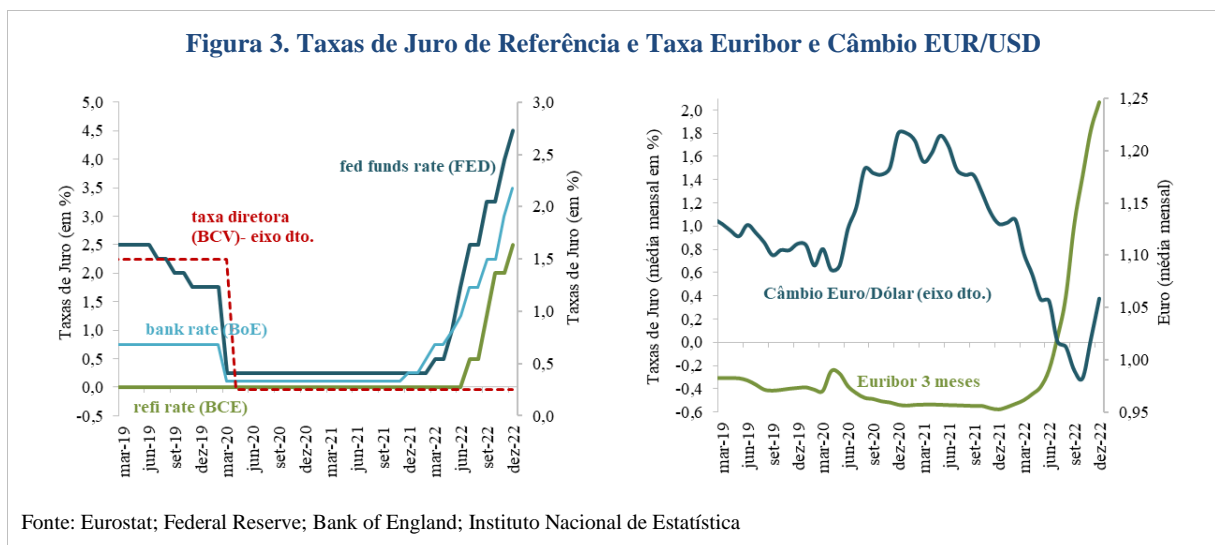
² A Comissão Europeia recomendou, em maio de 2022, o prolongamento da aplicabilidade da cláusula de derrogação de âmbito geral do Pacto de Estabilidade e Crescimento (PEC) até ao final de 2023, permitindo o ajustamento das políticas orçamentais às circunstâncias. Igualmente, recomendou a rápida implementação dos planos de investimento e de reforma estrutural ao abrigo do programa *NextGenerationEU* (apresentado em maio de 2020) e do pacote *Fit for 55* (apresentado em julho de 2021), bem como, do plano *RePowerEU*. Refira-se que, o Plano “*RePowerEU*” foi apresentado, pela Comissão Europeia, em maio de 2022, como resposta às perturbações do mercado global de energia decorrentes da invasão russa da Ucrânia. Este Plano respondeu à necessidade de rever o sistema energético europeu, tanto para a redução da dependência de combustíveis fósseis russos como para a questão climática.

2023, que contempla um gasto de cerca de 1,7 biliões de dólares, dos quais, 858 mil milhões de dólares em despesas com a defesa e 800 mil milhões de dólares com outros itens³.

No Reino Unido, o Governo anunciou, em março de 2022, uma redução do imposto de combustível, com o objetivo de atenuar o custo de vida. Em setembro de 2022, o Governo apresentou ao Parlamento um pacote de medidas para estimular a economia e atenuar a inflação, que incluía o congelamento das contas de energia durante dois anos, uma redução dos impostos e a desregulamentação do setor bancário.

No entanto, em novembro de 2022, o Governo apresentou um orçamento extraordinário para 2023, conhecido como a Declaração de Outono, tendo como metas a redução da dívida pública e o equilíbrio das contas públicas. A dívida pública em percentagem do PIB deveria descer em cinco anos e o défice deveria situar-se abaixo de 3 por cento do PIB durante o mesmo período.

Para isso, o orçamento contemplou um conjunto de medidas, entre as quais, a redução das despesas públicas e o aumento das receitas de impostos, com o endurecimento das regras sobre os impostos (com destaque para o aumento da taxa de imposto sobre as empresas de petróleo e gás e de geração de energia de 25 para 35 por cento e o congelamento das deduções do imposto sobre o rendimento até 2028), por forma a se arrecadar recursos financeiros para cobrir o grande *gap* nas finanças públicas e, ao mesmo tempo, possibilitar a queda da inflação a partir de meados de 2023.



Nos mercados monetário e cambial de maior relevância para Cabo Verde, as medidas de política monetária adotadas na Área do Euro traduziram-se no aumento das taxas de juro Euribor a um, três, seis e doze meses em 2022, com as taxas a tornarem-se positivas, bem como, na depreciação do Euro em termos médios de 11,1 por cento face ao dólar dos EUA e de 4,1 por cento em

³ O orçamento contempla 40,6 mil milhões de dólares para desastres naturais e emergências no país, e 45 mil milhões de dólares em ajuda económica, humanitária e de segurança para a Ucrânia.

termos efetivos nominais. A divisa dos EUA beneficiou do estatuto de ativo de refúgio num contexto de elevada incerteza e de aversão ao risco e de receios de ocorrência de uma recessão na Europa com a potencial redução ou mesmo corte total do fornecimento de gás natural da Rússia, que poderia intensificar a crise energética. A consolidação de expectativas de uma postura mais agressiva da Reserva Federal contribuiu também para a apreciação do USD.

O aumento ao longo do ano do diferencial de juros do país face à Área do Euro não favoreceu a acomodação monetária e tornou potencialmente menos atrativos os investimentos no país. No entanto, a depreciação do Euro face ao dólar dos EUA, por levar a uma diminuição do câmbio do escudo face à moeda dos demais parceiros comerciais de Cabo Verde, afetou positivamente a competitividade-preço e a rendibilidade das reservas internacionais líquidas do país.

Alteração da Orientação da Política Monetária em 2022

A crise pandémica, a invasão da Ucrânia e o escalar das tensões geopolíticas aumentaram significativamente a instabilidade macroeconómica e alteraram o período prolongado de baixa inflação. A queda da atividade com o eclodir da pandemia em 2020 teve um efeito inicial de redução da inflação.

Por dois anos, as taxas de juro diretoras dos principais bancos centrais mantiveram-se em níveis mínimos, para apoiar os países a enfrentar a crise desencadeada pela pandemia da Covid-19, e foram criados instrumentos de financiamento, com o objetivo de diminuir os custos da intermediação e incentivar o financiamento bancário em condições menos restritivas.

No entanto, à medida que as economias reabriram (com a eliminação gradual das restrições associadas à pandemia), suportadas por apoios orçamentais significativos e condições monetárias e financeiras muito favoráveis, o aumento da procura global enfrentou vários constrangimentos do lado da oferta, que foram agravados pela invasão da Ucrânia, e que resultaram no maior aumento da inflação à escala global das últimas quatro décadas.

Inicialmente, este aumento da inflação foi visto como um fenómeno transitório; no entanto, o aumento contínuo e persistente da inflação, desde a segunda metade de 2021, levou os principais bancos centrais a reformularem as suas políticas monetárias, priorizando o combate à inflação em detrimento do crescimento económico, e a alterarem a orientação das suas políticas monetárias, em 2022, tornando-as mais rigorosas e restritivas.

Assim, reduziram o grau de acomodação e apertaram as condições monetárias e financeiras, inicialmente através da interrupção da flexibilização quantitativa (ou seja, dos programas de estímulo através da aquisição de ativos e de operações de financiamento do sistema bancário) e, posteriormente, aumentando rapidamente as taxas de juro diretoras.

Taxas de juro Diretoras dos principais parceiros do País

	dez/21	jan/22	fev/22	mar/22	abr/22	mai/22	jun/22	jul/22	ago/22	set/22	out/22	nov/22	dez/22
Taxa Diretora BCE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,50	0,50	1,25	2,00	2,00	2,50
Taxa Diretora FED	0,25	0,25	0,25	0,50	0,50	1,00	1,75	2,50	2,50	3,25	3,25	4,00	4,50
Taxa Diretora UK	0,25	0,25	0,50	0,75	0,75	1,00	1,25	1,75	1,75	2,25	2,25	3,00	3,50
Taxa Diretora BCV	0,25	0,25	0,25	0,25	0,25	0,25	0,25	0,25	0,25	0,25	0,25	0,25	0,25
Diferencial Tx													
BCE e BCV	-0,25	-0,25	-0,25	-0,25	-0,25	-0,25	-0,25	0,25	0,25	1,00	1,75	1,75	2,25

O Banco de Inglaterra, logo em dezembro de 2021, iniciou a sua política de normalização das taxas de juro e, em 2022, subiu as suas taxas de juro diretoras por oito vezes, não obstante o alerta de risco de uma recessão na economia britânica. A Reserva Federal, perante as preocupações com a inflação elevada e com a solidez do mercado de trabalho, iniciou em março de 2022 a sua política de combate à inflação, tendo aumentado as suas taxas de juro diretoras por sete vezes.

No entanto, o Banco Central Europeu (BCE), só iniciou o seu processo de normalização da política monetária, mais tarde, em julho de 2022, com os níveis de inflação em máximos, subindo as suas taxas

de juro diretoras pela primeira vez em 11 anos e por quatro vezes ao longo de 2022, visando assegurar o regresso da inflação ao objetivo de dois por cento no médio prazo. As expectativas de inflação ancoradas e de ausência de efeitos sobre os salários, bem como, alguma cautela sobre a eficácia da política perante uma inflação enraizada em constrangimentos do lado da oferta que são exógenos ao próprio mecanismo de transmissão da política monetária, levou o BCE a manter uma política acomodatória durante mais tempo. Em junho, no entanto, dada a evidência de pressões inflacionistas mais intensas e generalizadas e a indicação de que a inflação não seria transitória, mas se manteria elevada durante mais tempo, o Conselho do BCE anunciou que estavam criadas as condições para aumentar as taxas de juro, o que veio a confirmar-se com a primeira subida da taxa de juro diretora em 50 pb em julho de 2022.

Como a inflação superou esses aumentos, as taxas de juro reais permaneceram abaixo dos níveis pré-pandemia. A atividade real e os mercados financeiros responderam à remoção da acomodação monetária, com sinais de esfriamento dos mercados imobiliários, especialmente nos EUA, de volatilidade nos mercados financeiros e de desaceleração nos mercados de trabalho.

Importa referir que, a atuação das autoridades monetárias, em especial, a do BCE, resultou, em 2022, no alargamento do diferencial entre as taxas de juro internas e as praticadas na Área do Euro, em 225 pontos base a favor da taxa europeia, constituindo assim, um fator de risco para a economia nacional, uma vez que o diferencial de juros poderá traduzir-se numa potencial saída de capitais e, por conseguinte, exercer alguma pressão sobre as reservas cambiais do país.

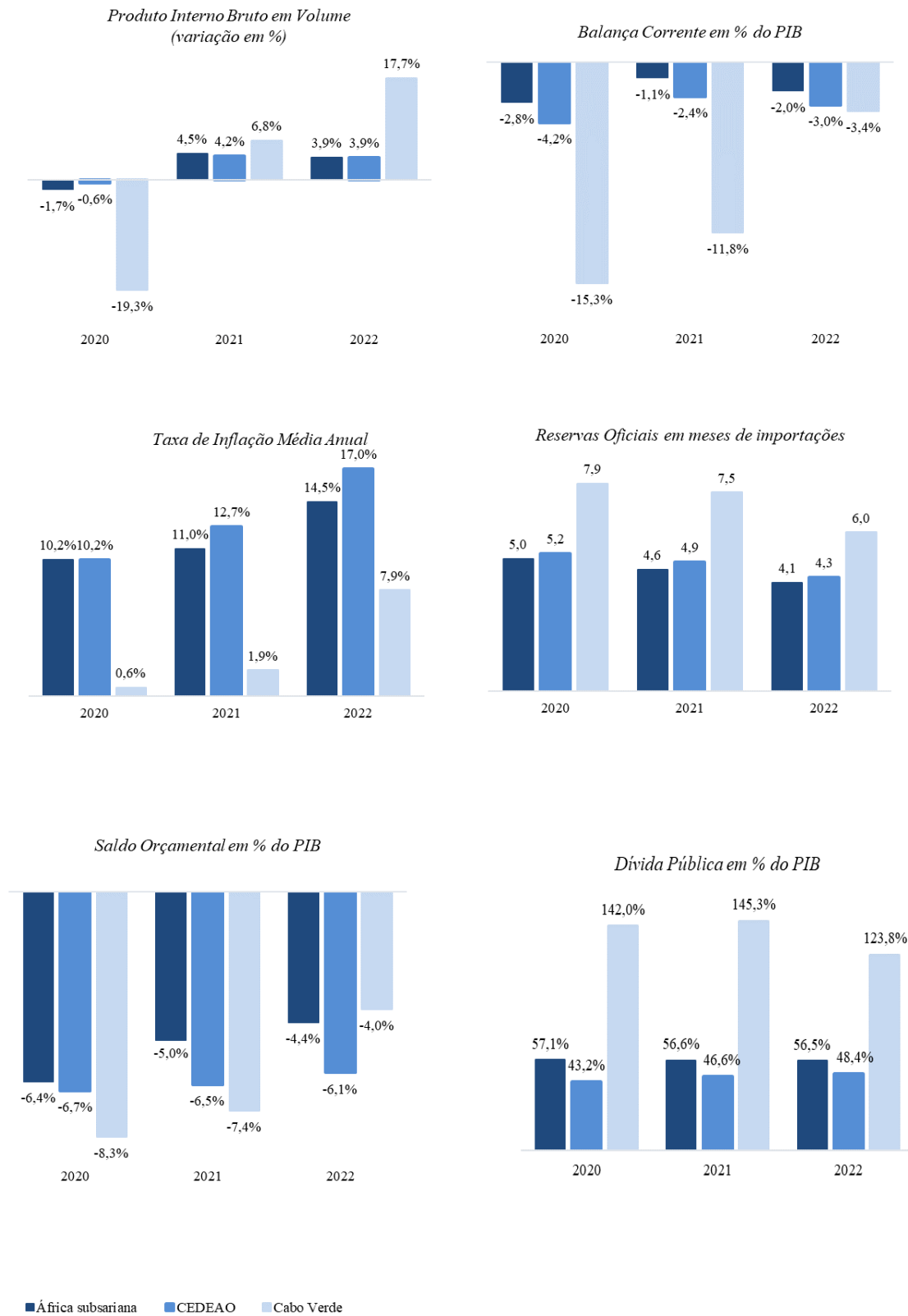
De referir que, de acordo com os dados do Fundo Monetário Internacional (FMI), no seu mais recente *Regional Economic Outlook* de abril de 2023, a atividade económica na África Subsariana, registou igualmente, um abrandamento no ritmo de crescimento, passando de 4,8 por cento em 2021 para os 3,9 por cento em 2022. Na mesma linha, o crescimento da atividade económica da Comunidade dos Estados da África Ocidental (CEDEAO), também evidenciou uma moderação, passando de 4,4 por cento em 2021 para os 3,9 por cento registado em 2022.

O abrandamento económico, em particular na África Subsariana, foi consequência da inflação persistente e das políticas monetárias mais restritivas, que têm elevado os custos de empréstimos e originando maior pressão sobre as taxas de câmbio. O aumento do peso dos juros sobre a dívida, aliado ao declínio das ajudas orçamentais, tem tornado os países da região, que já enfrentam significativos desequilíbrios macroeconómicos, dependentes do financiamento mais dispendioso.

A taxa de inflação na África Subsariana fixou-se nos 14,5 por cento em 2022 (11 por cento em 2021). Assim, com a dívida pública e a inflação em níveis não vistos em décadas, com a inflação corroendo o poder de compra das famílias e atingindo os mais vulneráveis, aumentando as pressões sociais, a recuperação económica na região viu-se interrompida.⁴

⁴ De acordo com dados do FMI, a taxa de inflação da Comunidade dos Estados da África Ocidental (CEDEAO) foi de 17 por cento em 2022, comparativamente aos 12,7 por cento registado em 2021.

Figura 4. Indicadores Seleccionados da Performance da África Subsaariana e da Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental



Fonte: Fundo Monetário Internacional; Instituto Nacional de Estatística; Banco de Cabo Verde

Capítulo 2. Políticas Macroeconómicas

2.1. Política Monetária e Condições Monetárias e Financeiras

Após um período de grandes dificuldades para a economia nacional, provocado pela crise pandémica, o Banco de Cabo Verde (BCV) atuou de forma oportuna, contribuindo para conter os níveis de aversão ao risco e transmitindo confiança ao sistema financeiro nacional e aos agentes económicos em geral.

Os desafios em 2022 demandavam uma revisão e ajustamento da política monetária, tendo por base o contexto de elevadas pressões inflacionistas e da tendência global de normalização da política monetária, em especial, a do Banco Central Europeu (BCE), bem como, da necessidade de garantir a sustentabilidade do regime cambial do país.

No entanto, considerando: (i) que a economia nacional prosseguia, ao longo do ano, com a sua trajetória de recuperação, com a atividade económica a beneficiar em grande medida da *performance* do setor do turismo, cujos resultados superaram largamente as expectativas; (ii) que as reservas internacionais líquidas se situavam num nível confortável, cobrindo mais do que cinco meses de importações de bens e serviços, considerado adequado para a manutenção da estabilidade do regime cambial de *peg* fixo; e, (iii) o contexto e as especificidades da economia nacional, a política monetária do país manteve a sua orientação acomodatória em 2022.

O BCV esteve consciente do alargamento do diferencial das taxas de juro de referência face à da Área do Euro, resultante do processo acelerado de normalização da política monetária pelo BCE, e do seu potencial impacto nos fluxos de capitais externos. Contudo, tendo em conta as demais variáveis avaliadas, o banco central decidiu manter o pacote excecional de medidas de estímulo monetário adotado desde 2020, nomeadamente:

- (i) a taxa de juro diretora, bem como as taxas das facilidades permanentes de cedência de liquidez e das facilidades permanentes de absorção de liquidez nos 0,25, 0,50 e 0,05 por cento, respetivamente;
- (ii) o coeficiente das disponibilidades mínimas de caixa nos 10 por cento;
- (iii) a taxa de redesconto em 1,0 por cento; e,
- (iv) o programa de financiamento de longo prazo, através da Operação Monetária de Financiamento (OMF), prorrogado até 31 de dezembro de 2022 e, posteriormente, até junho de 2023.

Manteve-se a maturidade máxima de 3 anos para os leilões e de 1 e 2 anos para as operações bilaterais, a taxa de juro em 0,75 por cento, bem como, a lista de ativos elegíveis como colaterais para as OMF, reduzindo, contudo, o montante de colocação mensal de 1.500 para 1.300 e depois para 1.000 milhões de escudos, visando a adaptação do programa às condições da procura por parte das instituições bancárias. Igualmente, o banco central estabeleceu critérios de controlo da utilização das OMF pelos bancos comerciais, mediante a exigência de evidências quanto à utilização adequada dos fundos através da definição de procedimentos e mecanismos.

Quadro 2. Taxas de Juro de Referência (em percentagem)

Taxas	2019	2020	2021	2022
Taxa Diretora	1,50	0,25	0,25	0,25
Taxa de Facilidade Permanente de Cedência de liquidez	3,00	0,50	0,50	0,50
Taxa de Facilidade Permanente de Absorção de liquidez	0,10	0,05	0,05	0,05
Taxa da Operação Monetária de Financiamento de Longo Prazo	----	0,75	0,75	0,75
Coefficiente das Disponibilidades Mínimas de Caixa	13,00	10,00	10,00	10,00
Taxa de Redesconto	5,50	1,00	1,00	1,00

Fonte: Banco de Cabo Verde

No âmbito macro-prudencial, de acordo com o Decreto-lei nº 10/2022 de 8 de abril, o governo prorrogou o regime de moratórias ao serviço de crédito bancário (exclusivamente, de capital), visando ainda mitigar o impacto da crise pandémica na liquidez dos setores económicos mais afetados, até 30 de setembro de 2022, período a partir do qual foi descontinuado.⁵

Em consonância com esta medida do governo, o banco central, ao abrigo do Aviso nº 2/2022 de 20 de abril de 2022, decidiu também prorrogar até 30 de setembro de 2022, as medidas (excepcionais e temporárias) de flexibilização prudencial tomadas no contexto da pandemia da Covid-19 e introduzidas pelo Aviso nº 4/2021 de 24 de agosto, mas com alguns ajustes. Assim, estabeleceu:

- (i) um rácio de adequação de fundos próprios totais num nível não inferior a 10 por cento, excecionalmente até 30 de setembro de 2022, provendo ainda uma margem para os bancos continuarem a financiar projetos viáveis;
- (ii) a retoma do rácio de adequação de fundos próprios totais ao nível prescrito no Aviso nº 1/2017 de 9 de fevereiro, para as instituições de crédito com o rácio inferior a 12 por cento, nos seguintes termos: a) 10,5 por cento até 31 dezembro de 2022; b) 11,25 por cento até 31 de dezembro de 2023; c) 12 por cento até 31 de dezembro de 2024; e,

⁵ O Decreto-lei nº10/2022 de 8 de abril estabelece a prorrogação suplementar do prazo das moratórias (suspensão do reembolso de capital), até 30 de setembro de 2022, para as empresas dos setores dos Transportes e Armazenagem, de Alojamento e Restauração, de Imobiliária e outras atividades inequivocamente conexas à atividade turística, desde que comprovada a redução de faturação de, pelo menos, 25 por cento em dezembro de 2021 face a dezembro de 2019, bem como, apenas nas ilhas do Sal e da Boa Vista, para a atividade de captação, tratamento e distribuição de água e energia.

(iii) a retoma da dedução do valor líquido dos bens recebidos em reembolso de crédito próprio aos fundos próprios, cujo impacto no rácio de adequação de capital se faria sentir em 2020 e 2021, respetivamente, a partir de 1 de outubro de 2022 e 1 de outubro de 2023.

Apesar da política monetária ainda acomodatória e da manutenção da taxa de juro média praticada nas operações de financiamento bancário (nos cerca de 9 por cento), o mercado de crédito evidenciou, em 2022, uma menor dinâmica, com o crédito à economia a apresentar um abrandamento no ritmo de crescimento, em 0,8 pontos percentuais, para os 5,3 por cento.

Desenvolvimentos Monetários e Financeiros

A oferta monetária, expressa pela evolução do agregado Massa Monetária em sentido lato (M2), cresceu 5,9 por cento em 2022, o que se compara com 3 por cento em 2021. Esta expansão da liquidez no mercado monetário foi determinada pelos aumentos registados no crédito interno líquido (em 7,4 por cento) e nos ativos externos líquidos (em 8,3 por cento).

Os desempenhos do crédito à economia e do crédito líquido ao setor público administrativo, impulsionaram a evolução do crédito interno líquido.

O crédito à economia cresceu 5,3 por cento em 2022, apresentando um abrandamento face ao crescimento de 6,1 por cento registado em 2021. A menor procura de crédito, devido ao impacto adverso da alta inflação sobre os rendimentos reais dos agentes e sobre as suas decisões de consumo e de investimento, aliado ao processo de *phasing-out* gradual do serviço da dívida dos contratos de crédito sob o regime das moratórias, que vigorou até setembro de 2022, e à não concessão de créditos no âmbito das linhas de crédito Covid-19, garantidos pelo Estado desde março de 2022, poderão explicar a moderação do crédito à economia, tanto às empresas como aos particulares.

O aumento ligeiro da restritividade dos termos e condições dos novos contratos de empréstimos aprovados para as empresas e para os particulares, nomeadamente, para aquisição de habitação, também poderá ter contribuído para o menor dinamismo do mercado de crédito.

De notar que, de acordo com os bancos inquiridos no âmbito do inquérito trimestral do Banco de Cabo Verde, em geral, em 2022, aumentaram a restritividade dos termos e condições dos novos empréstimos para as empresas, devido sobretudo, à maior perceção dos riscos associados a empresas sem contabilidade organizada e às perspetivas para determinados setores de atividade; e, aumentaram também, a restritividade dos termos e condições dos novos empréstimos para os particulares, nomeadamente para aquisição de habitação, tendo em conta a maior perceção dos riscos relacionados com a qualidade creditícia do mutuário e o nível de incumprimento.

Os empréstimos concedidos à economia foram, maioritariamente, destinados ao financiamento para aquisição de equipamentos, viaturas e terrenos para construção e expansão da atividade e para necessidades de tesouraria, no caso das empresas, e ao financiamento para construção, aquisição e remodelação de habitação própria, no caso dos particulares. De registar, no entanto, em 2022, um abrandamento no ritmo de crescimento dos empréstimos destinados ao financiamento para cobertura das necessidades de tesouraria, no caso das empresas, e para construção, aquisição e remodelação de habitação própria, no caso dos particulares.

Quadro 3. Situação Monetária

	2020	2021	2022	2022
	Saldos em milhões de escudos			Taxa de crescimento (em %)
Posição Externa	63 697,89	67 021,06	72 609,44	8,3
Ativos Externos Líquidos do Banco de Cabo Verde	63 923,85	65 872,85	69 546,53	5,6
Crédito Interno Líquido	149 744,02	156 963,75	168 601,51	7,4
Crédito Líquido ao Sector Público Administrativo	28 919,73	28 738,62	33 551,86	16,7
Crédito à Economia	120 824,29	128 225,13	135 049,65	5,3
Massa Monetária	204 378,63	209 372,20	221 796,14	5,9
Base Monetária	70 518,98	66 894,17	72 916,55	9,0
<i>Memo itens</i>				
Inflação (variação média anual do IPC, %)	0,61	1,90	7,93	
Índice da Taxa de Câmbio Efetiva Real (var. média anual, %)	0,53	-1,27	-2,15	
Taxa Diretora do Banco de Cabo Verde (fim de período, %)	0,25	0,25	0,25	
Taxas dos Bilhetes do Tesouro (a 91 dias, média em %)	1,00	1,00	1,00	

Fonte: Banco de Cabo Verde.

Nota bem: Um aumento da taxa de câmbio efetiva real sinaliza uma perda de competitividade-preço do país e vice-versa. O Índice da Taxa de Câmbio Efetiva Real (TER) é calculado deflacionando o Índice da Taxa de Câmbio Efetivo Nominal (TEN), utilizando a inflação nacional e a dos principais parceiros. O TEN está definido como média geométrica das taxas de câmbio nominais bilaterais da moeda doméstica relativamente à moeda da Área do Euro, Reino Unido e Estados Unidos da América. IPC-Índice de Preços no Consumidor.

Refira-se que, a 30 de setembro de 2022, com o fim do regime das moratórias de crédito, o *stock* de crédito sob este regime, era de 10.866,1 milhões de escudos (menos 16.037,1 milhões de escudos face ao *stock* de dezembro de 2021), representando 8 por cento do *stock* agregado do crédito à economia e aos governos locais.

Este montante era exclusivamente de empresas (maior parte, privadas), sobretudo dos setores de “Alojamento e restauração” (com 49 por cento do total), “Atividades imobiliárias” (com 21,1 por cento), “Distribuição de água e saneamento” (com 16,4 por cento) e “Transportes e armazenagem” (com 6,7 por cento). O regime das moratórias de crédito beneficiava um total de 177 entidades e 269 contratos.

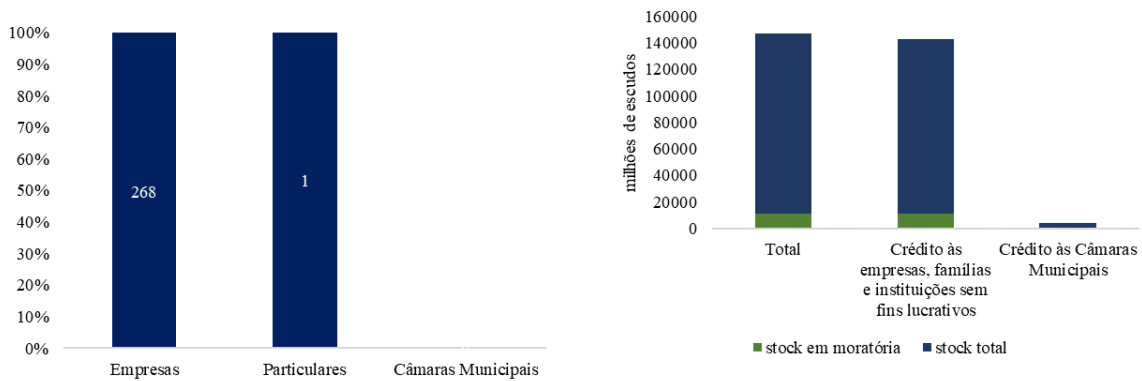
Apesar do aumento dos depósitos do setor público administrativo (em 14,8 por cento), o crédito líquido ao setor público administrativo cresceu, 16,7 por cento em 2022, em resultado essencialmente, da evolução do crédito ao governo central. Este, registou um crescimento de 17,6 por

cento, devido ao acréscimo em mais 14.007,3 milhões de escudos no *stock* de emissão de bilhetes e obrigações do tesouro, dos quais, 82,8 por cento foram subscritos pela banca nacional e 17,2 por cento por outras entidades.

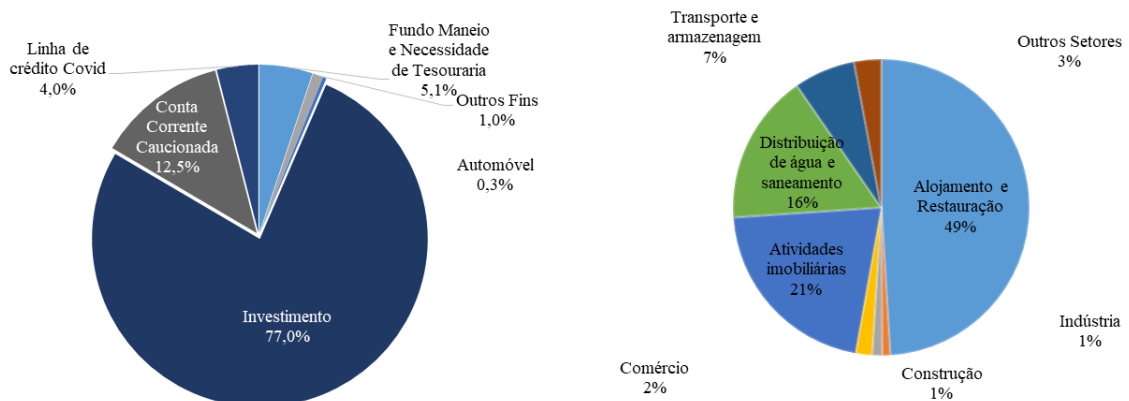
Por seu turno, a evolução dos ativos externos líquidos traduziu os acréscimos registados ao nível dos ativos externos líquidos do Banco de Cabo Verde, em particular, das reservas internacionais líquidas (em 5,1 por cento) em resultado essencialmente, do aumento expressivo dos depósitos à ordem em moeda estrangeira, bem como, ao nível dos ativos externos líquidos dos bancos comerciais no período (em 158,9 por cento).

Figura 5. Perfil dos Créditos Bancários em Moratórias a 30 de setembro de 2022

Contratos de Crédito & Stock da Dívida em moratória



Tipo de Crédito em Moratória & Atividade das Empresas com Crédito em Moratória



Fonte: Decretos-Leis n.º 38/2020, de 31 de março; n.º 45/2020, de 21 de abril; n.º 65/2020, de 1 de setembro; n.º 4/2021, de 15 janeiro, n.º 10/2022 de 8 de abril. Compilação e cálculos do Banco de Cabo Verde.

Em termos de componentes, a expansão da liquidez no mercado monetário refletiu a evolução dos passivos monetários e quase monetários. Os passivos monetários cresceram 11,2 por cento em 2022, refletindo sobretudo, o aumento dos depósitos à ordem em moeda nacional (em 11,8 por cento) e, os passivos quase monetários registaram um crescimento de 1,4 por cento, determinado em grande parte, pelo aumento dos depósitos de emigrantes em 2,9 por cento (1,6 por cento em 2021) e dos depósitos em divisas de residentes (em 27,3 por cento).

De registar, no entanto, uma queda nos depósitos a prazo em moeda nacional (em 4,7 por cento) e um ligeiro abrandamento no ritmo de crescimento dos depósitos de poupança, que evidenciaram um acréscimo de 10 por cento em 2022 (o que se compara com 11,3 por cento em 2021). O uso das poupanças, acumuladas pelos agentes durante a pandemia, para fazer face à conjuntura atual de quebra no poder de compra alavancada pela escalada da inflação, poderá justificar em parte a evolução destes depósitos.

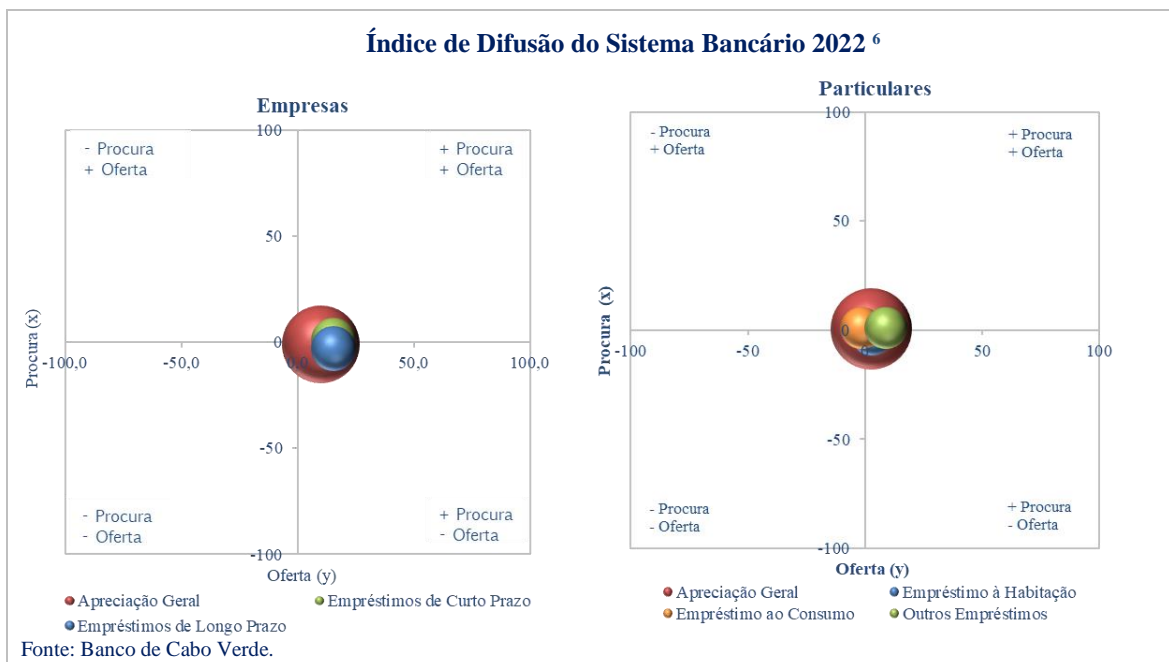
A Política de Crédito dos Bancos em 2022

No quadro da análise dos desenvolvimentos no mercado de crédito, o Banco de Cabo Verde realiza, trimestralmente, um inquérito qualitativo aos bancos, com o objetivo de obter informações sobre as políticas de crédito seguidas e as condições no mercado de crédito.

De acordo com os resultados dos inquéritos realizados em 2022, em termos médios globais, e face ao ano de 2021, registou-se um aumento ligeiro da restritividade nos critérios seguidos pelos bancos na aprovação de empréstimos às empresas, determinado sobretudo, pela perceção dos riscos associados a empresas sem contabilidade organizada e às perspetivas para setores de atividade específicos, bem como, pelo nível de incumprimento.

Os termos e condições aplicados pelos bancos na aprovação de novos empréstimos foram ligeiramente menos restritivos, particularmente, com menores taxas de juro e níveis de *spread* nos empréstimos de risco médio. As medidas/decisões (acomodatícias) de política monetária implementadas e as pressões exercidas pela concorrência, explicam este ligeiro alívio dos termos e condições dos novos contratos.

Relativamente à procura de crédito pelas empresas, as necessidades de financiamento para cobertura das existências e do fundo de maneo, bem como, para investimento, levaram ao ligeiro aumento da procura de crédito em 2022.



⁶ O índice de difusão resulta das respostas dos bancos, ponderadas pela sua quota de mercado, e pode assumir valores entre -100 e 100. Quando o índice assume o valor 0 significa que nenhum dos bancos reportou alterações, quando atinge os valores 50 ou -50 significa que todos os bancos reportaram uma ligeira alteração (favorável ou desfavorável, respetivamente) e quando atinge os valores 100 ou -100 significa que todos os bancos reportaram uma significativa alteração na variável analisada (favorável ou desfavorável, respetivamente). Valores diferentes de -100, -50, 0, 50 e 100 surgem quando as respostas dos bancos não convergem todas num único sentido.

A oferta (critérios de oferta de crédito) é apresentada no eixo dos yy e a procura de crédito no eixo dos xx. Assim, o deslocamento das esferas na horizontal representa as alterações na procura, enquanto o deslocamento das esferas na vertical representa alterações na oferta. O gráfico dispõe de quatro quadrantes que combinam a evolução da oferta e da procura.

Relativamente ao financiamento dos particulares, os critérios, bem como, os termos e as condições aplicados pelos bancos na aprovação de novos empréstimos para consumo e outros fins (em particular, o *spread* nos empréstimos de risco médio e as comissões e outros encargos não relacionados com taxas de juro) foram ligeiramente menos restritivos em 2022, influenciados essencialmente, pelas pressões exercidas pela concorrência de outras instituições bancárias e pelas medidas ou decisões (acomodatícias) de política monetária.

No entanto, os critérios de aprovação dos empréstimos para aquisição de habitação pelos particulares tornaram-se mais restritivos, devido à perceção dos riscos associados à qualidade creditícia do mutuário e ao nível de incumprimento, sendo que, os termos e as condições aplicados na aprovação de novos empréstimos para aquisição de habitação permaneceram praticamente inalterados.

No que diz respeito à procura de crédito por particulares, a necessidade de financiamento para investimento, o nível geral das taxas de juro e as despesas de consumo não relacionados com habitação, contribuíram para o aumento ligeiro da procura de empréstimos para aquisição de habitação, consumo e outros fins.

A Performance do Setor Financeiro em 2022

Numa conjuntura marcada pelo forte dinamismo da atividade económica nacional e pela continuidade da política monetária acomodatória propiciando condições favoráveis de financiamento à economia, o setor financeiro registou uma *performance* muito favorável em 2022. O valor acrescentado bruto dos serviços financeiros e de seguros cresceu 11,5 por cento em volume (após uma redução de 7,7 por cento em 2021), representando cerca de 6 por cento do Produto Interno Bruto (PIB), e contribuindo em 0,8 pontos percentuais para o crescimento do produto nacional em 2022. Esta evolução foi determinada, em grande medida, pelo setor bancário (sociedades de depósitos), tendo em conta o seu peso maioritário no ativo total do setor financeiro nacional (de 96,5 por cento).

Estrutura do Setor Financeiro Nacional



Fonte: Banco de Cabo Verde;

Nota: A estrutura do setor financeiro nacional foi calculada com base no valor total dos seus ativos em finais de 2022

De notar que, o produto bancário cresceu 9,9 por cento em 2022, o que se compara com 9,7 por cento em 2021. A evolução positiva da margem financeira (em 7,4 por cento) em função, sobretudo, do aumento dos juros e proveitos equiparados, bem como, da margem complementar (em 20,5 por cento) impulsionada pelo aumento dos outros resultados de exploração, das comissões líquidas e dos resultados de reavaliação cambial, determinou o desempenho do produto bancário. Pese embora o agravamento dos custos com pessoal e gastos gerais administrativos, bem como, dos impostos (correntes e diferidos), os resultados antes e após impostos aumentaram em, respetivamente, 30,4 e 26,5 por cento, devido essencialmente, ao crescimento do produto bancário e à redução das imparidades de outros ativos líquidos.

A componente principal do ativo dos bancos, o crédito, registou um crescimento em 2022, traduzindo o aumento do crédito sem imparidade e com imparidade. Por seu turno, os componentes mais importantes do passivo e principal fonte de financiamento dos bancos, os depósitos, registaram também, um crescimento de 6,9 por cento (o que se compara com 2 por cento registado em 2021), evidenciando a manutenção da confiança dos depositantes na solidez do sistema bancário.

Com efeito, em 2022, os indicadores de solidez do setor bancário permaneceram, em geral, em patamares confortáveis, ainda que, com uma ligeira deterioração na qualidade da carteira de crédito dos

bancos. O rácio de solvabilidade passou de 21,4 para 22,3 por cento, mantendo-se muito acima do mínimo regulamentar de 10 por cento, traduzindo o aumento da capacidade de absorção de perdas do sistema bancário nacional e a redução do risco de insolvência.

Pese embora a queda do rácio crédito em incumprimento/crédito total de 8,1 por cento em 2021 para 7,8 por cento e a manutenção do rácio crédito com imparidade/crédito total nos 7,2 por cento, a qualidade dos ativos deteriorou-se ligeiramente, com as reduções registadas nos rácios de cobertura do crédito em incumprimento pelas imparidades e do crédito com imparidade pelas imparidades em, respetivamente, 5 e 9,8 pontos percentuais para os 79,5 e 85,7 por cento, bem como, com o aumento do rácio crédito em risco/crédito total para os 16,5 por cento (14,1 por cento em 2021). Contudo, a cobertura de risco de crédito manteve-se ainda em patamares confortáveis. Os rácios de rentabilidade melhoraram face a 2021, com a rentabilidade dos ativos (ROA) e dos capitais próprios (ROE), após impostos, a aumentarem em, respetivamente, 0,2 e 1,7 pontos percentuais para os 1,4 e 15,1 por cento. E, os indicadores de liquidez permaneceram robustos, com os rácios ativo líquido/ativo total e ativo líquido/passivos de curto prazo a aumentarem para os 24,5 e 31,5 por cento, níveis considerados aceitáveis, permitindo assegurar a continuidade das operações de financiamento do sistema.

Principais Indicadores do Setor Financeiro

	Unidades	2020	2021	2022
I. Setor Bancário				
Produto Bancário	variação em %	0,0	9,7	9,9
Rácio de Solvabilidade	em %	19,4	21,4	22,3
Crédito em Incumprimento	em % do crédito total	9,5	8,1	7,8
Imparidades/Crédito com Imparidade	em %	86,4	95,5	85,7
Rentabilidade dos Ativos (ROA)	em %	1,1	1,3	1,4
Rentabilidade dos Capitais Próprios (ROE)	em %	13,3	13,3	15,1
Ativo Líquido/Passivo de Curto Prazo	em %	29,9	30,5	31,5
II. Mercado de Capitais				
Emissão no Mercado Primário	em % do PIB	8,3	13,1	11,4
Transações no Mercado Secundário	em % do PIB	0,04	0,48	0,05
Capitalização Bolsista	em % do PIB	44,5	46,8	43,7
III. Setor Segurador				
Produto Segurador (carteira de prémios)	variação em %	-6,2	9,9	17,2
Rácio de Solvência	em %	450,6	401,8	429,2
Grau de Cobertura das Provisões Técnicas	em % dos ativos representativos	128,5	128	122,2

Fonte: Banco de Cabo Verde.

Crédito em incumprimento definido de acordo com a Instrução Técnica n.º 150/2009 de 28 de dezembro. Dados sujeitos a atualização.

O mercado de capitais registou, em 2022, um aumento na dinâmica de financiamento à economia,

contribuindo igualmente, para a evolução positiva do setor financeiro nacional. A capitalização bolsista cresceu 17,2 por cento (12,7 por cento em 2021), fixando-se nos 106.844,3 milhões de escudos, representando 43,7 por cento do PIB, em resultado do aumento da capitalização de todos os segmentos, com destaque para o segmento da dívida pública. A capitalização deste segmento (que representou 84,2 por cento do total da capitalização em 2022), cresceu 11,6 por cento, refletindo essencialmente, o aumento de emissões de bilhetes do tesouro em 3,5 por cento, porquanto as emissões de obrigações do tesouro reduziram 11,6 por cento.

Por outro lado, a valorização das ações de quatro sociedades cotadas no mercado, bem como, o aumento expressivo na emissão de obrigações *corporate* (de 505 para 5.334 milhões de escudos) pelas sociedades financeiras e não financeiras, traduziram-se no crescimento da capitalização bolsista dos segmentos acionista e obrigacionista *corporate*, em 37,1 e 82,2 por cento, respetivamente.⁷

A maior dinâmica do segmento de obrigações *corporate* traduziu, por um lado, as emissões de duas sociedades não financeiras, dos ramos das telecomunicações e de atividades postais e correios, e de um agrupamento de empresas da construção civil, cujo financiamento está associado à execução de investimentos do Estado, e por outro lado, às emissões de mais duas sociedades financeiras, uma instituição monetária (num total de 4 emissões, uma das quais de um instrumento financeiro derivado-*credit linked notes*) e uma instituição de micro-finanças (com uma única emissão de títulos sociais).

De realçar que, no mercado primário, registou-se um aumento no volume total de emissões de 9,6 por cento (68,5 por cento em 2021), fixando-se nos 27.969,2 milhões de escudos. Contrariando a *performance* do mercado primário, o número de transações no mercado secundário reduziu de 60 em 2021 para os 58 em 2022, representando um volume total de transações de 119,9 milhões de escudos, o que se compara com 932,8 milhões de escudos em 2021, arrecadados sobretudo, em negócios fora da bolsa de obrigações empresariais e municipais.

A atividade seguradora, medida pelo valor da carteira de prémios brutos emitidos de seguro direto e de resseguro, também contribuiu favoravelmente para a *performance* do setor financeiro nacional em 2022. O valor da carteira de prémios brutos emitidos registou, em 2022, um crescimento de 17,2 por cento, traduzindo o aumento dos prémios dos ramos não vida e vida em, respetivamente, 17,2 e 16,9 por cento.

O desempenho a nível dos seguros de transportes aéreos, de viagem, de outros danos em coisas e de automóvel (nomeadamente, registo civil de veículos terrestres a motor), que cresceram respetivamente, 139,4, 106,4, 22,6 e 5,5 por cento, justificam a evolução dos prémios do ramo não vida, que representam 85,5 por cento do total dos prémios de seguros.

Por seu turno, os acréscimos registados nos seguros de vida em caso de morte e em outros (investimentos financeiros, como poupança reforma e poupança educação), em respetivamente, 19,7 e 16,4 por cento, explicam a evolução dos prémios do ramo vida.

Relativamente às garantias financeiras das empresas de seguros que operam no mercado nacional, em 2022, o grau de cobertura das provisões técnicas pelos ativos representativos fixou-se em 122,2 por

⁷ Na capitalização bolsista do segmento de obrigações *corporate* estão agregadas as ofertas públicas *corporate* e municipais, mais as ofertas particulares admitidas à cotação.

cento, e o rácio de solvência situou-se nos 429,2 por cento, excedendo o valor mínimo exigido, o que demonstra a robustez financeira do setor segurador.

2.2. Política e Situação orçamental

O Orçamento Geral de Estado (OGE) para 2022, elaborado tendo como foco a retoma económica, orientou-se em 4 linhas prioritárias: (i) resposta sanitária; (ii) recuperação económica; (iii) desenvolvimento social e, (iv) sustentabilidade orçamental. Previa uma melhoria da situação orçamental, tendo em conta que, o ritmo de crescimento das receitas fiscais e das outras receitas seria superior ao aumento das despesas. Para isso, este orçamento perspetivava diversas medidas de política, de entre as quais, destaca-se:

(i) a manutenção dos recursos para dar resposta à pandemia da Covid-19 (profissionais de saúde, estudos epidemiológicos e proteção individual) e o reforço da resposta sanitária (infraestruturas de saúde, resposta aos novos desafios da transição epidemiológica);

(ii) a melhoria do ambiente de negócios e promoção do financiamento à economia, com o reforço dos incentivos ao financiamento das empresas no âmbito do “Plano de Retoma Económica” que incluiu novas linhas de crédito para as empresas para apoio a tesouraria e ao investimento, no valor total de 9.000 milhões de escudos, com garantia do Estado, a uma taxa de juro não superior a 3,5 por cento ao ano e com períodos de carência alargados, para além das linhas de crédito criadas com o objetivo de mitigar os efeitos da pandemia na liquidez das empresas, no valor total de cerca de 4.000 milhões de escudos;

(iii) a manutenção das despesas de âmbito social (rendimento social de inclusão, pensões sociais, tarifa social de energia e água, bonificação do crédito à habitação, apoio e incentivos à formação profissional);

(iv) a renegociação da dívida externa; e,

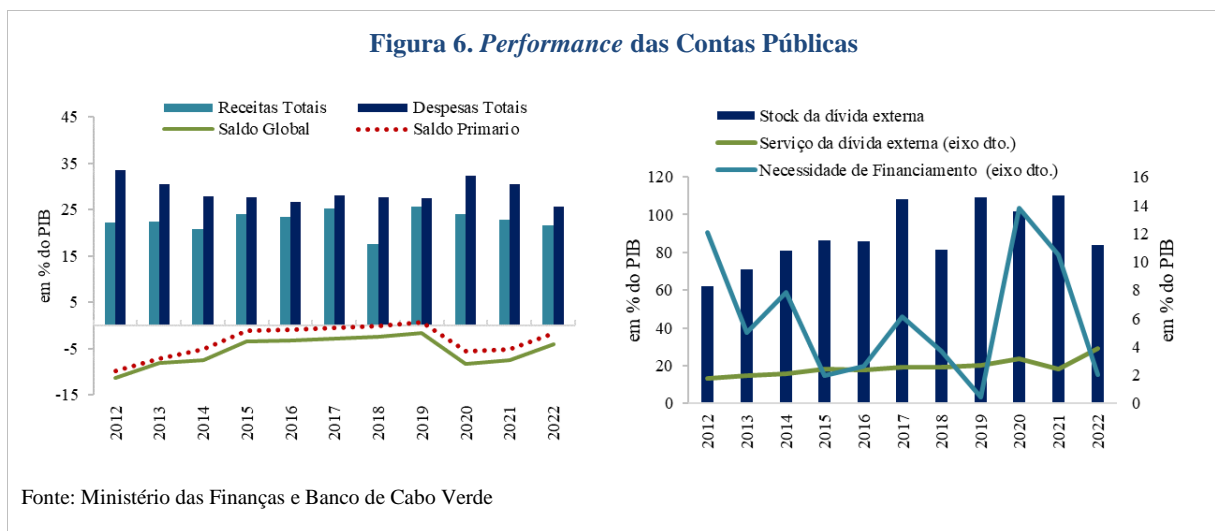
(v) a retoma da trajetória de consolidação orçamental, mediante: por um lado, a racionalização e contenção das despesas, a gestão dos riscos dos passivos contingentes, o redimensionamento das estruturas e dos serviços do Estado e uma nova dinâmica de gestão da dívida pública e, por outro lado, o aumento das receitas com a revisão do sistema tributário nacional, a modernização, digitalização e reforço da eficiência tributária, a racionalização dos benefícios fiscais e a mobilização endógena de recursos.

Perspetivava, igualmente, medidas fiscais, de entre as quais: (i) o aumento das taxas de direitos de importações (DI), salvaguardando apenas os bens essenciais que compõem o cabaz básico de consumo dos cabo-verdianos, os materiais e equipamentos médico hospitalares, os combus-

tíveis e os materiais e equipamentos agrícolas, (ii) o agravamento do imposto de consumo especial (ICE) sobre o tabaco, bebidas alcoólicas e veículos novos e usados até quatro anos; e, (iii) a redução da taxa do imposto sobre o valor acrescentado (IVA) na eletricidade e no fornecimento de água de 15 para 8 por cento.

Para além disso, em março de 2022, face a escalada da inflação que se fazia sentir no país, com efeitos adversos nos rendimentos reais das famílias, o governo tomou algumas medidas para compensar os efeitos dos preços elevados dos produtos energéticos e produtos alimentares de primeira necessidade, de entre as quais destaca-se, o limite de ajustamento em alta dos preços dos combustíveis em 5 por cento, o congelamento de preços para produtos como o gás butano, o gasóleo, a eletricidade, o fuel óleo 180 e 380, o trigo, milho, óleos alimentares e leite, bem como, a bonificação do preço da ração animal (Resolução n.º 28/2022 de 25 de março de 2022).

Estas medidas, de caráter temporário para o controlo da inflação destes produtos específicos, foram tomadas com o objetivo de assegurar o normal funcionamento do sistema petrolífero/energético e a segurança alimentar, bem como, o consumo, particularmente, das famílias mais vulneráveis e de baixo rendimento.

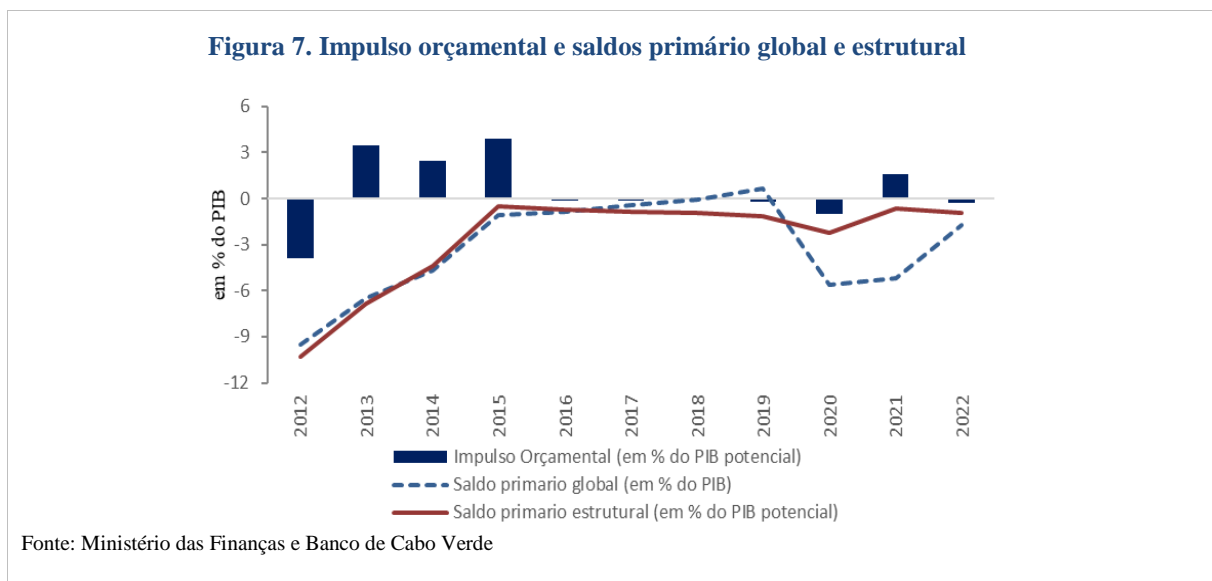


Em 2022, o défice global das contas públicas registou uma melhoria de cerca de 4.694,2 milhões de escudos, fixando-se nos 9.677 milhões de escudos e atingindo os 4 por cento do PIB (o que se compara com 7,4 por cento do PIB em 2021). Esta situação orçamental mais favorável ficou a dever-se, essencialmente, ao aumento das receitas públicas e à redução das despesas com ativos não financeiros.

As medidas de políticas tomadas pelo governo e os impactos positivos de arrastamento do processo de recuperação da crise pandémica com o fim das restrições à mobilidade internacional e a retoma do turismo para níveis que ultrapassaram todas as expectativas, favoreceram um quadro orçamental mais robusto face ao que estava inicialmente programado.

O défice primário, por seu turno, também melhorou, fixando-se nos 1,8 por cento do PIB em 2022 (o que se compara com 5,2 por cento do PIB em 2021). No entanto, refira-se que, foi afetado positivamente pelo ciclo económico (em 0,1 pontos percentuais do PIB) e negativamente pelas medidas temporárias tomadas pelo governo (em 0,9 pontos percentuais do PIB), pelo que, o défice primário estrutural, ou seja, excluindo o impacto do ciclo económico e das medidas temporárias fixou-se, em 2022, nos 0,9 por cento do PIB.

O impulso orçamental, que é a variação do saldo primário estrutural no período, foi negativo em 0,3 pontos percentuais em 2022, indiciando que a orientação da política orçamental ficou próxima da neutralidade.



Receitas e Despesas públicas

Refletindo, em grande medida, a dinâmica da atividade económica nacional, o agravamento de impostos e direitos de importação sobre alguns produtos, bem como, a contínua retoma dos serviços públicos após o fim das restrições associadas à pandemia da Covid-19, as receitas públicas aumentaram 18,3 por cento, fixando-se em 52.663,3 milhões de escudos em finais de 2022, representando 21,6 por cento do PIB. Esta evolução traduziu, essencialmente, o desempenho das receitas fiscais.

As receitas fiscais, com maior peso no total das receitas (83,8 por cento), fixaram-se nos 44.146,2 milhões de escudos, crescendo 29,8 por cento em 2022, devido ao incremento na generalidade dos impostos e, principalmente, na arrecadação dos impostos sobre o valor acrescentado (em 37,8 por cento), sobre os rendimentos de pessoas singulares e coletivas (em 9,8 por cento), sobre as transações internacionais (em 27 por cento) e sobre o consumo especial (em 75,7 por cento).

O aumento da atividade económica nacional e a cobrança de dívidas negociadas em prestações, bem como, o agravamento dos direitos de importações sobre alguns produtos e do imposto sobre o consumo de tabaco, bebidas alcoólicas e veículos novos e usados até quatro anos, explicam a *performance* das receitas fiscais.

A atenuar a evolução das receitas públicas, destaca-se a queda das outras receitas e das transferências (em donativos).

Não obstante o aumento das receitas provenientes da venda de bens e serviços (cobrança de taxas de prestação de serviços) em 24,4 por cento, as outras receitas reduziram 2,2 por cento, em resultado dos rendimentos de propriedade que registaram uma queda de 72,4 por cento, associada, em grande medida, à evolução das receitas provenientes dos dividendos e juros. Por seu turno, a redução nas entradas de donativos na modalidade de financiamento direto aos projetos e de ajuda orçamental, justificam o decréscimo das transferências (em donativos) em 46,5 por cento em 2022.

Quadro 4. Principais Indicadores Orçamentais

	2020	2021	2022	2020	2021	2022	2020	2021	2022
	em milhões de escudos			taxa de execução (%)			em % do PIB		
Receitas Totais	43 751	44 525	52 663	81,2	82,2	87,4	24,1	22,8	21,6
Receitas Fiscais	32 237	33 537	44 146	94,9	96,1	107,2	17,7	17,2	18,1
Donativos	5 224	3 985	2 131	61,0	57,6	35,3	2,9	2,0	0,9
Outras Receitas	6 234	6 924	6 304	55,2	56,3	48,6	3,4	3,6	2,6
Despesas Correntes	54 284	54 542	58 146	83,5	83,9	87,6	29,9	28,0	23,8
Despesas com Pessoal	21 569	22 144	21 985	90,4	90,4	89,5	11,9	11,4	9,0
Aquisição de Bens e Serviços	10 148	9 982	10 420	65,2	68,5	68,8	5,6	5,1	4,3
Juros da Dívida	4 808	4 256	5 376	93,4	97,4	99,1	2,6	2,2	2,2
Ativos não Financeiros	4 492	4 354	4 194	45,6	40,7	38,8	2,5	2,2	1,7
Programa de Investimento	4 148	4 070	3 656	42,4	38,9	37,5	2,3	2,1	1,5
Saldo Global incluindo Donativos	-15 025	-14 371	-9 677				-8,3	-7,4	-4,0
Saldo Global excluindo Donativos	-20 248	-18 356	-11 808				-11,1	-9,4	-4,8
Saldo Primário incluindo Donativos	-10 216	-10 115	-4 301				-5,6	-5,2	-1,8
Saldo Global Estrutural (incl. Don)*	-9 599	-5 738	-7 646				-5,3	-2,9	-3,1
Saldo Primário Estrutural (incl. Don)*	-4 791	-1 481	-2 270				-2,6	-0,8	-0,9
Dívida Pública excluindo TRMC	258 206	283 405	302 531				142,0	145,3	123,8
Dívida Pública incluindo TRMC	269 572	294 771	313 535				148,3	151,2	128,3

Fonte: Ministério das Finanças e Instituto Nacional de Estatística. Cálculos do Banco de Cabo Verde

TRMC-Títulos de Rendimento de Mobilização de Capital.

* em percentagem do PIB potencial

As despesas públicas, por seu turno, cresceram 5,8 por cento para os 62.340,3 milhões de escudos em finais de 2022, representando 25,5 por cento do PIB, traduzindo essencialmente, o aumento das despesas correntes.

As despesas correntes, com maior peso no total das despesas (93,3 por cento), fixaram-se nos 58.145,9 milhões de escudos em 2022, registando um crescimento de 6,6 por cento, o que se compara com 0,5 por cento em 2021.

Esta evolução deveu-se ao acréscimo nos gastos com: (i) os juros da dívida externa, em 112,9 por cento, devido ao fim do período das moratórias do serviço da dívida concedidas por credores bilaterais e por um comercial; (ii) os subsídios, em 141,4 por cento, derivado do pagamento dos subsídios de compensação financeira às empresas petrolíferas e de eletricidade, no âmbito das medidas de política para reforçar a resiliência do sistema petrolífero/energético e do sistema alimentar do país face à escalada de preços a nível internacional;⁸ (iii) as outras despesas correntes, em 49,6 por cento, com o pagamento às organizações não governamentais da subvenção do Estado referente às eleições, o pagamento da participação da seleção nacional de futebol na Copa da África das Nações, bem como, de indemnizações; (iv) a aquisição de bens e serviços, em 4,4 por cento, no âmbito da assistência técnica (por residentes e não residentes) na execução de vários projetos e gastos com deslocação e estadas; e (v) as transferências (em 2 por cento), sobretudo para os Municípios, no âmbito de projetos financiados pelo Fundo Nacional do Ambiente.

No entanto, a atenuar a evolução das despesas correntes, realça-se a redução das despesas com pessoal (em 0,7 por cento) e, das despesas com benefícios sociais (em 2,8 por cento) devido sobretudo à queda registada nos pagamentos do rendimento social de inclusão.

⁸ De acordo com as resoluções n.º28/2022 de 25 de março e n.º64/2022 de 10 de junho.

Quadro 5. Caracterização da Dívida do Estado (Governo Central)

	2020	2021	2022
	em milhões de CVE		
Dívida Interna, excluindo TRMC	72 949	84 095	97 881
Bancos Comerciais	45 443	52 388	63 763
Outros Sectores	27 506	31 707	34 118
Dívida Interna, incluindo TRMC	84 315	95 462	108 885
Bancos Comerciais	50 048	52 388	63 763
Outros Entidades	34 267	43 073	45 122
Dívida Externa	185 257	199 310	204 650
Multilaterais	93 695	107 412	114 885
Bilaterais	41 740	42 010	40 670
Comerciais	49 822	49 887	49 095
	em percentagem do PIB		
Dívida Interna, excluindo TRMC	40,1	43,1	40,1
Bancos Comerciais	25,0	26,9	26,1
Outros Sectores	15,1	16,3	14,0
Dívida Interna, incluindo TRMC	46,4	49,0	44,6
Bancos Comerciais	27,5	26,9	26,1
Outros Entidades	18,8	22,1	18,5
Dívida Externa	101,9	102,2	83,8
Multilaterais	51,5	55,1	47,0
Bilaterais	23,0	21,5	16,6
Comerciais	27,4	25,6	20,1

Fonte: Ministério das Finanças. Cálculos do Banco de Cabo Verde e Fundo Monetário Internacional.

Nota: TRMC - Títulos de Rendimento de Mobilização de Capital.

As despesas com ativos não financeiros, por seu turno, reduziram 3,7 por cento (-3,1 por cento em 2021), fixando-se nos 4.194,4 milhões de escudos (1,7 por cento do PIB), para o qual contribuiu, essencialmente, a queda na compra de ativos não financeiros, em particular, na execução do programa de investimentos públicos (em 10,2 por cento), apresentando uma taxa de execução de 37,5 por cento face ao orçamento reprogramado para 2022.

Do montante executado do programa de investimentos públicos, grande parte foi canalizado para os programas “Gestão e Administração Geral”, “Educação de Excelência”, “Garantia de acesso ao rendimento, à educação e aos cuidados de saúde” e “Desenvolvimento integrado de saúde” e, para os projetos “Terminal de Cruzeiros”, “Programa de Reabilitação, Requalificação Urbana e Acessibilidades (PRRA)” e “Construção da nova Escola da Várzea”.

A necessidade de financiamento do Estado determinou um aumento do endividamento público (líquido), tanto junto aos bancos como de outros credores nacionais, respetivamente, em 7.962,1 e 1.301,3 milhões de escudos, como junto dos credores externos em 4.783,8 milhões de escudos. Neste quadro, o *stock* da dívida do Estado incluindo e excluindo os Títulos de Rendimento

de Mobilização de Capital (TRMC) aumentou para, respetivamente, 313,5 e 302,5 mil milhões de escudos, representando 128,3 e 123,8 por cento do PIB de 2022.⁹

A carteira da dívida do Estado (Governo central) continuou constituída por responsabilidades com elevado grau de concessionalidade, contratadas maioritariamente junto a credores externos multilaterais e bilaterais (em 63,7 por cento do PIB) e com vencimentos a médio e longo prazos.

A dívida de curto prazo do governo central representou 2,9 por cento do PIB a 31 de dezembro de 2022 (1,0 por cento do PIB em 2021), sendo exclusivamente constituída junto a bancos e outros credores residentes no país.

Em 2022, o *stock* total da dívida do setor público administrativo (incluindo os TRMC e os passivos contingentes), a 31 de dezembro de 2022, fixava-se nos 145,3 por cento do PIB (170,4 por cento a 31 de dezembro de 2021). Em particular, os passivos contingentes do Estado cresceram 10,4 por cento face ao ano anterior, fixando-se nos 41.425,7 milhões de escudos, representando 17 por cento do PIB.

Esta evolução deveu-se, essencialmente, ao aumento do *stock* da dívida das empresas públicas em 13,8 por cento (21,5 por cento em 2021), porquanto o *stock* da dívida das autarquias locais contraiu 4,4 por cento.

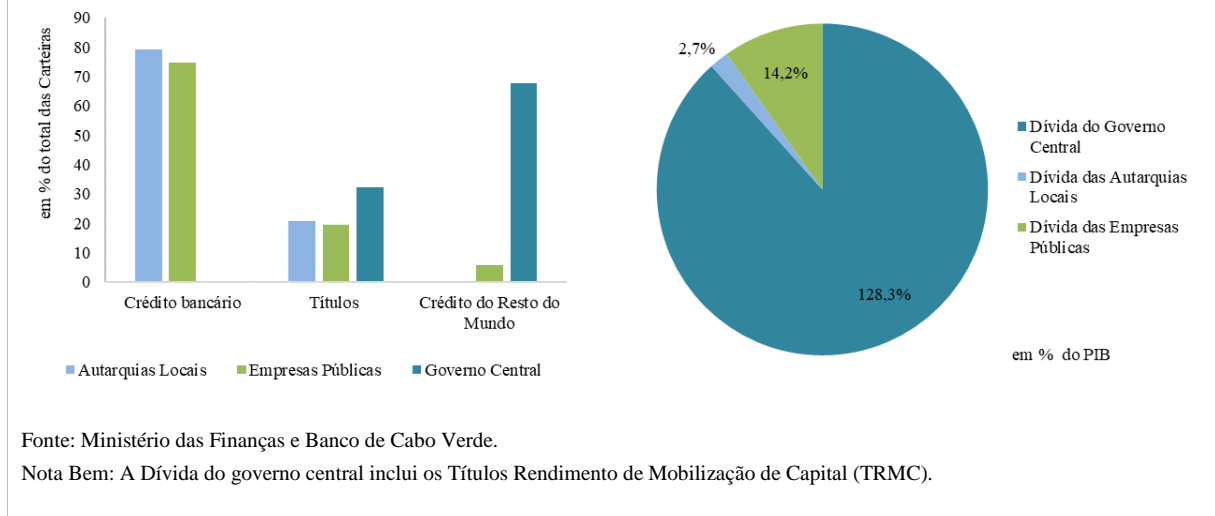
A maioria das responsabilidades financeiras das empresas públicas, continuou a ser constituída junto aos bancos nacionais, quer sob a forma de empréstimos (10,6 por cento do PIB), quer sob a forma de emissões obrigacionistas (2,8 por cento do PIB).

O *stock* da dívida das empresas públicas, em finais de 2022, ascendeu a 34.734,3 milhões de escudos (14,2 por cento do PIB), apresentando, contudo, um abrandamento no ritmo de crescimento face ao ano anterior, devido ao crescimento menos acentuado dos empréstimos junto do sistema bancário nacional, bem como, à redução dos empréstimos externos (em 5,1 por cento). No entanto, a posição da dívida interna das empresas públicas em títulos obrigacionistas, cresceu 8,2 por cento em 2022.

As autarquias locais, por sua vez, continuaram a financiar-se junto ao sistema bancário nacional, através da contratação de empréstimos (2,2 por cento do PIB) e de dívida titulada (0,5 por cento do PIB).

⁹ Refira-se que, pela Lei n.º 65/IX/2019 de 14 de agosto, foi aprovada a criação do Fundo Soberano de Garantia do Investimento Privado, dotando o Estado de Cabo Verde de um novo ativo financeiro, os Títulos de Rendimento de Mobilização de Capital (TRMC), livremente transacionáveis nos mercados de capitais interno e externo e um mecanismo de capitalização do Fundo. Por sua vez, a lei n.º 60/IX/2019 de 29 de julho, autorizou a troca dos Títulos Consolidados de Mobilização Financeira (TCMF) detidos pelo Banco de Cabo Verde pelos TRMC, títulos do tesouro de renda perpétua.

Figura 8. Stock da Dívida do Setor Público Administrativo em 2022



O *stock* da dívida das autarquias locais, em finais de 2022, reduziu para os 6.691,4 milhões de escudos, representando 2,7 por cento do PIB (3,6 por cento do PIB em 2021), em resultado essencialmente, da queda dos empréstimos junto do sistema bancário nacional face ao ano anterior, de 5,9 por cento.

Dada à emissão pontual e expressiva no ano anterior de um empréstimo obrigacionista pela Associação Nacional de Municípios de Cabo Verde junto da Bolsa de Valores de Cabo Verde para financiar as obras do Programa de Requalificação, Reabilitação e Acessibilidade (PRRA), a dívida titulada das autarquias locais, em 2022, cresceu mais moderadamente, em 3,6 por cento (quando comparado com o crescimento de 319,2 por cento em 2021).

Capítulo 3. Oferta e Procura

A economia nacional em 2022 registou um desempenho histórico, superando os níveis pré-pandémicos, impulsionado em grande medida, pelos impactos positivos de arrastamento do processo de recuperação da crise pandémica iniciado em 2021 com o fim das restrições à mobilidade e a retoma do turismo, bem como, pelas medidas de política adotadas em março de 2022 para compensar os efeitos da alta dos preços dos combustíveis e dos bens de primeira necessidade.

Assim, de acordo com as estimativas trimestrais das contas nacionais do Instituto Nacional de Estatística (INE), o Produto interno Bruto (PIB) em volume cresceu em 2022, 17,7 por cento, o que se compara com os 6,8 por cento registado em 2021.

Do lado da oferta, os aumentos registados, sobretudo, no valor acrescentado bruto dos setores de alojamento e restauração (264,4 por cento), transportes e armazenagem (45,8 por cento), comércio e reparação (34,2 por cento), bem como, nos impostos líquidos de subsídios (29,4 por cento), determinaram a *performance* da economia nacional em 2022.

A dinâmica da procura agregada com implicações no aumento da produção e do volume de negócios, bem como, nos impostos líquidos de subsídios arrecadados no período, explica o desempenho destes setores de atividade.

Quadro 6. Produto Interno Bruto (PIB)

	2020	2021	2022	2020	2021	2022
	Taxas de crescimento em volume (em %)			Contributos para o PIB em volume (em p.p.)		
Agricultura, Pesca e Pecuária e outros	10,0	3,8	-13,9	0,4	0,2	-0,6
Indústrias Extrativas	-5,8	32,8	2,6	0,0	0,1	0,0
Indústrias Transformadoras	-13,3	10,0	3,3	-0,6	0,5	0,2
Eletricidade e Água	-24,6	5,1	29,9	-0,5	0,1	0,6
Construção	-5,4	32,8	2,6	-0,4	3,1	0,3
Serviços	-21,7	3,4	21,2	-15,0	2,2	13,7
Impostos Líquidos de Subsídios sobre Produtos	-25,0	5,0	29,4	-3,1	0,6	3,6
Consumo Privado	-22,7	6,6	28,3	-14,6	4,0	17,6
Consumo Público	3,0	5,4	-7,0	0,6	1,3	-1,6
Investimento	46,3	12,0	-31,8	12,5	5,4	-14,4
Exportações	-58,9	3,1	100,7	-27,6	0,7	23,2
Importações	-17,3	8,6	13,1	-9,8	4,6	7,1
Produto Interno Bruto	-19,3	6,8	17,7	-19,3	6,8	17,7

Fonte: Instituto Nacional de Estatística e Cálculos do Banco de Cabo Verde.
Ano Base = 2015

De acordo com os dados do INE, em 2022, o volume de negócios nos setores de alojamento e restauração, transportes e comércio aumentou 299,8, 55,3 e 45 por cento, respetivamente (o que se compara com -4,9, -4,2 e 10,6 por cento em 2021).

Por seu turno, a procura turística (medida pelo número de entradas de turistas internacionais nos estabelecimentos hoteleiros do país) cresceu 481,5 por cento (-24,9 por cento em 2021), e a movimentação de passageiros nos aeroportos e aeródromos, nos portos e nos autocarros de Cabo Verde registou acréscimos de, respetivamente, 162,3, 24,6 e 9,1 por cento, com implicações nas atividades dos setores de alojamento e restauração e transportes.

No entanto, realça-se, em 2022, uma desaceleração no ritmo de crescimento do valor acrescentado bruto dos setores da construção (em -30,2 pontos percentuais), das atividades imobiliárias (em -1,3 pontos percentuais) e da indústria transformadora (em -6,7 pontos percentuais), devido às restrições persistentes na oferta, aos problemas no acesso a determinados bens intermédios e ao aumento dos custos de produção.

De acordo com os dados do INE, em 2022, o índice de produção na construção civil reduziu, em média, 0,6 por cento (o que se compara com um crescimento de 10 por cento em 2021) e, o índice de produção industrial cresceu, em média, mais moderadamente em 4,2 por cento (o que se compara com 8,9 por cento em 2021).

De realçar, igualmente, uma redução do valor acrescentado bruto do setor da administração pública e segurança social em 8,4 por cento (o que se compara com um crescimento de 5,4 por cento em 2021), relacionado com a política pública de racionalização e contenção de gastos, visando a retoma da consolidação orçamental, após um período de expansão dos gastos associados ao combate da pandemia.

Do lado da procura, a evolução da economia nacional em 2022, foi determinada pelos contributos positivos, tanto da procura externa líquida como da procura interna.

A procura externa líquida registou uma significativa melhoria, com as exportações a crescerem 100,7 por cento, um ritmo muito superior às importações, em 13,1 por cento. O desempenho muito positivo das exportações de serviços, sobretudo de viagens de turismo, num contexto de aumento da procura turística no país, bem como das exportações de bens justificam a evolução das exportações.

A procura interna, não obstante, ter registado uma redução em volume de 0,8 por cento, teve também, um contributo positivo para o crescimento do produto, devido essencialmente, à aceleração que se verificou no consumo privado.

Pese embora, o perfil em geral descendente da confiança dos consumidores e o abrandamento do rendimento disponível real das famílias em resultado sobretudo, da moderação no crescimento das outras transferências correntes líquidas (particularmente, das remessas de emigrantes), da redução das prestações sociais e da elevada inflação no país, o consumo privado cresceu

28,3 por cento em 2022. Esta evolução deveu-se ao fim das restrições relacionadas com a Covid-19 e à concretização de despesas de consumo adiadas, apoiada pela redução das poupanças acumuladas com a pandemia, bem como, às medidas implementadas pelo Governo em março de 2022 para atenuar os efeitos da alta dos preços dos combustíveis e dos bens de primeira necessidade sobre o consumo. Estima-se que, a taxa de poupança das famílias tenha sido negativa, em 1,3 por cento em 2022, o que se compara com taxas positivas de 11,3 e 14,1 por cento, em 2020 e 2021, respetivamente.

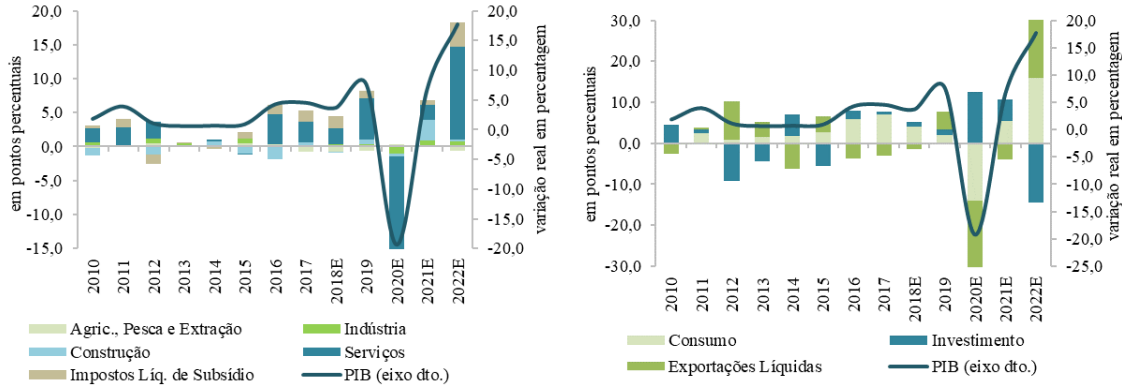
No entanto, o consumo público reduziu 7 por cento em 2022, após um crescimento de 5,4 por cento em 2021, em resultado do desvanecimento do impacto temporário da expansão das despesas públicas associada ao combate da pandemia e à moderação nos gastos de funcionamento em geral, em linha com a política pública de racionalização e contenção de gastos públicos.

O investimento, por seu turno, também registou uma redução, de 31,8 por cento (o que se compara com um crescimento de 12 por cento em 2021), relacionado com as interrupções nas cadeias de abastecimento globais e restrições de oferta de algumas matérias-primas e bens essenciais à atividade económica, os custos de produção elevados e a alta incerteza relacionada com a guerra na Ucrânia, que condicionaram a execução de alguns projetos de investimentos públicos e privados, e afetaram a confiança dos investidores no último trimestre do ano.¹⁰

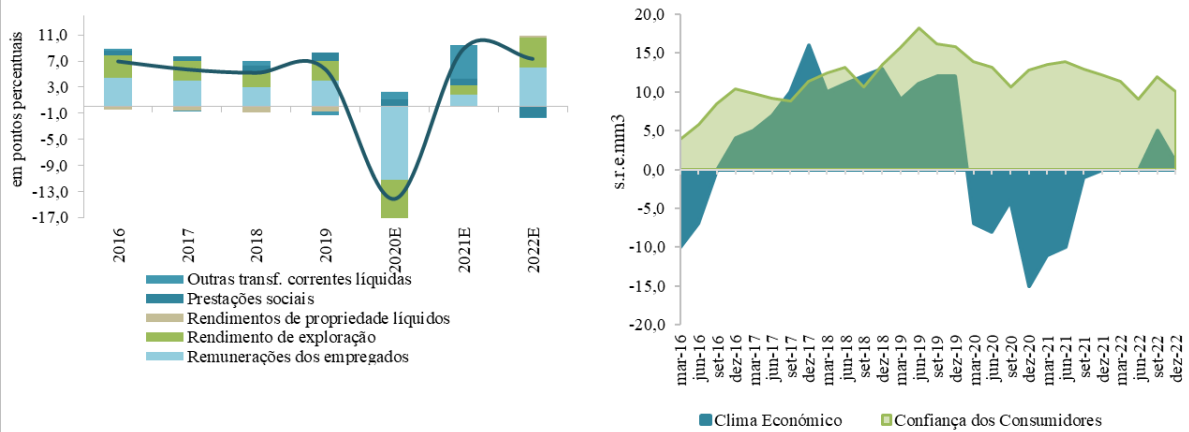
¹⁰ De acordo com os dados de execução orçamental do Ministério das Finanças, as despesas com o programa de investimentos públicos reduziram 10,2 por cento em 2022. No entanto, o investimento direto estrangeiro (IDE) realizado no país, suportado em grande medida pelo investimento dos emigrantes, cresceu 44,9 por cento.

Figura 9. Indicadores Seleccionados do Desempenho da Economia

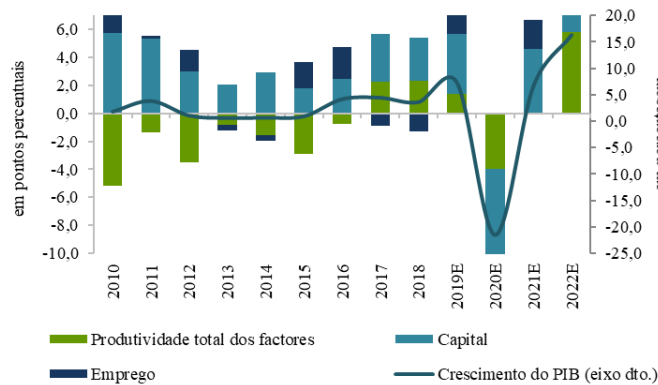
PIB em volume pelas Óticas da Oferta e da Procura



Rendimento Disponível dos Particulares & Clima Económico e Confiança dos Consumidores



Contributos da Produtividade Total de Fatores, do Capital e do Trabalho no Crescimento do PIB



Fonte: Instituto Nacional de Estatística. Fundo Monetário Internacional e Banco de Cabo Verde. Cálculos do Banco de Cabo Verde.
E – Estimativas do Instituto Nacional de Estatística.
PPP-Purchasing Power Parity.

A evolução da atividade económica traduziu-se num *output gap* positivo, com a taxa de crescimento do produto efetivo a situar-se acima da taxa de crescimento do produto potencial, indicando (na ausência do controlo dos preços e salários) a existência de restrições na capacidade produtiva (ou de oferta) da economia, bem como, de pressões inflacionistas.¹¹

Análises técnicas robustas mostram que, não obstante uma melhoria no contributo da produtividade total dos fatores (PTF) para o crescimento do produto nacional face aos dois últimos anos, a PTF, em média, continua ainda em níveis baixos, condicionando o potencial de crescimento da economia.¹²

¹¹ O produto potencial foi estimado utilizando o filtro *Hodrick Prescott*.

¹² A expansão da produtividade total dos fatores (PTF) reflete a capacidade de uma economia crescer para além da acumulação dos fatores produtivos capital e trabalho e é normalmente estimada como parte de um exercício de contabilidade do crescimento. Se assumirmos que todas as economias podem ter acesso à mesma tecnologia é possível estimar uma fronteira internacional de produção e decompor a PTF como o contributo do progresso tecnológico e das variações na eficiência. O progresso tecnológico corresponde a técnicas mais produtivas, por exemplo associadas a inovações, enquanto as melhorias na eficiência correspondem a melhores arranjos institucionais e organizacionais, ou seja, um uso mais eficiente do nível de fatores produtivos existente e da tecnologia.

A Atividade Turística em 2022

A atividade turística nacional evidenciou, em 2022, um desempenho bastante favorável, atingindo os níveis pré-pandémicos.

Após as reduções verificadas em 2020 e 2021 em, respetivamente, 76,3 e 24,9 por cento, a procura turística internacional, medida em termos de entrada de hóspedes não residentes nos estabelecimentos hoteleiros do país, registou uma forte recuperação, crescendo 481,5 por cento em 2022, fixando-se nos 785.272 turistas.

Esta *performance* do setor turístico nacional foi superior ao desempenho mundial do setor, que registou mais uma queda de 34 por cento em 2022, embora menos expressiva que nos dois anos anteriores, ficando ainda aquém dos níveis pré-pandémicos.

Todas as regiões do mundo registaram, em 2022, reduções no número de turistas internacionais. A região do Oriente Médio apresentou a menor redução relativa (de 10 por cento), enquanto a região da Ásia-Pacífico evidenciou a maior redução relativa (de 72 por cento) mantendo medidas mais rígidas relacionadas à pandemia que só começaram a ser eliminadas nos últimos meses do ano. Os destinos mais procurados em 2022 foram a Espanha, os EUA, a Turquia, Itália e o México.

Em termos de dormidas, o número de dormidas no país, também registou uma recuperação, crescendo 425,7 por cento face a 2021 (após os decréscimos de 78,2 e 30,1 por cento em, respetivamente, 2020 e 2021), reflexo do aumento registado em todos os mercados emissores, com destaque, para o Reino Unido (em 1403,9 por cento), Alemanha (em 371,4 por cento) e Países Baixos (em 506,3 por cento). O principal mercado emissor de turistas, no ano 2022, passou a ser novamente o Reino Unido (em 2021, foi Portugal) com 36,6 por cento do total da procura turística, seguido de Alemanha com 13,1 por cento, Países Baixos com 10,8 por cento e Portugal com 9,6 por cento.

Acompanhando a evolução da procura turística no país, as receitas brutas da atividade turística cresceram 209,7 por cento, após as quedas de 68,1 por cento em 2020 e 13,3 por cento em 2021. Entretanto, as receitas brutas por dormida reduziram 41,1 por cento, para os 10.729 escudos por dia.

Principais Indicadores do Turismo

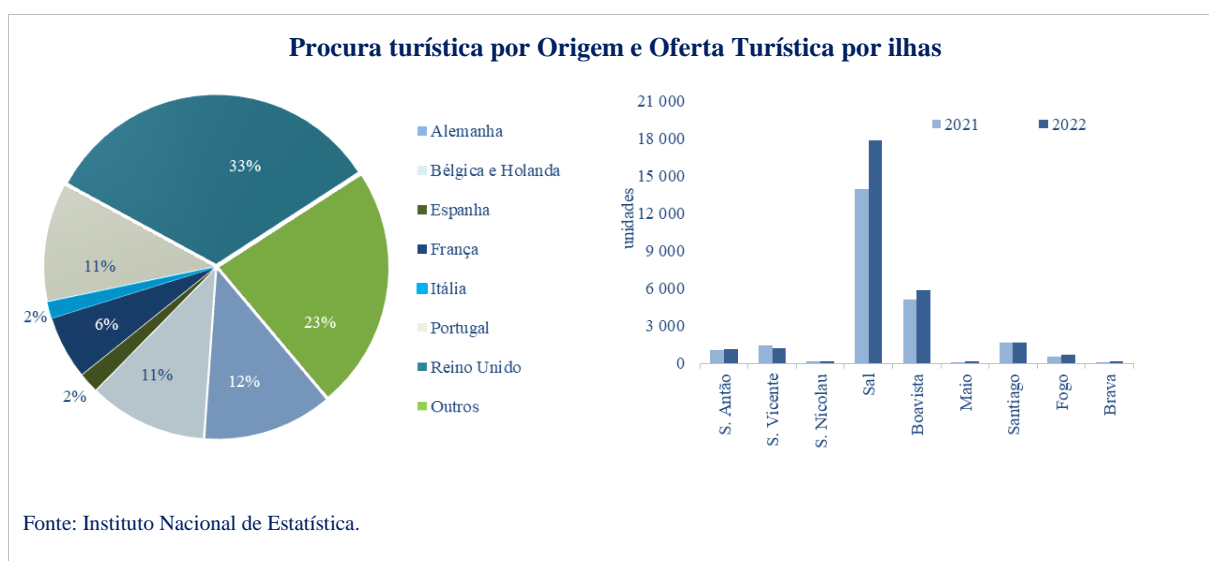
	2020	2021	2022	Taxas de Variação (em %)		
				2020	2021	2022
Entrada de Turistas Int. nos Estabelec. Hoteleiros	179 886	135 051	785 272	-76,3	-24,9	481,5
Nº de Dormidas de Turistas Internac.	1 073 987	750 334	3 944 367	-78,2	-30,1	425,7
Receitas Brutas de Viagens internac. (milhões de CVE)	15 764	13 665	42 319	-68,1	-13,3	209,7
Receitas Brutas de Viagens internac./ dormida por dia em CVE *	14 678	18 212	10 729	46,1	24,1	-41,1
Nº de Camas Disponíveis	4094	24156	28851	-80,6	490,0	19,4
Tx. Ocupação dos Estabelec. Hoteleiros	39%	27%	52%	-----	-----	-----
Duração da Estadia (n.º de noites)	5,3	4,3	4,8	-13,1	-18,9	11,6

Fonte: Instituto Nacional de Estatística e Banco de Cabo Verde. Cálculos do Banco de Cabo Verde

Notas: * A preços do ano anterior

As ilhas do Sal e da Boa Vista continuaram a ser o destino preferido dos turistas estrangeiros e nacionais, com as maiores taxas de ocupação do país, de respetivamente, 56 e 83 por cento. Ambas, acolheram 92,6 por cento do total da procura turística, que se concentrou, em grande medida, no terceiro e quarto trimestres do ano.

Relativamente à oferta turística nacional, o número de estabelecimentos hoteleiros no país aumentou dos 292 para os 296 estabelecimentos. A oferta de camas registou um acréscimo de 4.695 para um total de 28.851 camas. A ilha de Santo Antão continuou a liderar a oferta de estabelecimentos hoteleiros (74 unidades, representando 25 por cento do total), não obstante as ilhas do Sal, Boa Vista e Santiago continuarem a liderar a oferta de quartos e camas. Refira-se que, a capacidade de alojamento aumentou em quase todas as ilhas (com exceção das ilhas de São Vicente e São Nicolau), com destaque para as ilhas do Sal e Boa Vista com, respetivamente, 61,8 e 20,4 por cento do total.

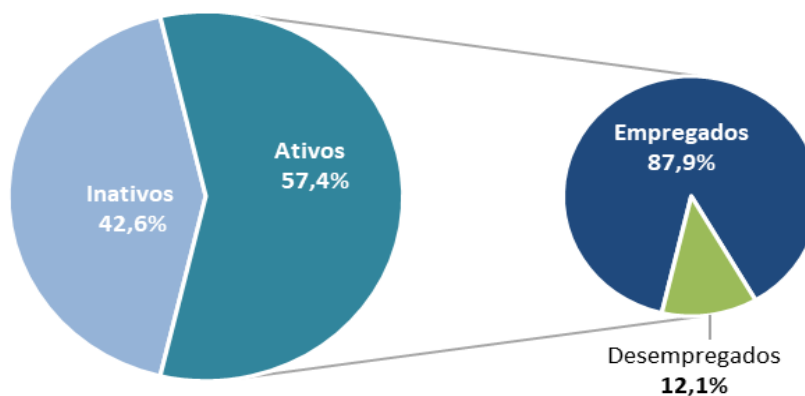


Capítulo 4. Mercado de Trabalho

De acordo com os resultados do Inquérito Multiobjectivo Contínuo (IMC) do Instituto Nacional de Estatísticas (INE), segundo a Resolução I da 19ª CIST de 2013, a taxa de desemprego, em 2022, situou-se em 12,1 por cento. A população ativa, ou seja, a população empregada e a desempregada que procurou trabalho e esteve disponível para trabalhar, foi de 202.435, das quais, 87,9 por cento ficaram empregadas e 12,1 por cento ficaram desempregadas.¹³

A população empregada ou ocupada no ano de 2022 totalizou os 178.016 indivíduos, representando uma taxa de emprego ou de ocupação de 50,5 por cento. Sal e Boa Vista continuaram sendo os concelhos com as maiores taxas de emprego, 65,1 e 64,6 por cento, respetivamente, seguindo-se os concelhos da Praia (55,3 por cento) e São Vicente (55,1 por cento), enquanto os concelhos de Mosteiros (28,3 por cento), São Miguel (29,3 por cento) e Ribeira Brava (31,8 por cento) apresentaram as menores taxas de emprego.

Figura 10. Situação do Mercado de Trabalho em 2022



Fonte: Instituto Nacional de Estatística

O setor empresarial privado continua a ser o maior empregador em Cabo Verde, absorvendo 42,8 por cento dos empregados, seguido de conta própria, com 23,6 por cento, e administração

¹³ O Instituto Nacional de Estatísticas tem vindo a calcular os indicadores de Mercado de Trabalho desde o ano de 2000, tendo em 2009 adotado a Resolução da 13ª Conferência Internacional dos Estatísticos do Trabalho (CIET) da OIT de 1982. Em 2013, a OIT adotou a Resolução I da 19ª CIET “Resolução sobre estatísticas de trabalho, emprego e subutilização da mão de obra”, que substituiu as resoluções de 1982 e 2008, bem como as diretrizes de 1987 e 1998. Com isso, em 2022, o INE implementou a Resolução I da 19ª CIET de 2013, para medir as estatísticas do Mercado de Trabalho. De acordo com o INE, “as alterações ocorridas no levantamento das informações sobre a população empregada, tendo em conta a Resolução I da 19ª CIET de 2013 causaram efeitos que afetam a comparabilidade com os indicadores dos anos anteriores (2011-2020), uma vez que o aprimoramento do questionário se reverteu em melhor captação das outras formas de trabalho, pelo que não é recomendável fazer a comparação dos dados do IMC 2022, tendo em conta a Resolução I da 19ª CIET de 2013 com os dados dos anos anteriores, que foram medidos tendo em conta a Resolução da 13ª CIET de 1982. Assim, optou-se por analisar apenas os resultados do ano de 2022, segundo a Resolução I da 19ª CIET de 2013.

pública, que absorve 18,7 por cento. Cerca de 16,5 por cento dos empregados trabalham no setor do “comércio, reparações de automóveis e motocicletas”, seguindo-se o setor da “construção” (com 12,2 por cento), “administração pública” (com 10,6 por cento), “indústria transformadora (com 10 por cento), “agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca” (com 9,6 por cento) e “alojamento e restauração” (com 8,2 por cento).

A taxa de atividade, ou seja, o nível geral de participação da população em idade ativa no mercado do trabalho, foi de 57,4 por cento.

Entretanto, a população desempregada, ou seja, as pessoas que não trabalharam pelo menos uma hora na semana, mas que procuraram emprego nas últimas quatro semanas e estavam disponíveis para trabalhar, totalizou os 24.420 indivíduos, com a taxa de desemprego a situar-se em 12,1 por cento em 2022. O desemprego afetou, sobretudo, os jovens na faixa etária entre os 15 e os 34 anos de idade, habilitados com ensino secundário e médio ou superior, bem como, as mulheres e tanto os residentes na zona urbana como rural.

Os concelhos de Tarrafal de São Nicolau, Tarrafal e Santa Catarina do Fogo registaram as maiores taxas de desemprego do país, 24,2, 18,7 e 18,1 por cento, respetivamente. As menores taxas de desemprego foram registadas nos concelhos do Sal (2,4 por cento), Ribeira Grande de Santiago (4,3 por cento) e São Salvador do Mundo (5,2 por cento). De referir que, a duração média no desemprego é de 19 meses.

Do total de 352.494 pessoas em idade de trabalhar (de 15 anos de idade ou mais), 150.059 indivíduos estavam inativos, ou seja, sem emprego e que não procuraram trabalho ou que não estavam disponíveis para trabalhar. A motivação para a não procura de trabalho dependeu da idade. Entre a população de 15-24 anos, a principal razão para a não procura de trabalho foi por serem estudantes e, de seguida, pela perceção de que não há emprego. Entre a população de 25-64 anos, as principais razões para a inatividade foram a perceção de que não há emprego, seguida, de invalidez ou doença e responsabilidades pessoais e familiares incompatíveis com a ocupação laboral. Já entre a população com 65 anos ou mais, as principais razões foram que são idosos (não têm idade para trabalhar), seguida de invalidez ou doença e pelo fato de já estarem reformados.

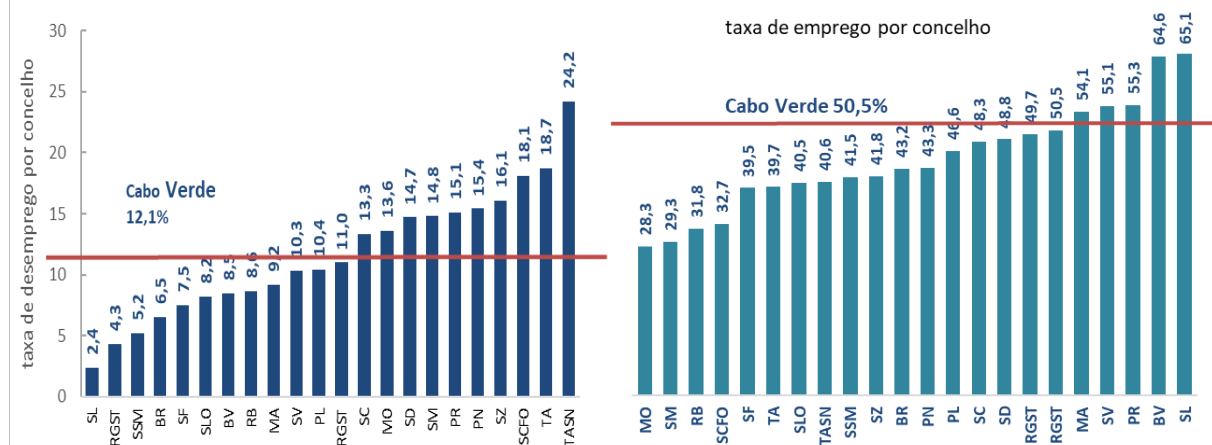
O subemprego, ou seja, o número de empregados que trabalharam menos de 35 horas semanais e que declararam estar disponíveis para trabalhar mais horas caso tivessem encontrado uma outra atividade, totalizou os 22.449 indivíduos (a maioria na zona rural), sendo que, a taxa de subemprego fixou-se nos 12,6 por cento em 2022.

Cerca de 95.708 empregados, representando 53,8 por cento do total da população empregada, trabalham na informalidade, ou seja, não beneficiam de proteção social (inscrição no INPS) ou de férias anuais e dias de repouso por motivo de doença pagos. Por outro lado, o emprego

precário, caracterizado por ser sazonal, ocasional, temporário ou a tempo parcial, totalizou em 2022, os 50.514 empregados, representando 28,4 por cento da população empregada.

Figura 11. Indicadores do Mercado de Trabalho em 2022

Taxas de desemprego e de emprego por concelho



Distribuição da população empregada segundo a situação profissional e segundo os ramos de atividade

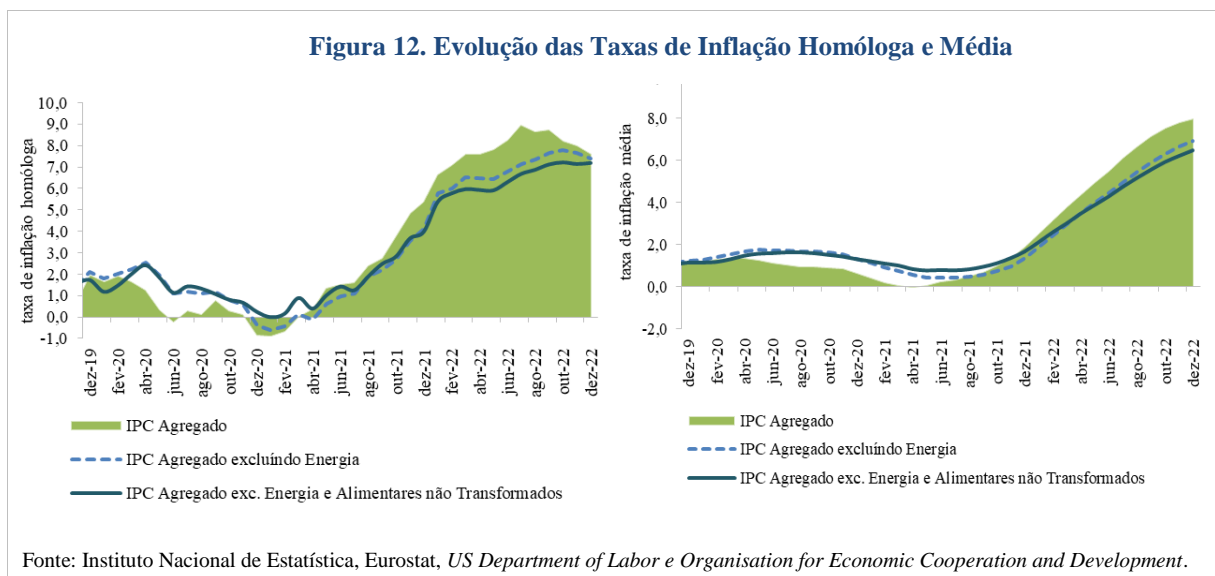


Fonte: Instituto Nacional de Estatísticas

Capítulo 5. Inflação

As taxas de inflação em Cabo Verde aumentaram significativamente em 2022, atingindo os níveis mais altos dos últimos 20 anos, em resultado de pressões inflacionistas decorrentes da recuperação da procura (principalmente no setor de serviços) e de restrições persistentes na oferta causadas pela guerra na Ucrânia, bem como, do aumento dos preços das matérias-primas energéticas e não energéticas (sobretudo alimentares) no mercado internacional.

Assim, de acordo com dados do Instituto Nacional de Estatísticas (INE), a taxa de inflação média dos últimos doze meses, aumentou de 1,9 por cento em 2021 para 7,9 por cento em 2022. Por seu turno, a taxa de inflação homóloga aumentou para 7,6 por cento em 2022 (o que se compara com 5,4 por cento em 2021), não obstante ter dado sinais de um abrandamento desde agosto de 2022, favorecido pela evolução dos preços do gás e da eletricidade, devido, em parte, ao impacto das medidas adotadas pelo governo em março de 2022 para compensar os efeitos dos preços elevados dos produtos energéticos (limite de ajustamento em alta e congelamento de preços de alguns bens).¹⁴



O aumento da inflação, corroborado pela evolução da taxa de inflação média dos últimos doze meses, traduziu principalmente, o aumento dos preços das classes de “Produtos alimentares e

¹⁴ Note-se que, em 2022, os preços do gás reduziram 6,2 por cento, o que se compara com um aumento de 42 por cento em 2021. Por outro lado, os preços da eletricidade registaram uma desinflação, passando de 15 por cento em 2021 para 9,5 por cento em 2022.

bebidas não alcoólicas”, “Transportes” e “Habitação, água, eletricidade, gás e outros combustíveis” em, respetivamente, 15,7, 11,1, e 4,1 por cento (o que se compara com 0,6, 6,2 e 1,9 por cento em 2021).

A inflação da classe de “Produtos Alimentares e bebidas não alcoólicas” deveu-se ao aumento generalizado dos preços, com particular destaque, dos preços de “Matérias gordas” (45 por cento), “Açúcar, compota, mel, chocolate e produtos de confeitaria” (24,2 por cento), “Café, chá e cacau” (23,2 por cento), “leite, queijo e ovos” (18,1 por cento) e “Produtos hortícolas” (15,9 por cento).

Por seu turno, a inflação das classes de “Transportes” e “Habitação, água, eletricidade, gás e outros combustíveis” resultou do aumento dos preços, sobretudo, de “Combustíveis líquidos” (80,7 por cento), “Combustível e lubrificantes para equipamento para transporte pessoal”(40,7 por cento), “Gás”(17,7 por cento) e “Eletricidade”(16,1 por cento), refletindo a transmissão dos preços internacionais das matérias-primas energéticas aos preços internos, com a atualização dos preços administrados de combustíveis. Note-se que, em 2022, os preços administrados de combustíveis líquidos (petróleo, gasóleo e gasolina), de gás e de eletricidade (por escalões), foram atualizados em média, em respetivamente, 52,3, 18,5 e 2,5 por cento (o que se compara com 22,8, 19,6 e 35,4 por cento em 2021).

Quadro 7. Índice de Preços no Consumidor

	2020	2021	2022	2022			
				Mar	Jun	Set	Dez
Índice de Preços no Consumidor							
Taxa de variação homóloga	-0,9	5,4	7,6	7,6	8,2	8,7	7,6
Taxa de variação média dos últimos 12 meses	0,6	1,9	7,9	3,8	5,5	7,1	7,9
Principais Agregados do IPC (t.v.h.)							
Produtos alimentares e bebidas não alcoólicas	1,7	0,6	15,7	16,5	16,2	17,9	15,8
Bebidas alcoólicas, tabaco e narcóticos	4,7	8,1	11,9	9,1	12,3	15,3	14,3
Vestuário e calçado	-3,5	2,9	3,8	5,6	0,8	1,5	1,5
Habitação, água, eletricidade, gás e outros combustíveis	0,0	1,9	4,1	4,0	4,6	4,9	2,5
Acessórios, equip. doméstico e manutenção corrente da hab.	1,4	4,9	4,9	4,2	4,8	5,7	5,4
Saúde	5,0	-0,5	8,0	7,9	8,2	9,6	6,9
Transportes	0,2	6,2	11,1	9,7	13,9	9,5	8,8
Comunicações	-0,8	0,9	0,5	0,6	0,6	0,4	0,6
Lazer, recreação e cultura	0,8	0,0	5,0	4,4	4,4	5,4	7,7
Ensino	-0,3	-1,3	-0,2	-0,2	-0,2	-0,2	-0,3
Restaurantes e hotéis	3,6	0,7	4,6	2,0	2,9	6,8	7,4
Bens e serviços diversos	0,2	-1,5	2,5	-0,1	2,2	4,4	4,8

Fonte: Instituto Nacional de Estatística. Cálculos do Banco de Cabo Verde.

Nota: Os valores referentes aos anos 2020, 2021 e 2022 correspondem à taxa de variação da média anual. Os dos meses referem-se às taxas de fim de período; t.v.h. - taxa de variação homóloga.

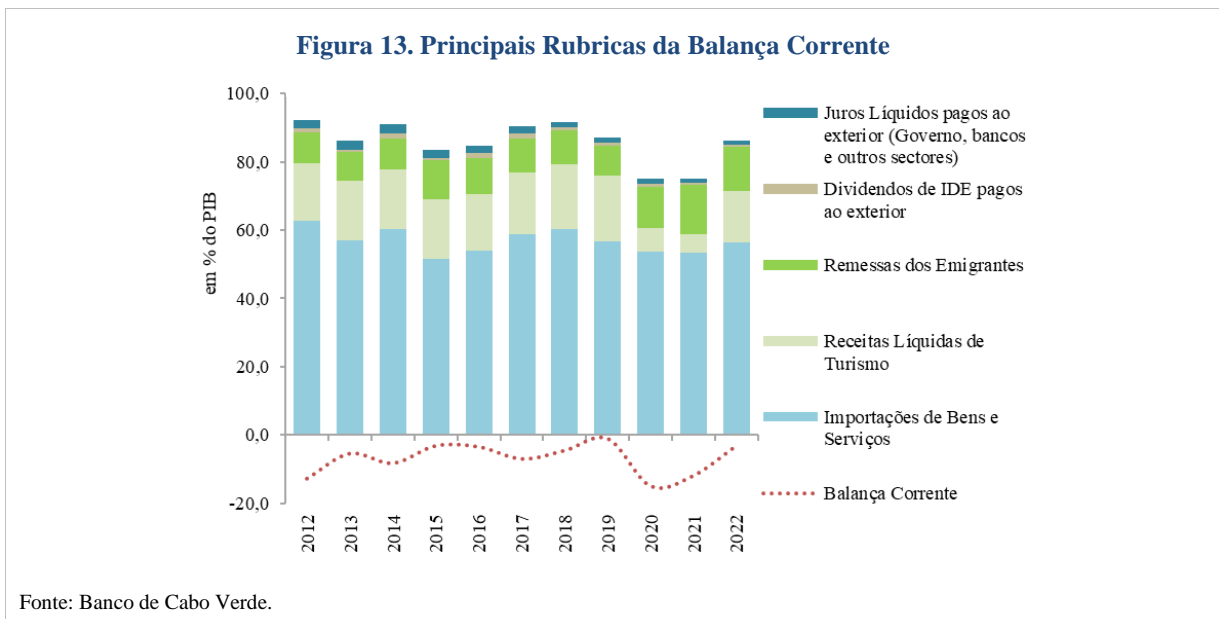
A taxa de variação média da inflação subjacente, que expurga do índice geral de preços, os bens alimentares não transformados e a energia, fixou-se em 7,2 por cento em 2022, situando-se 0,7 pontos percentuais abaixo da taxa de variação média da inflação global, indiciando que, as componentes mais voláteis do cabaz de consumo nacional, nomeadamente, os bens alimentares não transformados e a energia, continuaram a ser determinantes para a evolução dos preços no consumidor em 2022.

Capítulo 6. Contas Externas

As contas externas do país evoluíram positivamente, em 2022, apesar do contexto económico menos favorável dos principais parceiros. Esta *performance* deveu-se aos efeitos de arrastamento do processo de recuperação da crise pandémica na economia nacional, iniciada no ano anterior, com o levantamento das restrições à mobilidade internacional e a retoma do turismo, bem como, ao mercado de trabalho robusto na diáspora.

A balança corrente registou um défice de 7.268,9 milhões de escudos, representando 3 por cento do PIB (11,8 por cento do PIB em 2021), evidenciando uma melhoria de 15.815,8 milhões de escudos face ao ano anterior, para a qual contribuíram os desempenhos da balança de serviços e da balança de rendimento secundário.

A balança de serviços registou um excedente de 34.830,1 milhões de escudos, apresentando um crescimento de 518,5 por cento, devido sobretudo, aos aumentos registados nas exportações de serviços de viagens de turismo e de transportes aéreos em, respetivamente, 226,2 e 111,8 por cento. As exportações de serviços de viagens de turismo e de transportes aéreos evoluíram, em 2022, acima das expectativas, atingindo valores muito próximos dos níveis pré-pandémicos, o que ocorreu num contexto de retoma turística no país, associada à concretização de despesas adiadas pelos turistas, favorecida pela utilização das poupanças acumuladas durante a crise pandémica.



A balança de rendimento secundário também evidenciou, em 2022, um aumento no seu excedente de 6,6 por cento, para os 42.953,1 milhões de escudos, em resultado dos acréscimos registados nas remessas de emigrantes e nas outras transferências privadas (em particular, donativos de individualidades e de instituições sem fins lucrativos) em, respetivamente, 11,6 e 6,7 por cento, porquanto as transferências correntes oficiais registaram uma redução de 29,9 por cento.

As remessas de emigrantes cresceram mais moderadamente face ao ano anterior (quando comparado com o crescimento de 32 por cento em 2021), refletindo o efeito negativo da elevada inflação sobre o rendimento real e o poder de compra dos emigrantes e as condições de financiamento mais restritivas nos seus países de acolhimento, parcialmente compensado, pela dinâmica do mercado de trabalho (que se tem mantido robusto), num contexto de medidas de compensação dos preços elevados da energia e da inflação nestes países. A maior parte das remessas dos emigrantes (na forma de transferências em divisas) foi proveniente, sobretudo, dos EUA, de Portugal e da França, que, em 2022, cresceram 17,4, 26,5 e 2,6 por cento, respetivamente.

Quadro 8. Comércio Externo de Bens e Serviços

	2020	2021	2022	2020	2021	2022
	em milhões de escudos			Taxas de Variação (em %)		
Importações de Bens e Serviços	97 528,8	104 700,0	110 682,3	-23,2	7,4	5,7
Bens de Consumo	28 202,5	31 371,3	38 950,0	-13,9	11,2	24,2
Bens de Capital	10 216,0	9 486,1	8 280,5	1,0	-7,1	-12,7
Combustíveis	6 793,4	9 452,9	18 368,8	-25,9	39,1	94,3
Viagens de Negócios	224,6	497,6	757,8	-67,4	121,6	52,3
Viagens Pessoais	4 771,5	4 741,6	5 554,3	-37,6	-0,6	17,1
Serviços de Transporte (incluindo fretes)	6 287,9	7 316,2	10 120,8	-42,9	16,4	38,3
Serviços Empresariais Profissionais e Técnicos	4 805,1	3 343,3	3 949,3	-51,0	-30,4	18,1
Exportação de Bens e Serviços	40 969,7	44 429,1	90 413,1	-58,7	8,4	103,5
Pescado	4 133,2	4 197,3	3 796,8	-14,9	1,5	-9,5
Vestuário	389,4	378,2	532,4	-39,8	-2,9	40,8
Calçado	254,7	288,9	295,1	-21,3	13,5	2,1
Fornecimentos à Navegação Aérea e Marítima	7 452,1	11 339,9	24 764,6	-63,4	52,2	118,4
Viagens	15 764,3	13 665,4	42 319,0	-68,1	-13,3	209,7
Serviços de Transporte	544,0	579,2	625,0	-31,8	6,5	7,9
Serviços de Comunicação	6 005,9	4 978,3	9 098,3	-61,1	-17,1	82,8
Tx Cobertura Importações pelas Exportações	42%	42%	82%			

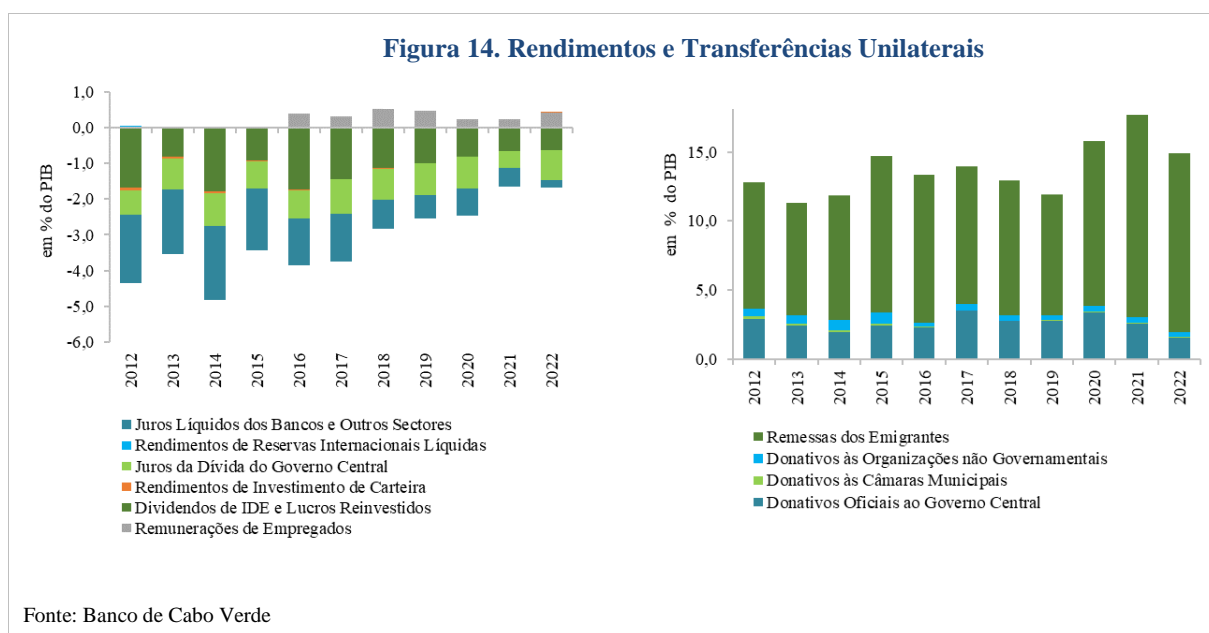
Fonte: Banco de Cabo Verde.

A contribuir negativamente para a evolução da balança corrente, destaca-se o desempenho da balança de bens e da balança de rendimento primário.

Não obstante o aumento das reexportações de combustíveis e víveres nos portos e aeroportos nacionais (em 118,4 por cento) e, por conseguinte, das exportações de bens (em 78,4 por cento), a balança de bens registou um agravamento no seu défice de 15.686,2 milhões de escudos para os 82.054,2 milhões de escudos, explicado essencialmente, pelo aumento nas importações de bens (em 34,6 por cento), especialmente de combustíveis e bens de consumo.

A balança de rendimento primário, por seu turno, registou também, um agravamento no défice de 354,4 milhões de escudos, fixando-se nos 2.997,9 milhões de escudos, traduzindo em grande medida, o aumento nos pagamentos de juros da dívida externa pública e nos rendimentos de investimento direto expatriados.

A balança de capital apresentou uma redução no seu excedente, de 13,6 por cento, situando-se nos 2.308,9 milhões de escudos, impulsionado essencialmente, pela queda registada nas transferências privadas de emigrantes e de outras individualidades (em 22,8 por cento), porquanto as transferências oficiais de capital (doações) aumentaram 19,2 por cento.

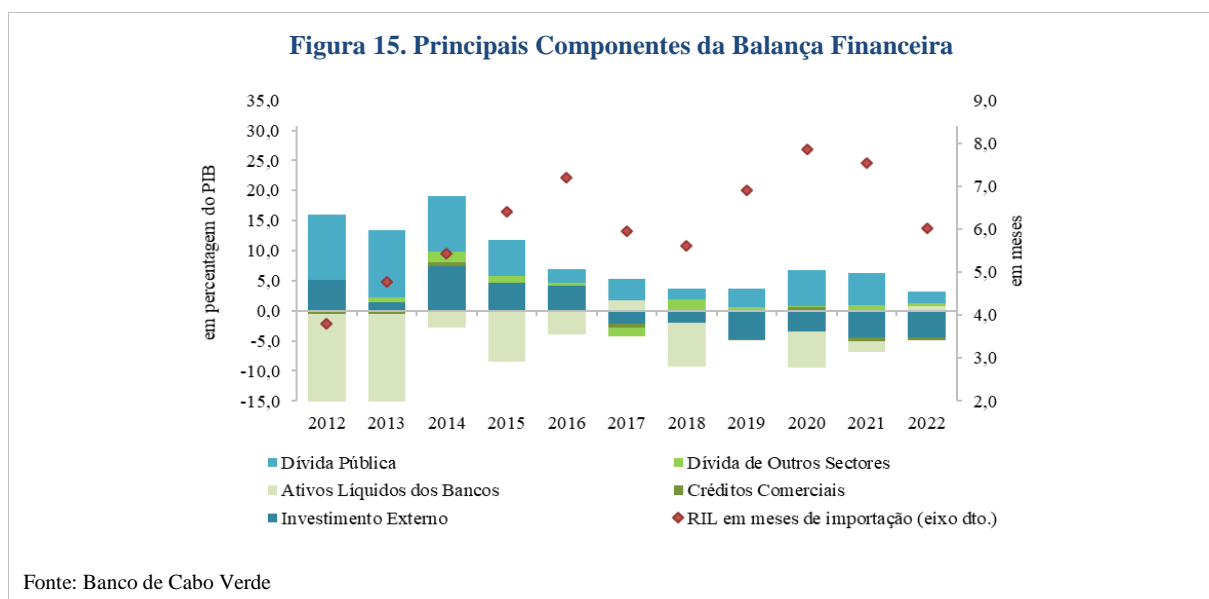


A balança financeira (excluindo os ativos de reserva) evidenciou, em 2022, um défice de 10.189 milhões de escudos, apresentando uma diminuição nos influxos líquidos de financiamento na economia, em termos absolutos, de 9.243,5 milhões de escudos face ao ano anterior. Esta evolução foi reflexo, principalmente, das reduções registadas nos desembolsos líquidos, tanto da dívida pública como da dívida privada (com o aumento nos pagamentos das amortizações de

capital pelo governo central e pelos bancos), bem como, do aumento nos ativos externos líquidos dos bancos.

Pese embora, a entrada de avultados desembolsos no último trimestre do ano, provenientes do Banco Mundial e do Banco Africano de Desenvolvimento (BAD) no valor total de 69,1 milhões de euros, verificou-se, em 2022, uma redução nos desembolsos líquidos da dívida pública, em resultado não só, da diminuição dos desembolsos externos (em 9,2 por cento), mas também, do aumento das amortizações de capital (em 94,3 por cento) associado ao fim do período de carência de alguns empréstimos, conjugado com o término das moratórias concedidas.

Entretanto, a contribuir positivamente para a evolução dos influxos líquidos de financiamento na economia, destaca-se o desempenho do investimento direto estrangeiro realizado no país, que se fixou nos 12.879,3 milhões de escudos (5,3 por cento do PIB), apresentando, em 2022, um crescimento de 44,9 por cento. O investimento realizado foi sobretudo nos setores do turismo e imobiliária turística, nas ilhas de Santiago, São Vicente e Boa Vista. O capital investido proveio, maioritariamente, de Portugal.



Os influxos líquidos de financiamento foram mais que suficientes para cobrir as necessidades de financiamento da economia, pelo que, o país acumulou 23,6 milhões de euros em ativos de reserva no final do ano. Em consequência, o *stock* das reservas internacionais líquidas do país aumentou, em 2022, para os 625,7 milhões de euros. No entanto, devido ao significativo aumento das importações de bens e serviços em 2022, as reservas oficiais permitiram garantir 6 meses das importações (o que se compara com 7,5 meses das importações em 2021).

Em resultado sobretudo, do aumento da posição dos passivos externos de outros setores e do governo (em 128,1 e 48,4 milhões de euros, respetivamente), a posição (deficitária) internacional líquida deteriorou-se, em 2022, em 93,6 milhões de euros, passando a representar 141,1 por cento do PIB (o que se compara com 171,5 por cento do PIB em 2021). No entanto, a melhoria das necessidades de financiamento da economia, bem como, a redução dos riscos de iliquidez do Estado com o forte dinamismo da atividade económica nacional e, conseqüente, aumento das exportações e das receitas fiscais, determinaram, em 2022, uma melhoria nos indicadores de vulnerabilidade externa do país.

Quadro 9. Indicadores de Vulnerabilidade Externa

	2019	2020	2021	2022
Exportações de bens e serviços/PIB	50,8	22,8	22,4	37,0
Comércio Internacional de Bens e Serviços/ PIB	115,8	76,5	75,9	93,4
Quota de Mercado das Exportações ¹	2,0	6,9	0,4	12,7
Indicador de Competitividade-Preço do País (t.v.h.) ²	0,4	-0,5	1,3	2,2
<i>Stock</i> IDE/PIB	108,5	122,0	118,1	99,8
<i>Stock</i> IDE/Exportações de Bens e Serviços	213,7	534,9	528,0	269,5
Rendimento de Investimentos/Exportações de Bens e Serviços ³	-5,4	-10,0	-7,1	-4,4
Transf. Correntes e de Capital/Importações de Bens e Serviços	26,6	35,6	41,2	32,9
Donativos/Importações de Bens e Serviços	5,2	6,6	5,2	3,0
Remessas de Emigrantes/Importações de Bens e Serviços	17,2	21,9	27,0	22,8
<i>Stock</i> da Dívida Externa de Cabo Verde/PIB	103,6	115,3	113,4	91,5
<i>Stock</i> da Dívida Externa Pública/PIB	90,6	101,9	102,2	83,8
<i>Stock</i> da Dívida Externa/Exportações de Bens e Serviços	204,0	505,7	507,1	247,3
<i>Stock</i> da Dívida Externa Pública/Exportações de Bens e Serviços	178,4	446,9	457,1	226,4
Serviço da Dív. Pública Externa/Export. de Bens e Serviços	6,1	13,9	11,0	8,6
<i>Stock</i> das Reservas Internacionais Líquidas/Serviço da Dív. Pública Externa	12,1	11,1	13,7	8,9
<i>Stock</i> das Reservas Internacionais Líquidas em Meses de Importações	6,9	7,9	7,5	6,0

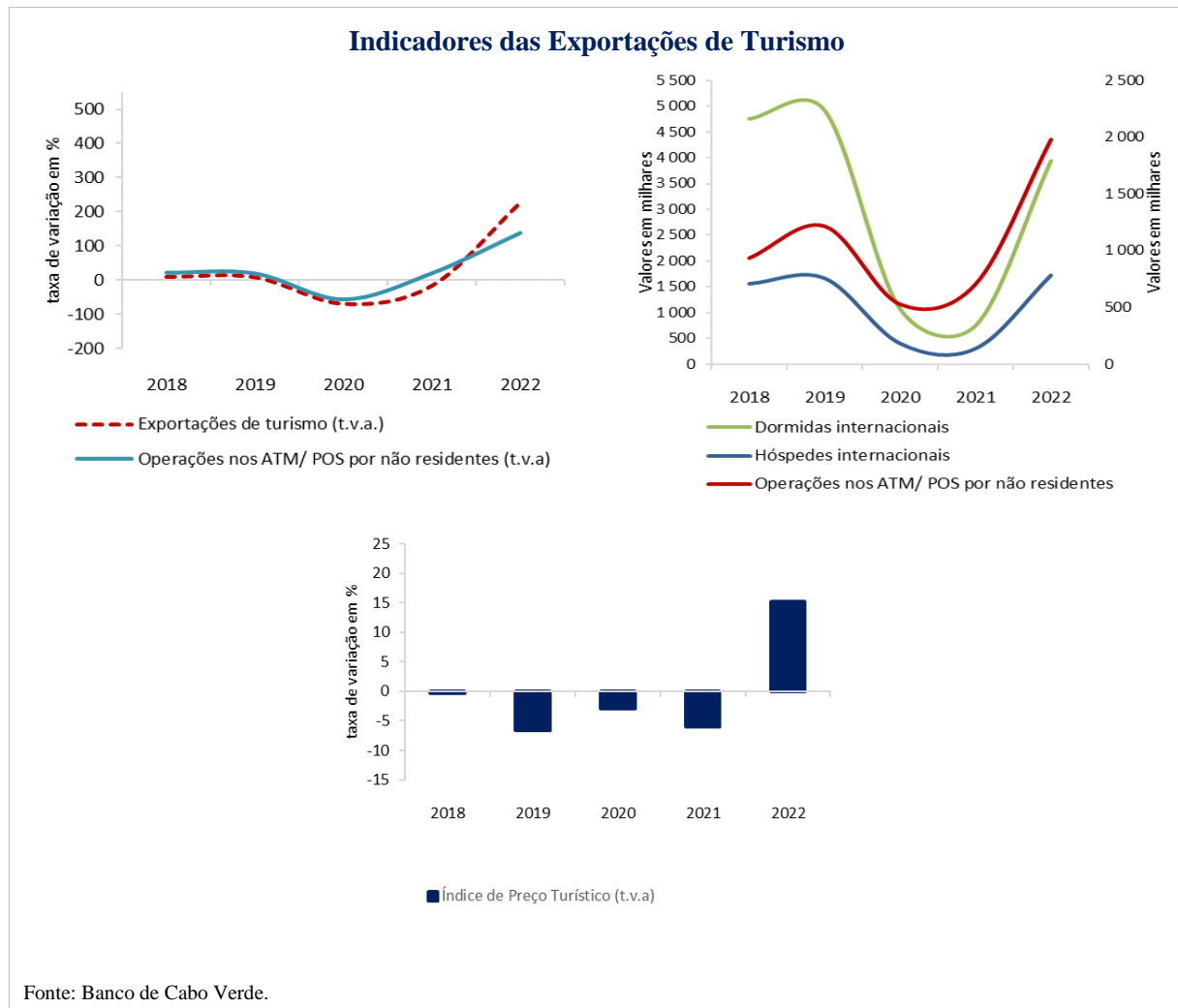
Fonte: Banco de Cabo Verde.

Nota: (1) A quota de mercado das exportações é o quociente entre o crescimento das exportações em volume e o crescimento da procura externa. Sendo a Área do Euro o principal parceiro comercial de Cabo Verde, foi considerado o crescimento real das suas importações como o proxy da procura externa dirigida a economia nacional. (2) Corresponde à evolução da taxa de câmbio efetiva real do CVE com sinal contrário, pois um aumento da taxa de câmbio efetiva real sinaliza uma perda de competitividade-preço do país e vice-versa. (3) O rendimento de investimento inclui os rendimentos de investimento direto, de investimento em carteira e de outros investimentos. t.v.h. – taxa de variação homóloga.

A Recuperação das Exportações de Turismo em 2022

As exportações de turismo registaram uma acentuada recuperação em 2022, alcançando 84,6 por cento dos níveis registados em 2019 (período pré-pandémico) e ultrapassando todas as expetativas, apesar dos elevados níveis de inflação e das políticas monetárias e condições de financiamento mais restritivas nos principais países emissores de turistas. Com isso, estima-se que, as exportações de turismo atinjam os níveis pré-pandémicos já em 2023 e, não em 2024, como inicialmente esperado.

Sendo o turismo o motor de crescimento económico nacional e o setor mais afetado pela pandemia da Covid-19, Cabo Verde foi dos países mais impactados, tendo o peso das exportações de turismo no total das exportações reduzido de 47,7 por cento em 2019, para 35,4 por cento em 2020 e 28,1 por cento em 2021. No entanto, em 2022, recuperou para os 44,2 por cento. O número de turistas internacionais que entraram nos estabelecimentos hoteleiros, atingiu os 785.272, ultrapassando os níveis pré-pandémicos, em mais 27.290 turistas.



Não obstante ter estado em risco de uma recessão económica, o Reino Unido voltou, em 2022, a ser o principal mercado emissor de turistas (36,6 por cento do total da procura turística), após ter cedido lugar a Portugal e Alemanha em 2021.

A dinâmica do turismo resultou dos efeitos positivos de arrastamento do processo de recuperação da crise pandémica nos principais países emissores de turistas, com a reabertura da economia e o levantamento das restrições à mobilidade internacional, a vacinação em massa e a realização de despesas adiadas favorecidas por poupanças acumuladas durante a pandemia. Estes fatores mais do que compensaram os efeitos adversos do aumento da inflação e consequente perda de rendimentos reais dos potenciais turistas.

As despesas dos turistas estrangeiros em Cabo Verde aumentaram 137,6 por cento em operações com movimentação de fundos com cartões internacionais na rede vintí4 (o que se compara com 20,1 por cento em 2021) e 226,2 por cento em exportações (serviços) de turismo (-16,4 por cento em 2021).

No entanto, estes crescimentos são menos acentuados do que os sugeridos pelos indicadores em volume, em que, em 2022, o número de dormidas de não residentes nos estabelecimentos hoteleiros do país registou um crescimento de 425,7 por cento (o que se compara com uma redução de 30,1 por cento em 2021) e o número de turistas internacionais, 481,5 por cento (-24,9 por cento em 2021), num contexto de forte aumento dos preços no setor turístico. Em particular, o índice de preços turístico no país aumentou 15,1 por cento em 2022 (o que se compara com os decréscimos de 3 por cento em 2020 e 6 por cento em 2021).

Há que destacar ainda, o segmento do turismo de cruzeiros que tem vindo a assinalar um destacável crescimento em Cabo Verde. Em linha com os dados da Enapor, em 2022, registaram-se 127 escalas de navios cruzeiros no país, comparativamente às 30 ocorridas em 2021, o que se traduziu num aumento de 323,3 por cento.

No entanto, as perspetivas económicas menos favoráveis dos principais parceiros do país, associado em grande medida, ao desvanecimento dos efeitos da procura adiada durante a pandemia, ao impacto adverso do aumento persistente da inflação no rendimento disponível real dos potenciais turistas, bem como, às políticas orçamentais e monetárias mais rigorosas, com particular destaque no Reino Unido, principal país emissor de turistas para Cabo Verde, deverão condicionar o setor turístico em Cabo Verde no curto prazo. As exportações de turismo deverão continuar a crescer em 2023, mas a um ritmo mais moderado.¹⁵

¹⁵ Refira-se que, além da política monetária restritiva para combater a elevada inflação, o governo britânico apresentou no parlamento, em novembro de 2022, um conjunto de medidas orçamentais para 2023, traduzindo cortes nas despesas públicas e aumento das receitas de impostos, por forma a colmatar o *gap* existente nas finanças públicas. De entre estas medidas, destaca-se, o aumento da taxa de imposto sobre as empresas de petróleo e gás e de geração de energia, de 25 para 35 por cento e o congelamento das deduções do imposto sobre o rendimento até 2028. E, o Fundo Monetário Internacional (FMI), estima uma ligeira contração da economia britânica, de 0,3 por cento em 2023.

Anexo Estatístico

Principais Indicadores Económicos e Financeiros

	Unidades	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Contas Nacionais, Preços e Emprego												
Produto Interno Bruto ¹	crescimento real em %	1,1	0,6	0,7	0,9	4,3	4,6	3,7	7,6	-19,3	6,8	17,7
Inflação Média Anual	taxa variação em %	2,5	1,5	-0,2	0,1	-1,4	0,8	1,3	1,1	0,6	1,9	7,9
Inflação Homóloga	taxa variação em %	4,1	0,1	-0,3	-0,5	-0,3	0,3	1,0	1,9	-0,9	5,4	7,6
Taxa de Desemprego (Resolução da 13ª CIST de 1982)	em %	16,8	16,4	15,8	12,4	15,0	12,2	12,2	11,3	14,5	---	9,4
Taxa de Desemprego (Resolução da 19ª CIST de 2013)	em %	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	12,1
Sector Monetário e Financeiro												
Massa Monetária	taxa variação em %	6,3	10,5	7,8	5,9	8,4	6,6	1,7	8,1	3,6	3,0	5,9
Ativo Externo Líquido do Sistema	taxa variação em %	23,0	37,7	22,2	13,4	18,6	2,3	-6,5	24,8	-9,9	5,2	8,3
Crédito Interno Líquido	taxa variação em %	3,7	3,3	2,9	2,1	3,7	6,3	2,8	-2,1	6,7	4,8	7,4
Crédito à Economia ²	em % do PIB	56,1	55,8	55,6	55,7	54,4	55,2	53,9	51,6	66,5	65,8	55,3
Dep. Sociedades não Financeiras e Particulares ³	em % do PIB	64,5	71,7	78,0	80,9	83,5	84,7	81,8	82,7	105,2	101,3	85,5
Depósitos de Emigrantes a prazo e de poupança	em % do PIB	24,3	25,8	27,6	28,5	28,2	26,4	24,7	24,1	29,6	28,0	23,0
Taxas de Câmbio												
Índice de Taxa de Câmbio Efetiva Nominal	valores médios	105,0	104,1	104,5	100,0	100,6	101,0	101,3	101,0	101,2	101,2	100,5
Índice de Taxa de Câmbio Efetiva Real	valores médios	116,9	115,8	114,0	100,0	98,3	97,9	97,7	97,2	97,8	96,5	94,4
Taxa de Câmbio USD/CVE	valores médios	85,8	83,1	83,1	99,4	99,7	97,9	93,4	98,5	96,8	93,2	104,9
Sector Externo												
Balança Corrente + Balança de Capital	em % do PIB	-12,1	-5,0	-7,8	-3,6	-2,7	-6,1	-3,7	-0,4	-13,8	-10,5	-2,0
Balança Corrente	em % do PIB	-12,8	-5,3	-8,2	-4,7	-3,4	-7,0	-4,4	-0,98	-15,0	-11,8	-3,0
Remessas de Emigrantes	em % do PIB	9,2	8,6	9,6	11,4	10,7	10,0	9,8	8,8	11,9	14,6	12,9
Receitas Brutas de Viagens (turismo)	em % do PIB	19,5	19,8	18,9	18,8	19,7	20,2	21,1	21,2	8,1	6,3	16,4
Investimento Direto Estrangeiro em Cabo Verde	em % do PIB	6,7	4,3	8,9	6,6	6,8	5,6	4,7	5,4	3,6	4,4	5,3
Reservas/Importações	meses	3,8	4,8	5,4	6,4	7,2	6,0	5,6	6,9	7,9	7,5	6,0
Finanças Públicas												
Saldo Global	em % do PIB	-11,3	-8,1	-7,4	-3,5	-3,1	-2,7	-2,4	-1,6	-8,3	-7,4	-4,0
Saldo Primário	em % do PIB	-9,8	-7,2	-5,2	-1,1	-0,9	-0,5	-0,1	0,6	-5,6	-5,2	-1,8
Stock da Dívida Externa	em % do PIB	68,1	78,3	89,0	97,0	86,0	83,4	81,5	79,2	101,9	102,2	83,8
Stock da Dívida Interna ⁴	em % do PIB	21,10	22,05	24,53	26,45	28,51	28,81	30,08	29,70	40,12	43,13	40,07

Fonte: Instituto Nacional de Estatística; Banco de Cabo Verde; Ministério das Finanças.

Notas:

¹ Os valores do PIB para 2020 e 2021 correspondem a estimativas das contas nacionais trimestrais do Instituto Nacional de Estatística.

² Não inclui dívida titulada das Sociedades Não Financeiras.

³ Inclui todos os depósitos de sociedades não financeiras e particulares, incluindo emigrantes de todas as maturidades.

⁴ Exclui os Títulos de Rendimento de Mobilização de Capital (TRMC).

Contas Nacionais – Ótica da Despesa

Produto Interno Bruto

valores a preços correntes, em milhões de escudos

	Pesos 2022 (percentagem)	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Consumo Final	87,6	132 965	136 774	138 711	143 704	154 671	169 186	178 486	184 854	154 611	167 014	214 076
Consumo Privado	68,9	102 391	105 170	105 153	108 471	118 101	134 487	141 142	143 299	111 474	121 392	168 339
Consumo Público	18,7	30 575	31 604	33 558	35 233	36 570	34 699	37 343	41 554	43 136	45 621	45 737
Investimento	30,9	58 134	50 543	59 336	50 620	52 657	57 189	56 618	51 979	81 967	88 360	75 451
Formação Bruta de Capital Fixo	n.d.	56 503	49 133	52 820	46 028	47 761	58 113	57 385	55 650	n.d.	n.d.	n.d.
Variação de Existências	n.d.	1 631	1 409	6 516	4 592	4 896	- 924	- 767	-3 671	n.d.	n.d.	n.d.
Procura Interna	118,5	191 099	187 316	198 047	194 324	207 327	226 375	235 103	236 833	236 578	255 374	289 527
Exportações de Bens e Serviços	38,5	61 865	63 233	63 155	71 539	76 477	82 158	94 478	104 378	43 349	44 846	94 023
Importações de Bens e Serviços	57,0	87 830	82 003	91 652	91 952	99 402	113 239	123 595	126 144	98 118	105 232	139 265
PIB	100,0	165 135	168 547	169 551	173 911	184 402	195 295	205 986	223 264	181 809	194 988	244 284

Fonte: Instituto Nacional de Estatística.
n.d. - não disponível

Contas Nacionais – Ótica da Despesa

Produto Interno Bruto

taxa de variação real, em percentagem

	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Consumo Final	1,0	1,8	2,2	3,2	7,1	8,4	4,6	2,4	-17,0	6,3	18,7
Consumo Privado	3,3	1,8	1,3	3,0	8,1	13,5	4,3	0,4	-22,7	6,6	28,3
Consumo Público	-5,9	1,9	5,2	3,8	3,8	-8,3	5,6	9,9	3,0	5,4	-7,0
Investimento	-20,3	-12,8	17,2	-16,1	7,7	2,3	4,0	4,6	46,3	12,0	-31,8
Procura Interna	-6,7	-2,6	6,3	-1,9	7,2	6,8	4,4	2,9	-1,4	8,2	1,2
Exportações de Bens e Serviços	13,7	0,4	-1,5	13,5	8,9	9,8	13,4	9,4	-58,9	3,1	100,7
Importações de Bens e Serviços	-8,5	-6,6	11,7	2,0	14,1	13,3	12,2	0,0	-17,3	8,6	13,1
PIB	1,1	0,6	0,7	0,9	4,3	4,6	3,7	7,6	-19,3	6,8	17,7

Fonte: Instituto Nacional de Estatística.

Contas Nacionais – Ótica da Oferta

Produto Interno Bruto

valores a preços correntes, em milhões de escudos

	Pesos 2022 (percentagem)	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Ramos de Atividade												
Agricultura, pecuária e silvicultura	2,8	8 195	8 035	7 793	8 610	9 183	8 025	6 609	6 582	6 767	6 596	6 845
Pesca e aquacultura	0,9	1 368	1 781	1 931	2 535	2 459	2 473	2 708	1 962	1 777	2 234	2 165
Indústrias extrativas	0,3	448	561	670	517	458	493	498	536	534	674	756
Indústrias transformadoras	4,7	7 664	8 151	8 797	8 595	9 411	9 181	9 430	9 851	8 771	10 420	11 386
Eletricidade e água	2,0	3 057	3 705	3 802	4 919	5 012	4 341	4 263	4 665	3 992	3 656	4 869
Construção	9,8	11 961	12 153	12 936	11 388	8 477	10 434	15 941	17 032	17 125	21 718	24 039
Comércio e reparação	10,9	17 764	16 340	16 756	15 305	17 864	19 636	21 522	23 551	15 381	18 326	26 748
Transporte e armazenagem	7,5	12 901	14 378	12 683	14 639	18 541	21 997	19 176	22 211	12 042	12 360	18 268
Alojamento e restauração	8,2	14 799	15 345	14 009	12 620	11 261	15 062	15 174	18 071	6 429	4 747	19 956
Atividade de Informação e de comunicação	2,6	6 857	6 664	6 617	6 503	5 299	5 150	5 738	5 689	5 766	5 904	6 428
Atividades financeiras e de seguros	6,0	10 201	10 268	11 185	11 517	13 189	13 258	14 475	16 066	13 730	13 140	14 649
Atividades imobiliárias	9,0	16 099	16 117	15 940	16 335	19 129	17 269	16 473	18 309	19 272	20 907	22 056
Atividades de serviços às empresas	2,3	4 681	4 959	4 425	5 721	6 160	6 166	7 202	6 657	3 306	3 182	5 538
Administração pública e segurança social	10,5	15 948	16 174	17 335	18 245	19 524	19 662	20 774	23 613	23 770	25 834	25 558
Educação	4,5	8 062	8 184	8 578	8 717	9 363	9 502	9 984	10 301	10 317	10 536	10 940
Saúde e ação social	2,4	2 337	2 975	3 207	3 201	3 544	4 268	4 137	4 807	5 781	5 836	5 859
Outras atividades de serviços	2,1	3 746	3 278	3 798	3 982	3 889	3 969	4 239	5 412	4 837	5 100	5 218
VALOR ACRESCENTADO	86,5	146 088	149 068	150 460	153 349	162 763	170 886	178 344	195 314	159 597	171 170	211 277
Impostos líquidos de subsídios sobre produ	13,5	19 047	19 479	19 090	20 562	21 639	24 409	27 642	27 950	22 213	23 818	33 007
PRODUTO INTERNO BRUTO	100,0	165 135	168 547	169 551	173 911	184 402	195 295	205 986	223 264	181 809	194 988	244 284

Fonte: Instituto Nacional de Estatística.

Contas Nacionais - Ótica da Oferta

Produto Interno Bruto

	taxa de variação real, em percentagem										
	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Ramos de Atividade											
Agricultura, pecuária e silvicultura	7,9	-3,2	1,2	7,2	9,0	-15,5	-17,6	-5,7	8,9	1,7	-8,3
Pesca e aquacultura	32,5	21,5	0,4	17,3	-0,9	-1,4	0,4	-30,2	13,3	11,6	-30,2
Indústrias extrativas	-34,8	19,9	6,6	-29,3	-9,1	8,5	2,8	8,5	-5,8	32,8	2,6
Indústrias transformadoras	-2,3	4,4	1,9	-2,9	7,6	1,6	6,6	4,9	-13,3	10,0	3,3
Eletricidade e água	59,4	11,2	1,9	39,2	-13,2	2,2	4,0	7,0	-24,6	5,1	29,9
Construção	-13,0	0,5	7,4	-14,0	-28,6	9,8	-0,1	8,5	-5,4	32,8	2,6
Comércio e reparação	-2,2	-8,0	2,4	-9,1	15,8	10,1	9,9	8,1	-34,6	15,7	34,2
Transporte e armazenagem	-6,3	8,5	-10,7	6,9	38,9	16,1	2,9	15,3	-46,9	-0,8	45,8
Alojamento e restauração	15,9	2,6	-10,2	-13,7	-18,4	6,6	-5,1	6,5	-61,0	-21,4	264,4
Atividade de Informação e de comunicação	25,9	-5,9	-1,8	-2,5	-25,2	-2,8	-7,5	-1,0	1,4	1,7	3,7
Atividades financeiras e de seguros	-0,1	-1,4	9,6	1,7	15,1	-2,0	7,4	9,7	-12,3	-7,7	11,5
Atividades imobiliárias	-0,1	0,2	0,3	2,5	3,3	0,4	2,3	10,7	5,5	8,1	6,8
Atividades de serviços às empresas	1,9	5,2	-5,1	27,0	3,4	9,7	1,1	-7,3	-53,3	6,6	53,0
Administração pública e segurança social	0,6	0,5	6,1	3,5	3,2	-1,1	6,1	12,3	0,7	5,4	-8,4
Educação	6,5	-1,2	3,5	0,3	7,1	-6,6	2,4	2,2	-0,5	2,9	-1,4
Saúde e ação social	-10,9	27,5	6,7	-1,6	1,8	10,7	-0,7	13,0	18,6	8,3	-9,2
Outras atividades de serviços	44,4	-12,5	30,4	6,1	-5,7	4,5	6,0	23,0	-10,0	5,2	5,2
VALOR ACRESCENTADO	2,8	0,5	1,1	0,0	3,3	3,2	2,3	7,6	-18,5	7,1	16,1
Impostos líquidos de subsídios sobre produtos	-10,8	1,3	-2,6	8,4	11,4	14,7	13,7	8,0	-25,0	5,0	29,4
PRODUTO INTERNO BRUTO	1,1	0,6	0,7	0,9	4,3	4,6	3,7	7,6	-19,3	6,8	17,7

Fonte: Instituto Nacional de Estatística.

Estimativa das Contas Nacionais Trimestrais – Ótica da Oferta

Produto Interno Bruto a preços correntes

Ano Base = 2015, em milhões de escudos

	2020	2021	2022	2021		2022			
				3º Trim	4º Trim	1º Trim	2º Trim	3º Trim	4º Trim
Ramos de Atividade									
Agricultura, pecuária e silvicultura	6 767	6 596	6 845	1 471	1 521	1 929	1 567	1 473	1 876
Pesca e aquicultura	1 777	2 234	2 165	795	354	437	520	739	468
Indústrias extrativas	534	674	756	178	169	171	204	225	156
Indústrias transformadoras	8 771	10 420	11 386	2 780	3 046	2 352	2 797	2 902	3 335
Eletricidade e água	3 992	3 656	4 869	827	1 184	1 141	1 103	1 295	1 330
Construção	17 125	21 718	24 039	6 141	6 360	4 326	6 244	7 720	5 750
Comércio e reparação	15 381	18 326	26 748	4 773	5 445	5 632	6 586	7 368	7 162
Transporte e armazenagem	12 042	12 360	18 268	3 295	3 656	3 899	4 256	5 329	4 784
Alojamento e restauração	6 429	4 747	19 956	995	3 035	4 488	4 236	5 272	5 960
Atividade de Informação e de comunicação	5 766	5 904	6 428	1 517	1 718	1 481	1 475	1 590	1 882
Atividades financeiras e de seguros	13 730	13 140	14 649	3 349	3 358	3 521	3 574	3 745	3 810
Atividades imobiliárias	19 272	20 907	22 056	5 250	5 318	5 538	5 527	5 503	5 489
Atividades de serviços às empresas	3 306	3 182	5 538	702	1 069	1 125	1 274	1 473	1 666
Administração pública e segurança social	23 770	25 834	25 558	6 440	7 545	5 843	6 171	6 414	7 131
Educação	10 317	10 536	10 940	2 565	2 715	2 647	2 756	2 682	2 856
Saúde e ação social	5 781	5 836	5 859	1 447	1 463	1 320	1 413	1 404	1 723
Outras atividades de serviços	4 837	5 100	5 218	1 296	1 305	1 302	1 310	1 306	1 300
VALOR ACRESCENTADO	159 597	171 170	211 277	43 821	49 261	47 152	51 013	56 437	56 675
Impostos líquidos de subsídios sobre produtos	22 213	23 818	33 007	6 298	7 223	7 159	8 060	8 700	9 089
PRODUTO INTERNO BRUTO	181 809	194 988	244 284	50 118	56 485	54 310	59 073	65 137	65 763

Fonte: Instituto Nacional de Estatística.

Estimativa das Contas Nacionais Trimestrais – Ótica da Oferta

Produto Interno Bruto a preços encadeados

Ano Base = 2015, em milhões de escudos

	2020	2021	2022	2021		2022			
				3º Trim	4º Trim	1º Trim	2º Trim	3º Trim	4º Trim
Ramos de Atividade									
Agricultura, pecuária e silvicultura	6 716	6 830	6 261	1 500	1 423	1 826	1 527	1 316	1 593
Pesca e aquacultura	1 967	2 196	1 533	827	378	330	336	523	344
Indústrias extrativas	536	712	731	185	182	173	203	211	145
Indústrias transformadoras	9 110	10 017	10 346	2 628	2 818	2 286	2 599	2 574	2 887
Eletricidade e água	3 660	3 845	4 993	959	1 125	1 149	1 199	1 269	1 376
Construção	9 149	12 152	12 467	3 161	3 114	2 948	3 458	3 595	2 466
Comércio e reparação	15 174	17 549	23 556	4 517	5 096	5 200	5 869	6 328	6 158
Transporte e armazenagem	14 872	14 753	21 507	3 650	4 253	4 360	5 082	6 364	5 701
Alojamento e restauração	4 324	3 399	12 388	694	2 219	2 893	2 734	3 147	3 614
Atividade de Informação e de comunicação	4 396	4 469	4 633	1 120	1 265	1 134	1 066	1 119	1 314
Atividades financeiras e de seguros	13 423	12 389	13 809	3 132	3 081	3 420	3 397	3 453	3 539
Atividades imobiliárias	20 253	21 892	23 379	5 530	5 641	5 750	5 831	5 886	5 913
Atividades de serviços às empresas	2 838	3 025	4 629	653	979	974	1 112	1 206	1 338
Administração pública e segurança social	22 381	23 596	21 625	5 854	6 744	5 092	5 268	5 357	5 907
Educação	9 076	9 341	9 214	2 272	2 409	2 231	2 319	2 255	2 409
Saúde e ação social	4 803	5 202	4 722	1 321	1 369	1 015	1 117	1 149	1 441
Outras atividades de serviços	4 605	4 846	5 099	1 227	1 247	1 262	1 273	1 280	1 284
VALOR ACRESCENTADO	146 663	157 021	182 277	39 404	43 938	42 495	44 913	47 447	47 422
Impostos líquidos de subsídios sobre produtos	24 199	25 409	32 886	6 374	7 769	7 289	7 915	8 607	9 074
PRODUTO INTERNO BRUTO	170 799	182 432	214 748	45 778	51 617	49 734	52 749	55 941	56 324

Estimativa das Contas Nacionais Trimestrais – Ótica da Oferta

Produto Interno Bruto a preços encadeados

	Ano Base = 2015, taxa de variação em cadeia em percentagem									
	2020	2021	2022	2021		2022				
				3º Trim	4º Trim	1º Trim	2º Trim	3º Trim	4º Trim	
Ramos de Atividade										
Agricultura, pecuária e silvicultura	8,9	1,7	-8,3	-6,4	-5,1	28,3	-16,4	-13,8	21,1	
Pesca e aquacultura	13,3	11,6	-30,2	49,3	-54,3	-12,7	1,8	55,7	-34,3	
Indústrias extrativas	-5,8	32,8	2,6	-7,4	-1,5	-5,3	17,3	4,0	-31,4	
Indústrias transformadoras	-13,3	10,0	3,3	1,4	7,2	-18,9	13,7	-1,0	12,2	
Eletricidade e água	-24,6	5,1	29,9	3,2	17,2	2,2	4,3	5,9	8,4	
Construção	-5,4	32,8	2,6	-7,4	-1,5	-5,3	17,3	4,0	-31,4	
Comércio e reparação	-34,6	15,7	34,2	10,2	12,8	2,0	12,9	7,8	-2,7	
Transporte e armazenagem	-46,9	-0,8	45,8	4,4	16,5	2,5	16,6	25,2	-10,4	
Alojamento e restauração	-61,0	-21,4	264,4	140,1	219,5	30,4	-5,5	15,1	14,8	
Atividade de Informação e de comunicação	1,4	1,7	3,7	8,1	12,9	-10,3	-6,0	5,0	17,5	
Atividades financeiras e de seguros	-12,3	-7,7	11,5	-0,3	-1,6	11,0	-0,7	1,7	2,5	
Atividades imobiliárias	5,5	8,1	6,8	2,1	2,0	1,9	1,4	0,9	0,5	
Atividades de serviços às empresas	-53,3	6,6	53,0	-22,1	49,9	-0,6	14,2	8,5	10,9	
Administração pública e segurança social	0,7	5,4	-8,4	0,4	15,2	-24,5	3,5	1,7	10,3	
Educação	-0,5	2,9	-1,4	-3,7	6,1	-7,4	3,9	-2,8	6,8	
Saúde e ação social	18,6	8,3	-9,2	3,3	3,6	-25,8	10,0	2,8	25,4	
Outras atividades de serviços	-10,0	5,2	5,2	2,1	1,6	1,2	0,9	0,6	0,3	
VALOR ACRESCENTADO	-18,5	7,1	16,1	2,1	11,5	-3,3	5,7	5,6	-0,1	
Impostos líquidos de subsídios sobre produtos	-25,0	5,0	29,4	6,4	21,9	-6,2	8,6	8,7	5,4	
PRODUTO INTERNO BRUTO	-19,3	6,8	17,7	2,6	12,8	-3,6	6,1	6,0	0,7	

Fonte: Instituto Nacional de Estatística.

Estimativa das Contas Nacionais Trimestrais – Ótica da Oferta

Produto Interno Bruto a preços encadeados

Ano Base = 2015, taxa de variação homóloga em percentagem

	2020	2021	2022	2021		2022			
				3º Trim	4º Trim	1º Trim	2º Trim	3º Trim	4º Trim
Ramos de Atividade									
Agricultura, pecuária e silvicultura	8,9	1,7	-8,3	8,8	-9,6	-20,8	-4,7	-12,3	11,9
Pesca e aquacultura	13,3	11,6	-30,2	15,1	-11,0	-24,5	-39,4	-36,8	-9,0
Indústrias extrativas	-5,8	32,8	2,6	20,5	25,6	19,8	1,2	13,7	-20,8
Indústrias transformadoras	-13,3	10,0	3,3	16,3	5,4	15,5	0,3	-2,1	2,5
Eletricidade e água	-24,6	5,1	29,9	11,4	31,9	38,3	29,0	32,3	22,3
Construção	-5,4	32,8	2,6	20,4	25,5	19,8	1,2	13,7	-20,8
Comércio e reparação	-34,6	15,7	34,2	23,7	27,6	35,5	43,2	40,1	20,8
Transporte e armazenagem	-46,9	-0,8	45,8	33,7	42,3	30,0	45,3	74,4	34,1
Alojamento e restauração	-61,0	-21,4	264,4	404,8	1339,8	1371,1	845,0	353,2	62,9
Atividade de Informação e de comunicação	1,4	1,7	3,7	6,2	3,3	8,3	2,8	-0,1	3,9
Atividades financeiras e de seguros	-12,3	-7,7	11,5	-5,4	-9,7	12,7	8,1	10,3	14,9
Atividades imobiliárias	5,5	8,1	6,8	8,6	8,8	8,4	7,6	6,4	4,8
Atividades de serviços às empresas	-53,3	6,6	53,0	48,8	88,0	75,9	32,5	84,7	36,6
Administração pública e segurança social	0,7	5,4	-8,4	4,9	-3,5	-1,4	-9,7	-8,5	-12,4
Educação	-0,5	2,9	-1,4	1,4	5,0	-3,0	-1,7	-0,7	0,0
Saúde e ação social	18,6	8,3	-9,2	16,9	-1,5	-17,7	-12,6	-13,0	5,3
Outras atividades de serviços	-10,0	5,2	5,2	9,0	10,0	7,8	5,9	4,3	2,9
VALOR ACRESCENTADO	-18,5	7,1	16,1	14,7	18,5	21,2	16,3	20,4	7,9
Impostos líquidos de subsídios sobre produtos	-25,0	5,0	29,4	16,0	27,3	38,1	32,2	35,0	16,8
PRODUTO INTERNO BRUTO	-19,3	6,8	17,7	14,9	19,6	23,1	18,2	22,2	9,1

Fonte: Instituto Nacional de Estatística.

Importações Cabo-Verdianas de Mercadorias por Zona Económica e País de Destino

	2012	2021	2022	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
	Estrutura das importações (pesos em %)			em milhões de escudos										
Europa	80,9	73,8	69,6	53 147,6	49 865,5	53 771,8	46 602,9	53 963,8	61 061,3	60 104,3	64 143,1	56 056,0	56 508,3	66 777,6
CEDEAO ¹	1,5	4,4	9,5	959,1	889,8	853,9	2 289,0	1 864,7	2 402,1	2 220,2	695,0	785,7	3 390,5	9 114,6
	0,0	0,0	0,0											
Alemanha	1,0	0,5	0,4	679,4	820,2	381,9	607,2	576,0	374,7	567,0	1 547,7	849,7	352,6	383,1
Brasil	4,0	3,3	4,0	2 646,7	2 158,5	2 129,8	2 274,6	2 338,8	2 370,8	2 088,5	2 315,9	2 320,3	2 494,0	3 882,8
Costa do Marfim	0,4	0,0	0,0	239,2	34,2	28,7	99,5	90,3	581,0	34,2	49,4	32,0	34,9	7,8
Espanha	7,2	7,4	8,9	4 701,3	4 737,8	4 913,7	4 283,1	7 375,3	9 228,4	11 046,2	8 395,0	7 602,8	5 672,4	8 547,6
Est. Unidos de América	5,3	2,8	2,0	3 483,6	734,6	805,9	870,0	858,4	867,1	1 411,8	1 370,9	1 714,5	2 126,6	1 956,4
França	1,6	3,9	1,7	1 077,5	818,8	1 277,1	1 314,8	1 473,7	2 094,4	1 875,9	1 618,0	1 007,7	2 993,6	1 667,8
Itália	1,6	1,4	1,8	1 041,1	892,0	847,3	991,0	1 038,4	4 410,4	1 591,9	2 210,4	1 643,8	1 059,8	1 721,5
Países Baixos	15,0	5,8	5,3	9 859,3	12 538,2	10 062,9	7 863,6	4 839,5	4 801,2	4 613,8	10 146,5	4 694,8	4 439,3	5 054,4
Portugal	48,2	49,2	45,0	31 672,5	26 340,0	28 665,7	27 791,6	32 916,4	34 616,1	32 901,3	35 164,8	35 331,0	37 630,5	43 179,8
Reino Unido	0,7	0,2	0,5	490,4	510,0	358,6	460,1	203,4	214,8	135,0	110,2	157,3	172,3	526,7
Senegal	0,7	0,5	2,3	461,0	762,5	711,6	833,9	753,3	910,7	1 517,4	520,3	740,6	409,9	2 181,7
Suécia	0,2	0,1	0,1	113,1	55,7	106,3	64,6	43,6	88,6	99,5	234,2	61,7	60,7	80,1
Outros Países	14,1	24,9	27,9	9 233,7	9 683,7	14 398,6	12 601,5	13 876,2	16 633,1	18 366,4	15 106,1	14 556,7	19 088,9	26 811,2
Total	100,0	100,0	100,0	65 698,7	60 086,1	64 688,0	60 055,5	66 383,3	77 191,3	76 248,8	78 789,4	70 712,9	76 535,6	96 000,8

Fonte: Direção Geral das Alfândegas e Instituto Nacional de Estatística.

Nota: CEDEAO - Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental.

Importações Cabo-Verdianas de Mercadorias por Grupo e Produto

	2012	2021	2022	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
	Peso (%)			taxa de variação nominal, em percentagem										
Bens de Consumo	35,4	41,0	40,5	-4,9	-1,1	1,4	2,1	13,2	10,7	2,7	6,9	-13,9	11,2	24,2
Produtos Alimentares Primários	4,6	5,1	6,7	1,8	16,1	-10,4	8,9	9,1	13,7	11,9	3,0	22,0	-6,9	66,5
Produtos Alimentares Transformados	20,1	21,0	22,9	-5,3	1,7	-3,4	7,7	3,0	13,3	-6,8	7,4	-6,4	10,4	36,9
Material de Transporte	2,1	3,9	2,5	-8,1	-31,8	12,0	20,3	28,2	16,3	18,7	23,0	-2,9	58,8	-19,5
Outros Bens Consumo Duradouros	3,6	4,6	3,1	2,8	-27,5	42,3	-26,3	58,8	7,1	24,0	3,7	-13,0	3,1	-16,0
Out. Bens Consumo, Semi-Duradouros	1,7	2,8	2,2	-14,8	5,4	25,8	2,3	30,2	-8,4	11,6	-6,1	-4,6	20,1	-2,7
Out. Bens Consumo, não Duradouros	3,3	3,6	3,2	-10,8	2,1	0,2	-11,4	20,9	5,8	5,0	12,3	-19,1	14,9	10,3
Bens Intermédios	20,5	24,4	22,2	-15,6	-8,0	13,9	-0,4	18,0	3,8	1,3	6,1	-5,4	6,8	14,4
Produtos Alimentares Primários	0,8	1,6	1,2	-19,3	33,0	-12,9	-46,0	32,6	-7,2	-13,1	20,1	22,0	131,4	-10,6
Produtos Alimentares Transformados	0,5	0,6	0,5	17,7	7,1	5,3	2,9	20,2	-1,0	30,5	-4,2	-6,4	-3,8	4,6
Produtos Primários não Especificados	0,3	0,2	0,2	14,1	-26,0	-1,2	-0,4	3,5	-13,6	38,4	-24,4	15,9	-17,4	9,3
Produtos Transformados para Agricultura	0,0	0,1	0,1	-10,0	25,8	-7,3	-2,9	30,2	-6,5	-15,2	30,8	6,8	20,1	8,8
Produtos Transformados para Indústria Alimentar	0,4	0,9	0,9	0,0	4,7	5,9	6,6	-5,7	12,7	40,6	4,9	6,9	19,8	27,1
Produtos Transformados para Confeção e Calçado	0,2	0,2	0,2	-13,7	-17,1	-5,7	32,2	4,7	-1,0	9,2	-8,2	1,6	16,7	-14,5
Produtos Transformados para Indústrias Várias	0,7	0,9	0,9	-13,8	11,8	2,7	-11,2	29,7	0,4	4,2	5,6	-5,9	-3,7	30,7
Produtos Transformados para Construção	9,5	10,6	9,7	-16,6	-13,6	17,2	0,4	14,2	2,1	-1,2	14,8	-14,2	12,7	14,7
Cimento	3,1	3,4	3,0	-12,1	-6,1	6,1	-7,0	11,8	-1,3	-5,1	11,4	0,1	16,7	10,9
Ferro	3,7	4,7	4,2	-26,5	-15,0	17,5	-2,7	3,5	22,0	-2,3	13,4	-13,8	24,1	13,2
Produtos Transformados para Carpintaria	1,5	2,0	1,8	-17,0	-17,6	29,6	-6,5	64,0	-18,4	11,1	5,3	4,9	-5,0	16,2
Material Eléctrico	2,2	2,6	2,0	-28,8	-13,3	39,5	10,8	-3,1	17,9	-3,3	-15,1	4,7	4,6	-4,1
Produtos Transformados, n.e.	3,7	4,3	4,5	-6,6	-3,8	5,3	-3,6	36,3	-2,9	16,7	-1,3	5,0	-14,3	30,8
Peças e Acessórios para Materiais de Transporte	0,5	0,4	0,4	-27,8	7,4	-3,5	0,3	7,1	152,7	-67,8	75,5	-47,7	13,1	12,9
Bens de Capital	20,7	12,4	8,6	-3,8	-51,8	69,7	-23,6	11,1	53,2	-24,6	-7,3	1,0	-7,1	-12,7
Máquinas	8,7	8,1	6,0	-32,9	-22,9	90,5	-36,0	29,2	19,2	-18,7	-6,4	5,8	-6,9	-6,7
Meios de Transporte	11,5	3,9	2,3	154,2	-77,7	35,5	-12,1	3,6	141,8	-26,0	-12,1	-2,9	-5,3	-28,1
Motores	0,5	0,3	0,3	-87,1	32,4	-6,7	78,6	-48,2	188,7	-61,8	21,0	-32,6	-28,4	22,1
Combustíveis	14,2	12,3	19,1	-33,8	34,7	-22,3	-22,0	-24,8	31,8	19,9	1,1	-25,9	39,1	94,3
Diesel oil	7,5	5,2	9,3	-41,6	46,2	-26,7	-20,5	-28,3	23,2	23,5	5,3	-37,0	29,6	125,2
Fuel oil	3,7	4,3	6,4	-35,2	42,5	-24,6	-12,3	-38,8	52,0	25,0	-5,4	-8,1	43,1	85,6
Gasolina	0,8	1,2	1,6	7,2	5,7	4,8	-14,2	-25,3	62,3	0,5	13,1	-30,0	75,1	78,8
Artigos Diversos n.e.	9,2	9,9	9,5	-7,0	-5,8	12,6	-5,0	25,8	8,5	-0,6	0,6	-1,2	-7,2	20,1
Total Geral	100,0	100,0	100,0	-12,6	-8,4	7,5	-7,2	10,5	16,6	-1,4	3,3	-10,0	8,0	25,5

Fonte: Direção Geral das Alfândegas e Instituto Nacional de Estatística.

Exportações Cabo-Verdianas de Mercadorias por Zona Económica e País de Destino

	2012	2022	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
	Estrutura das importações (%)		em milhões de escudos										
Europa	92,5	93,9	4 225,2	5 306,1	5 762,1	5 942,9	5 936,3	4 606,5	6 659,7	5 850,0	4 743,9	4736,4	4709,1
CEDEAO ¹	0,2	0,0	7,0	6,3	2,3	20,6	10,7	5,4	2,0	20,5	13,4	17,3	1,4
Angola	0,1	0,0	4,3	8,0	24,8	3,2	0,0	25,8	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Alemanha	0,0	0,0	0,0	9,0	24,3	20,5	8,0	4,1	18,2	41,6	63,9	0,0	0,0
Guiné Bissau	0,1	0,0	4,7	0,8	0,9	0,0	0,0	0,0	1,8	20,3	13,3	13,1	0,9
Países Baixos	0,2	0,8	7,5	12,0	20,0	21,3	22,5	12,4	25,7	11,5	18,6	35,0	40,5
Portugal	16,0	17,9	729,0	924,0	988,8	938,4	1 055,1	1 052,4	1 066,3	1 047,0	686,5	698,1	898,0
França	0,1	0,1	2,3	196,0	11,8	1,2	0,0	0,0	1,6	5,7	7,3	4,2	6,8
Espanha	76,3	56,1	3 483,7	3 849,5	4 295,1	4 485,0	3 981,6	2 908,2	4 597,3	4 033,2	3 286,4	3310,5	2813,4
Estados Unidos de América	1,3	5,2	58,7	60,1	72,1	121,9	83,0	140,4	175,9	185,8	287,7	390,8	261,4
El Salvador	4,9	0,0	221,6	193,1	305,0	169,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Marrocos	0,0	0,0	0,0	0,0	331,3	210,6	58,9	27,7	5,2	0,0	52,8	0,0	0,0
Japão	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	1,2	3,2	0,6	0,0	0,0	0,0	0,0
Outros Países	1,2	19,9	53,9	461,6	649,9	700,1	996,1	719,5	1 172,1	768,7	683,6	721,3	995,9
Total	100,0	100,0	4 565,7	5 714,0	6 723,9	6 671,3	6 206,4	4 893,7	7 064,7	6 114,0	5 100,0	5 173,1	5 016,9

Fonte: Direção Geral das Alfândegas e Instituto Nacional de Estatística.

Nota: CEDEAO - Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental.

Exportações Cabo-Verdianas de Mercadorias por Grupo e Produto

	2012	2021	2022	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
	Peso (%)			Taxa de variação nominal, em percentagem										
Produtos Tradicionais	74,5	81,1	75,7	-14,2	26,0	17,5	-0,8	-10,8	-27,2	56,8	-15,3	-14,9	1,5	-9,5
Produtos do Mar	74,5	81,1	75,7	-14,2	26,0	17,4	-0,7	-10,8	-27,2	56,8	-15,3	-14,9	1,5	-9,5
Enlatado	41,3	73,6	71,5	-18,8	12,9	20,8	-0,3	2,0	-2,4	66,7	-14,3	-14,5	16,4	-5,8
Congelado	33,2	7,5	4,1	-10,0	41,0	19,7	-0,9	-22,2	-57,2	30,1	-18,9	-16,5	-55,1	-46,1
Fresco	0,0	0,0	0,0	-29,7	110,5	-95,5	-91,3	-100,0	0,0	-80,3	-100,0	0,0	0,0	0,0
Crustáceos	0,0	0,0	0,0	30,2	12,3	-82,3	-15,3	-100,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Produtos Transformados	20,6	12,9	16,5	-29,0	29,3	20,7	-2,1	10,7	-4,9	4,9	-3,9	-33,6	3,6	24,0
Calçado	9,5	5,6	5,9	-0,6	11,1	9,2	-18,0	-2,2	-10,6	16,9	-15,7	-21,3	13,5	2,1
Vestuário	11,1	7,3	10,6	-52,3	60,4	34,2	13,3	19,7	-1,7	-1,3	3,3	-39,8	-2,9	40,8
Outros Produtos	5,0	6,0	7,8	13,1	-18,9	1,9	5,3	51,6	61,5	17,4	-10,5	12,7	-3,0	25,2
Total de Exportações	100,0	100,0	100,0	-16,0	25,2	17,6	-0,9	-6,8	-21,2	44,4	-13,5	-16,6	1,5	-3,1

Fonte: Direção Geral das Alfândegas e Instituto Nacional de Estatística.

Balança de Pagamentos

	em milhões de escudos										
	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020 ^P	2021 ^P	2022 ^P
Balança Corrente	-21 100	-8 994	-13 963	-8 132	-6 237	-13 577	-9 165	-2 185	-27 346	-23 085	-7 269
Bens	-56 183	-51 253	-50 013	-47 901	-53 058	-64 239	-63 908	-65 623	-63 832	-66 368	-82 054
Exportações	15 419	16 064	21 723	15 201	15 506	18 447	25 573	26 175	12 496	16 624	29 651
Importações	71 601	67 317	71 736	63 102	68 564	82 685	89 481	91 798	76 328	82 992	111 705
Serviços	19 213	24 831	21 703	20 395	24 901	26 962	29 527	37 841	7 750	5 632	34 830
Exportações	51 082	53 673	52 342	50 815	55 854	59 152	64 410	72 856	28 961	26 982	60 762
Importações	31 870	28 843	30 639	30 421	30 953	32 191	34 882	35 016	21 211	21 350	25 932
Transportes	2 368	4 215	1 684	1 876	1 078	-1 749	-3 269	4 427	-282	-2 338	-1 023
Viagens	23 014	25 046	24 520	24 454	29 326	33 952	37 576	41 103	10 768	8 426	36 007
Rendimento Primário	-6 438	-5 367	-7 692	-5 870	-5 926	-5 972	-4 368	-4 177	-3 719	-2 643	-2 998
Rendimentos Investimento Directo	-2 774	-1 368	-2 975	-1 545	-2 847	-2 817	-2 352	-2 209	-1 484	-1 274	-1 541
Juros Dívida Externa Pública	-1 142	-1 438	-1 518	-1 320	-1 481	-1 893	-1 788	-2 018	-1 614	-943	-2 031
Juros de passivos de Bancos e Outros Sector	-3 126	-3 077	-3 528	-2 992	-2 380	-2 611	-1 708	-1 479	-1 346	-985	-530
Rendimento Secundário	22 308	22 795	22 039	25 244	27 845	29 672	29 584	29 775	33 390	40 295	42 953
Transferências Oficiais	5 116	4 948	4 664	5 395	3 978	6 091	5 023	5 860	4 745	4 582	3 211
Remessas de Migrantes	14 380	13 779	15 485	18 593	16 688	16 160	17 101	16 487	19 672	25 602	28 950
Balança de Capital	1 122	533	659	1 884	1 338	1 576	1 643	1 240	2 243	2 672	2 309
Balança Financeira	-26 271	-14 085	-22 762	-11 675	-14 377	-9 114	-11 285	-17 087	-14 406	-19 432	-10 189
Investimento Directo	-10 120	-4 627	-14 303	-11 121	-11 774	-9 305	-8 773	-10 547	-6 158	-8 570	-11 016
Investimento de Carteira	1 694	2 281	1 716	3 544	4 222	5 171	4 761	10	-23	78	71
Outros Investimentos	-17 845	-11 739	-10 175	-4 098	-6 824	-4 979	-7 273	-6 551	-8 225	-10 940	757
Moedas e Depósitos	2 489	5 796	1 594	4 498	-2 560	4 296	-6 075	-493	-1 314	2 307	52
Empréstimos	-19 712	-17 619	-12 096	-8 351	-3 707	-9 750	699	-5 733	-11 499	-10 391	-1 831
Governo Geral	-17 751	-18 671	-15 773	-10 590	-4 454	-6 924	-3 560	-7 110	-10 808	-10 294	-4 809
Bancos e Outros Sectores	-2 172	895	3 583	2 205	748	-2 826	4 259	1 378	-692	-97	2 978
Créditos Comerciais	-840	-876	1 109	-372	-386	-1 440	-109	-556	1 248	-1 241	-886
Outros Ativos Líquidos	217	960	-783	127	0	1 915	-1 789	231	3 341	1 399	3 423
Ativos de Reserva	4 058	5 604	7 845	3 524	9 143	-1 192	1 078	14 552	-8 283	1 088	2 603
Erros e Omissões	-2 236	-21	-1 614	-1 903	-335	1 695	-2 685	-1 590	2 415	2 069	-2 626
<i>Por memória</i>											
Balança Corrente + Balança Capital	-19 978	-8 461	-13 304	-6 248	-4 899	-12 001	-7 522	-945	-25 103	-20 413	-4 960

Fonte: Banco de Cabo Verde.

P - Provisório.

Balança de Pagamentos

em percentagem do PIB

	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020 ^P	2021 ^P	2022 ^P
Balança Corrente	-12,8	-5,3	-8,2	-4,7	-3,4	-7,0	-4,4	-0,98	-15,0	-11,8	-3,0
Bens	-34,0	-30,4	-29,5	-27,5	-28,8	-32,9	-31,0	-29,4	-35,1	-34,0	-33,6
Exportações	9,3	9,5	12,8	8,7	8,4	9,4	12,4	11,7	6,9	8,5	12,1
Importações	43,4	39,9	42,3	36,3	37,2	42,3	43,4	41,1	42,0	42,6	45,7
Serviços	11,6	14,7	12,8	11,7	13,5	13,8	14,3	16,9	4,3	2,9	14,3
Exportações	30,9	31,8	30,9	29,2	30,3	30,3	31,3	32,6	15,9	13,8	24,9
Importações	19,3	17,1	18,1	17,5	16,8	16,5	16,9	15,7	11,7	10,9	10,6
Transportes	1,4	2,5	1,0	1,1	0,6	-0,9	-1,6	2,0	-0,2	-1,2	-0,4
Viagens	13,9	14,9	14,5	14,1	15,9	17,4	18,2	18,4	5,9	4,3	14,7
Rendimento Primário	-3,9	-3,2	-4,5	-3,4	-3,2	-3,1	-2,1	-1,9	-2,0	-1,4	-1,2
Rendimentos Investimento Directo	-1,7	-0,8	-1,8	-0,9	-1,5	-1,4	-1,1	-1,0	-0,8	-0,7	-0,6
Juros Dívida Externa Pública	-0,7	-0,9	-0,9	-0,8	-0,8	-1,0	-0,9	-0,9	-0,9	-0,5	-0,8
Juros de passivos de Bancos e Outros Sector	-1,9	-1,8	-2,1	-1,7	-1,3	-1,3	-0,8	-0,7	-0,7	-0,5	-0,2
Rendimento Secundário	13,5	13,5	13,0	14,5	15,1	15,2	14,4	13,3	18,4	20,7	17,6
Transferências Oficiais	3,1	2,9	2,8	3,1	2,2	3,1	2,4	2,6	2,6	2,4	1,3
Remessas de Migrantes	8,7	8,2	9,1	10,7	9,0	8,3	8,3	7,4	10,8	13,1	11,9
Balança de Capital	0,7	0,3	0,4	1,1	0,7	0,8	0,8	0,6	1,2	1,4	0,9
Balança Financeira	-15,9	-8,4	-13,4	-6,7	-7,8	-4,7	-5,5	-7,7	-7,9	-10,0	-4,2
Investimento Directo	-6,1	-2,7	-8,4	-6,4	-6,4	-4,8	-4,3	-4,7	-3,4	-4,4	-4,5
Investimento de Carteira	1,0	1,4	1,0	2,0	2,3	2,6	2,3	0,0	0,0	0,0	0,0
Outros Investimentos	-10,8	-7,0	-6,0	-2,4	-3,7	-2,5	-3,5	-2,9	-4,5	-5,6	0,3
Moedas e Depósitos	1,5	3,4	0,9	2,6	-1,4	2,2	-2,9	-0,2	-0,7	1,2	0,0
Empréstimos	-11,9	-10,5	-7,1	-4,8	-2,0	-5,0	0,3	-2,6	-6,3	-5,3	-0,7
Governo Geral	-10,7	-11,1	-9,3	-6,1	-2,4	-3,5	-1,7	-3,2	-5,9	-5,3	-2,0
Bancos e Outros Sectores	-1,3	0,5	2,1	1,3	0,4	-1,4	2,1	0,6	-0,4	0,0	1,2
Créditos Comerciais	-0,5	-0,5	0,7	-0,2	-0,2	-0,7	-0,1	-0,2	0,7	-0,6	-0,4
Outros Ativos Líquidos	0,1	0,6	-0,5	0,1	0,0	1,0	-0,9	0,1	1,8	0,7	1,4
Ativos de Reserva	2,5	3,3	4,6	2,0	5,0	-0,6	0,5	6,5	-4,6	0,6	1,1
Erros e Omissões	-1,4	0,0	-1,0	-1,1	-0,2	0,9	-1,3	-0,7	1,3	1,1	-1,1
<i>Por memória</i>											
Balança Corrente + Balança Capital	-12,1	-5,0	-7,8	-3,6	-2,7	-6,1	-3,7	-0,4	-13,8	-10,5	-2,0

Fonte: Banco de Cabo Verde.

P - Provisório.

Posição do Investimento Internacional Líquida

	em milhões de escudos										
	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020 ^P	2021 ^P	2022 ^P
Posição de Investimento Internacional Líquida*	-211 105	-220 369	-234 804	-244 916	-253 181	-265 301	-291 648	-294 989	-315 924	-334 366	-344 689
Ativos	75 466	98 340	102 571	114 608	126 548	133 304	134 022	150 096	143 115	140 076	162 404
Investimento Direto no Estrangeiro	1 273	3 994	4 876	3 708	4 557	4 249	6 164	7 097	8 249	7 948	10 029
Ações e Outras Participações de Cap. e Utilidades Reinvesti	947	2 096	2 775	3 548	4 457	4 145	5 820	6 635	7 981	7 836	9 914
Outras Participações de Capital	326	1 898	2 100	160	100	105	344	462	268	112	115
Investimento de Carteira	1 591	3 892	5 072	8 620	12 644	16 889	21 765	21 812	21 833	21 635	21 726
Títulos de Participação no Capital	44	44	44	44	44	47	115	115	115	115	115
Títulos de Dívida	1 548	3 848	5 028	8 576	12 600	16 842	21 650	21 697	21 718	21 520	21 610
Outros Investimentos	39 445	51 795	45 874	51 829	49 582	54 870	47 847	48 274	49 133	53 330	61 649
Créditos Comerciais	0	0	0	0	0	344	192	192	99	409	710
Empréstimos	3 266	3 496	5 615	4 700	4 267	4 809	4 867	5 325	4 931	4 704	6 861
Moeda e Depósitos	23 024	34 188	26 919	33 648	31 640	34 512	28 964	28 663	26 808	29 095	31 964
Outros Ativos	13 533	14 490	13 718	13 858	13 674	15 205	13 824	14 095	17 296	19 122	22 113
Ativos de Reserva	32 778	38 280	46 371	50 073	59 766	57 296	58 247	72 912	63 899	57 162	69 000
Passivos	286 192	318 331	336 997	359 146	379 729	398 605	425 670	445 085	459 040	474 727	507 093
Investimento Direto na Economia Declarante	137 001	144 647	159 750	169 450	182 340	193 296	203 937	214 105	221 238	229 228	243 146
Ações e Outras Participações de Cap. e Utilidades Reinvesti	129 255	139 217	153 675	163 607	176 398	187 939	198 564	208 219	215 102	222 947	236 800
Outras Participações de Capital	7 747	5 431	6 075	5 843	5 942	5 357	5 373	5 886	6 136	6 281	6 346
Investimento de Carteira	1 692	1 711	1 176	1 180	982	972	973	911	911	912	912
Títulos de Participação no Capital	658	658	658	658	658	658	658	658	658	658	658
Títulos de Dívida	1 033	1 053	518	522	323	314	314	252	253	253	254
Outros Investimentos	147 499	171 972	176 071	188 516	196 407	204 337	220 761	230 069	236 891	244 588	263 035
Créditos Comerciais	4 550	5 009	3 935	4 298	4 684	6 468	6 424	6 981	5 640	6 984	8 378
Empréstimos	119 781	137 964	152 460	162 344	169 314	176 917	192 575	200 750	209 303	211 733	224 957
Moeda e Depósitos	21 990	27 869	18 471	20 584	21 109	19 703	20 475	21 023	20 675	21 518	25 295
Outros Passivos	1 179	1 130	1 206	1 290	1 300	1 249	1 286	1 316	1 272	4 353	4 405

Fonte: Banco de Cabo Verde.

Notas: (*) ativos - passivos; (P) Provisório.

Condições Monetárias e Financeiras da Economia Cabo-Verdiana

	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Taxas de Juro (valores médios)											
Taxa Diretora do Banco de Cabo Verde	5,75	5,75	3,75	3,50	3,50	1,50	1,50	1,50	0,25	0,25	0,25
Taxa de Rendibilidade de Bilhetes do Tesouro de 91 dias	4,08	3,43	1,67	0,99	0,60	0,73	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
Taxa de Rendibilidade de Obrigações do Tesouro de 10 anos	5,94	5,94	5,94	5,53	5,15	4,51	4,34	3,94	3,94	3,04	3,00
Taxas de Juro dos Empréstimos a Residentes com Maturidade de 181 dias a 1 ano	9,51	9,08	8,93	8,74	8,71	7,35	8,19	8,73	10,27	9,17	9,42
Taxas de Juro dos Empréstimos a Residentes com Maturidade de 1 a 2 anos	9,71	10,61	11,05	10,42	9,77	9,98	8,69	9,17	8,05	8,74	8,59
Taxas de Juro dos Empréstimos a Residentes com Maturidade Superior a 10 anos	9,25	8,87	8,87	8,76	8,61	8,66	8,50	8,26	7,97	7,66	7,42
Taxas de Câmbio (valores médios)											
Índice Cambial Efetivo Nominal (2015=100)	105,05	104,11	104,54	100,00	100,58	101,03	101,32	101,00	101,16	101,19	100,53
Taxa de Câmbio USD/CVE	85,84	83,07	83,08	99,39	99,69	97,89	93,39	98,49	96,80	93,22	104,86
Taxa de Variação Média Anual do Índice de Preços no Consumidor											
	2,50	1,50	-0,20	0,10	-1,41	0,78	1,26	1,11	0,61	1,90	7,90

Fonte: Banco de Cabo Verde.

Nota: Dados sujeitos a atualização.

Operações do Sector Público Administrativo

	em milhões de escudos											
	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2018	2019	2020	2021 ^P	2022 ^P
Receitas Totais	39 679	37 915	36 688	37 716	35 408	41 826	43 220	51 857	57 389	43 751	44 525	52 663
Receitas Correntes (excluindo donativos)	30 239	33 573	32 486	33 692	33 028	37 985	39 265	49 283	51 151	38 527	40 540	50 532
Impostos	26 241	29 581	27 573	28 099	27 465	30 252	32 304	40 657	42 013	32 237	34 015	44 146
Imposto sobre o Rendimento	7 892	8 678	8 616	8 596	8 051	9 561	10 078	12 253	12 674	9 779	9 150	10 174
Imposto sobre Bens e Serviços	12 015	13 840	12 512	13 136	12 848	14 038	14 941	19 887	20 657	15 196	16 302	23 136
Imposto sobre Valor Acrescentado - IVA	10 521	11 603	10 405	10 523	10 151	11 283	11 986	16 222	16 732	12 602	12 994	17 906
Imposto para Serviços de Incêndio	0	0	52	45	37	35	16	4	1	2	1	1
Imposto sobre o Consumo especial	1 227	1 706	1 498	1 664	1 507	1 478	1 550	1 963	2 192	1 702	2 010	3 146
Outros Impostos	267	531	543	571	558	595	678	717	739	593	955	964
Imp. sobre Transações Internacionais	5 634	6 228	5 778	5 700	5 755	6 082	6 813	7 733	8 011	6 593	7 894	10 025
Outros Impostos	701	835	668	668	811	572	472	784	672	669	670	811
Segurança Social	42	37	41	43	55	46	56	76	76	57	78	82
Transferências	9 440	4 342	4 203	4 024	2 608	3 841	3 955	2 575	6 238	5 224	3 985	2 131
Outras Receitas	3 956	3 956	4 872	5 550	5 279	7 687	6 906	8 550	9 061	6 234	6 446	6 304
Rendimentos de Propriedade	316	339	384	476	181	994	781	1 828	2 301	1 132	1 216	336
Venda de Bens e Serviços	3 077	3 143	3 874	3 897	3 958	4 508	5 063	5 732	5 991	3 633	4 245	5 282
Multas e Outras Penalidades	376	280	332	511	704	404	676	433	408	198	166	264
Outras Transferências	41	85	195	32	93	39	35	128	129	43	66	122
Outras Receitas não Especificadas	146	109	86	635	343	1 742	350	429	233	1 228	753	301

Fonte: Ministério das Finanças.

Nota: Estatísticas das Finanças Públicas compiladas com base no Manual do Fundo Monetário Internacional de 2001. P - Provisório.

Para o cálculo foram utilizadas as contas nacionais definitivas até 2017 e estimativas trimestrais das contas nacionais para 2018 e 2019.

Operações do Sector Público Administrativo

	em milhões de escudos											
	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2018	2019	2020	2021 ^P	2022 ^P
Despesas Correntes Totais	33 099	34 591	34 409	35 424	37 297	41 040	44 015	48 587	53 343	54 284	54 542	58 146
Despesas com Pessoal	14 810	15 679	15 886	16 601	16 885	17 058	18 252	19 425	20 595	21 569	22 144	21 985
Aquisição de Bens e Serviços	5 171	5 248	4 995	5 062	5 136	6 805	6 770	7 185	8 001	10 148	9 982	10 420
Juros Correntes	2 173	2 276	2 857	3 383	3 444	4 134	4 223	4 726	4 991	4 808	4 256	5 376
Dívida Externa	699	852	1 142	1 438	1 518	1 724	1 748	1 822	1 867	1 605	942	2 006
Dívida Interna	1 460	1 425	1 715	1 878	1 910	2 374	2 455	2 811	3 083	3 156	3 236	3 330
Outros Encargos	14	0	0	67	16	37	20	93	41	48	78	40
Subsídios	752	994	274	101	107	161	160	153	160	628	814	1 965
Transferências Correntes	4 939	4 571	4 057	4 074	4 393	4 753	4 903	6 283	6 015	6 482	5 536	5 647
Organismos Internacionais	410	204	277	248	168	291	438	268	285	292	177	248
Administração Pública	4 529	4 367	3 780	3 827	4 224	4 462	4 466	6 015	5 730	6 190	5 358	5 399
Benefícios Sociais	2 893	3 715	3 918	4 150	4 315	4 729	5 148	6 237	7 270	8 265	9 267	9 010
Outras Despesas Correntes	2 362	2 107	2 421	2 053	2 323	2 321	3 136	3 432	5 050	1 892	1 923	2 877
Valor a Regularizar	0	0	0	0	694	1 079	1 422	1 144	1 260	492	620	867
Atrasados	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Ativos não Financeiros	21 164	14 650	20 878	16 601	9 487	6 844	5 003	8 140	7 631	4 492	4 354	4 194
Compra de Ativos	21 214	14 720	20 880	16 615	9 876	7 128	5 040	8 194	7 971	4 592	5 037	4 631
dos quais: Programa de Investimento	20 961	14 623	20 799	16 546	9 801	6 971	4 881	7 917	7 643	4 148	4 070	3 656
Venda de Ativos	50	70	2	14	389	284	37	54	339	100	683	437
Saldo Total	-14 584	-11 325	-18 599	-14 309	-11 376	-6 058	-5 798	-4 869	-3 585	-15 025	-14 371	-9 677
Saldo Total (excluindo donativos)	-24 024	-15 667	-22 802	-18 333	-13 984	-9 899	-9 753	-7 444	-9 823	-20 248	-18 356	-11 808
<i>Por memória:</i>												
Despesa Corrente Primária	30 926	32 314	31 552	32 041	33 853	36 906	39 792	43 860	48 351	49 476	50 286	52 770
Saldo Primário (excluindo donativos)	-21 865	-13 391	-17 110	-15 016	-10 560	-5 801	-5 549	-2 811	-4 873	-15 488	-14 100	-6 432
Dívida do Governo Central	100 055	117 459	137 258	157 569	179 043	200 013	211 237	229 864	243 111	258 206	283 405	302 531

Fonte: Ministério das Finanças. Cálculos do Banco de Cabo Verde.

Nota: Estatísticas das Finanças Públicas compiladas com base no Manual do Fundo Monetário Internacional de 2001. P - Provisório.

Para o cálculo foram utilizadas as contas nacionais definitivas até 2017 e estimativas das contas nacionais trimestrais de 2018 e 2019.

Operações do Sector Público Administrativo

	em percentagem do PIB										
	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021 ^P	2022 ^P
Receitas Totais	22,2	22,4	20,9	24,1	23,4	25,3	25,2	25,7	24,1	22,8	21,6
Receitas Correntes (excluindo donativos)	19,7	20,0	19,5	21,8	21,3	22,1	23,9	22,9	21,2	20,8	20,7
Impostos	16,7	16,7	16,2	17,4	17,5	18,4	19,7	18,8	17,7	17,4	18,1
Imposto sobre o Rendimento	5,2	5,1	4,7	5,5	5,5	5,8	5,9	5,7	5,4	4,7	4,2
Imposto sobre Bens e Serviços	7,6	7,8	7,6	8,1	8,1	8,6	9,7	9,3	8,4	8,4	9,5
Imposto sobre Valor Acrescentado - IVA	6,3	6,2	6,0	6,5	6,5	6,8	7,9	7,5	6,9	6,7	7,3
Imposto para Serviços de Incêndio	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Imposto sobre o Consumo	0,9	1,0	0,9	0,8	0,8	1,0	1,0	1,0	0,9	1,0	1,3
Outros Impostos	0,3	0,3	0,3	0,3	0,4	0,4	0,3	0,3	0,3	0,5	0,4
Imp. sobre Transações Internacionais	3,5	3,4	3,4	3,5	3,7	3,7	3,8	3,6	3,6	4,0	4,1
Outros Impostos	0,4	0,4	0,5	0,3	0,3	0,3	0,4	0,3	0,4	0,3	0,3
Segurança Social	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Transferências	2,5	2,4	1,5	2,2	2,1	3,2	1,2	2,8	2,9	2,0	0,9
Outras Receitas	3,0	3,3	3,1	4,4	3,7	3,7	4,2	4,1	3,4	3,3	2,6
Rendimentos de Propriedade	0,2	0,3	0,1	0,6	0,4	0,5	0,9	1,0	0,6	0,6	0,1
Venda de Bens e Serviços	2,3	2,3	2,3	2,6	2,7	2,7	2,8	2,7	2,0	2,2	2,2
Multas e Outras Penalidades	0,2	0,3	0,4	0,2	0,4	0,3	0,2	0,2	0,1	0,1	0,1
Outras Transferências	0,1	0,0	0,1	0,0	0,0	0,0	0,1	0,1	0,0	0,0	0,0
Outras Receitas não Especificadas	0,1	0,4	0,2	1,0	0,2	0,3	0,2	0,1	0,7	0,4	0,1

Fonte: Ministério das Finanças e Instituto Nacional de Estatística.

Nota: Estatísticas das Finanças Públicas compiladas com base no Manual do Fundo Monetário Internacional de 2001. P - Provisório.

Para o cálculo foram utilizadas as contas nacionais definitivas até 2017 e estimativas trimestrais das contas nacionais para 2018 e 2019.

Operações do Sector Público Administrativo

	em percentagem do PIB										
	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021 ^P	2022 ^P
Despesas Correntes Totais	20,8	21,0	22,0	23,6	23,9	23,2	23,6	23,9	29,9	28,0	23,8
Despesas com Pessoal	9,6	9,8	10,0	9,8	9,9	9,5	9,4	9,2	11,9	11,4	9,0
Aquisição de Bens e Serviços	3,0	3,0	3,0	3,9	3,7	3,3	3,5	3,6	5,6	5,1	4,3
Juros Correntes	1,7	2,0	2,0	2,4	2,3	2,3	2,3	2,2	2,6	2,2	2,2
Dívida Externa	0,7	0,9	0,9	1,0	0,9	0,9	0,9	0,8	0,9	0,5	0,8
Dívida Interna	1,0	1,1	1,1	1,4	1,3	1,4	1,4	1,4	1,7	1,7	1,4
Outros Encargos	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Subsídios	0,2	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,3	0,4	0,8
Transferências Correntes	2,5	2,4	2,6	2,7	2,7	3,0	3,1	2,7	3,6	2,8	2,3
Organismos Internacionais	0,2	0,1	0,1	0,2	0,2	0,1	0,1	0,1	0,2	0,1	0,1
Administração Pública	2,3	2,3	2,5	2,6	2,4	2,9	2,9	2,6	3,4	2,7	2,2
Benefícios Sociais	2,4	2,5	2,5	2,7	2,8	2,8	3,0	3,3	4,5	4,8	3,7
Outras Despesas Correntes	1,5	1,2	1,4	1,3	1,7	1,4	1,7	2,3	1,0	1,0	1,2
Valor a Regularizar	0,0	0,0	0,4	0,6	0,8	0,7	0,6	0,6	0,3	0,3	0,4
Atrasados	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Ativos não Financeiros	12,6	9,8	5,6	3,9	2,7	4,9	4,0	3,4	2,5	2,2	1,7
Compra de Ativos	12,6	9,9	5,8	4,1	2,7	4,9	4,0	3,6	2,5	2,6	1,9
dos quais: Programa de Investimento	12,6	9,8	5,8	4,0	2,6	4,9	3,8	3,4	2,3	2,1	1,5
Venda de Ativos	0,0	0,0	0,2	0,2	0,0	0,1	0,0	0,2	0,1	0,4	0,2
Saldo Total	-11,3	-8,5	-6,7	-3,5	-3,1	-2,7	-2,4	-1,6	-8,3	-7,4	-4,0
Saldo Total (excluindo donativos)	-13,8	-10,9	-8,2	-5,7	-5,3	-5,9	-3,6	-4,4	-11,1	-9,4	-4,8
<i>Por memória:</i>											
Despesa Corrente Primária	19,1	19,0	20,0	21,2	21,6	20,9	21,3	21,7	27,2	25,8	21,6
Saldo Primário (excluindo donativos)	-10,4	-8,9	-6,2	-3,3	-3,0	-3,6	-1,4	-2,2	-8,5	-7,2	-2,6
Dívida do Governo Central	83,1	93,5	105,6	115,0	114,6	112,2	111,6	108,9	142,0	145,3	123,8

Fonte: Ministério das Finanças. Cálculos do Banco de Cabo Verde.

Nota: Estatísticas das Finanças Públicas compiladas com base no Manual do Fundo Monetário Internacional de 2001. P - Provisório.

Para o cálculo foram utilizadas as contas nacionais definitivas até 2017 e estimativas das contas nacionais trimestrais de 2018 e 2019.